



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
HUMANAS - PPGICH

KELLY PAVAN

O ESPAÇO, O SABER E O PERTENCER:

A PRESENÇA INDÍGENA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
(UFFS) - CAMPUS ERECHIM

ERECHIM

2026

KELLY PAVAN

O ESPAÇO, O SABER E O PERTENCER:

**A PRESENÇA INDÍGENA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
(UFFS) - CAMPUS ERECHIM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus Erechim, para a obtenção do título de Mestra Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Paulo Loro – PPGICH – UFFS

Coorientadora: Profa. Dra. Náíra Zanardo Zanin – Arquitetura e Urbanismo - UFFS

ERECHIM

2026

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E
Centro, Chapecó, SC - Brasil
Caixa Postal 181
CEP 89802-112

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Pavan, Kelly

O ESPAÇO, O SABER E O PERTENCER:: A PRESENÇA
INDÍGENA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS)
- CAMPUS ERECHIM / Kelly Pavan. -- 2026.
110 f.:il.

Orientador: Doutor Alexandre Paulo Loro

Co-orientadora: Doutora Nauíra Z. Zanin

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação
Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim,RS, 2026.

1. Estudante Indígena. 2. Arquitetura. 3. Espaço
Universitário. 4. Permanência Estudantil. I. Loro,
Alexandre Paulo, orient. II. Zanin, Nauíra Z.,
co-orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul.
IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

KELLY PAVAN


O ESPAÇO, O SABER E O PERTENCER:

a presença indígena na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Erechim


Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS – Campus Erechim, para a obtenção do título de Mestra Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Aprovado em: 24/02/2026


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE PAULO LORO**
Data: 13/03/2026 14:09:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


Prof. Dr. Alexandre Paulo Loro
Presidente da Banca/Orientador

Documento assinado digitalmente
 **NAUIRA ZANARDO ZANIN**
Data: 15/03/2026 16:48:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Nauíra Zanardo Zanin – UFFS
Coorientadora

Documento assinado digitalmente
 **ADRIANA SALETE LOSS**
Data: 13/03/2026 18:21:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Adriana Loss – UFFS
Membro Titular Interno

Documento assinado digitalmente
 **VANESSA TIBOLA DA ROCHA**
Data: 13/03/2026 14:01:10-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dra. Vanessa Tibola da Rocha – URI
Membro Titular Externo

Erechim, 24 de fevereiro de 2026.

A escrita¹

A escrita não passa por mim.
Ela me fende.

Entra como quem não pede licença,
desarruma a casa do já sabido,
acende uma luz pequena
num quarto onde eu ainda não tinha nome.

Escrevo
e sou escrita.

Carrego vozes que não são minhas,
silêncios que aprendem a respirar
entre uma palavra e outra.

A escrita me atravessa
como atravessam os estudantes:
em hesitação,
em risco
em insistência.

Não escrevo para dizer.
Escrevo para ficar aberta.

Sou fenda.
Sou passagem.
Sou esse lugar instável
onde algo começa a existir.

Kelly Pavan, 2026.

¹ A abertura desta dissertação por meio de um poema não constitui um recurso estético isolado, mas uma tomada de posição epistemológica. Considera-se, neste trabalho, que a escrita é também forma de experiência, de aspectos do vivido, especialmente aqueles relacionados ao pertencimento, à alteridade e ao espaço, não se deixam apreender apenas por meio de linguagem conceitual.

RESUMO

Esta dissertação investiga a relação entre arquitetura, permanência estudantil indígena e produção de pertencimento no espaço universitário, tomando como caso central a proposta do “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento e Alternância da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim. Parte-se da compreensão de que as políticas de acesso ao ensino superior, embora imprescindíveis, tornam-se insuficientes quando não se desdobram, em políticas espaciais capazes de materializar cuidado, escuta e reconhecimento. Nesse horizonte, o estudo busca compreender de que modo o espaço arquitetônico pode atuar como instância ativa da experiência, participando da construção de vínculos, identidade e condições de permanência de estudantes indígenas na universidade. A pesquisa adota abordagem qualitativa e interdisciplinar, articulando revisão bibliográfica, análise documental e institucional, estudos referenciais de projetos arquitetônicos e leitura interpretativa do caso empírico. O referencial teórico apresenta autores que discutem espaço, habitar, experiência, identidade e produção do espaço, a partir dos quais são construídas categorias de análise para uma leitura sensível da proposta arquitetônica. Os resultados indicam que escolhas projetuais como a valorização de pátios, varandas, cozinhas coletivas, espaços flexíveis, materialidades acolhedoras e possibilidades de apropriação e personalização contribuem para a conformação de arquiteturas que resultam em maior permanência, reconhecem diferenças e sustentam modos coletivos de viver. Conclui-se que a arquitetura, mais do que suporte físico, constituiu-se como dimensão fundamental das políticas de permanência indígena, afirmando-se como meio de produção de pertencimento, visibilidade e presença no espaço universitário.

Palavras-chave: arquitetura; permanência estudantil; estudantes indígenas; pertencimento; espaço universitário.

ABSTRACT

This dissertation investigates the relationship between architecture, Indigenous student permanence, and the production of belonging within the university space, taking as its central case the proposal of “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento e Alternância” at the Federal University of the Southern Frontier (UFFS), Erechim Campus. The study is grounded in the understanding that policies aimed at expanding access to higher education, although essential, become insufficient when they are not accompanied by spatial policies capable of materializing care, listening, and recognition. Within this perspective, the research seeks to understand how architectural space can act as an active instance of experience, participating in the construction of bonds, identity, and conditions for the permanence of Indigenous students in the university. The research adopts a qualitative and interdisciplinary approach, combining bibliographic review, documentary and institutional analysis, reference studies of architectural projects, and an interpretative reading of the empirical case. The theoretical framework brings together authors who discuss space, dwelling, experience, identity, and the production of space, from which analytical categories are developed to support a sensitive reading of the architectural proposal. The results indicate that design choices such as the valorization of courtyards, verandas, collective kitchens, flexible spaces, welcoming materialities, and possibilities for appropriation and personalization contribute to the configuration of architectures that foster greater permanence, recognize differences, and sustain collective ways of living. It is concluded that architecture, rather than merely providing physical support, constitutes a fundamental dimension of Indigenous permanence policies, asserting itself as a means of producing belonging, visibility, and presence within the university space.

Keywords: architecture; student permanence; Indigenous students; belonging; university space.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA	16
1.2	PERCURSO METODOLÓGICO	17
2	ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR.....	23
2.1	A UFFS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA.....	23
2.2	OS ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE	28
2.2.1	Povo Kaingang.....	29
2.2.2	Povo Guarani	30
2.2.3	Sujeitos indígenas: mundos que chegam com eles	32
3	ARQUITETURA, EXPERIÊNCIA E HABITAR: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E REFERENCIAIS	36
3.1	ENTRE CORPO, ESPAÇO E EXPERIÊNCIA: FUNDAMENTOS PARA PENSAR O HABITAR.....	36
3.2	ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO INDÍGENA NO BRASIL: UNB E UFSC COMO REFERENCIAIS	42
3.2.1	O caso da UnB	43
3.2.2	O caso da UFSC.....	53
3.2.3	Categorias de análise para a leitura do “Nosso Lugar”	61
4	O “NOSSO LUGAR”: ARQUITETURA, PROCESSO E EXPERIÊNCIA.....	67
4.1	O “NOSSO LUGAR” COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA: ENSINO, EXTENSÃO E PERMANÊNCIA	67
4.2	DO PROGRAMA À AMBIÊNCIA: CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO “NOSSO LUGAR”	77
4.3	LEITURA ARQUITETÔNICA DO “NOSSO LUGAR” A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	90
4.3.1	Categoria 1 - Espaço como instância ativa da experiência.....	90
4.3.2	Categoria 2 - Habitar, cuidado e permanência.....	92
4.3.3	Categoria 3 - Identidade, pertencimento e vínculo afetivo	94
4.3.4	Categoria 4 - Cotidiano, uso e ressignificação	95
4.3.5	Categoria 5 - Espaços intermediários e do “entre”	96
4.3.6	Categoria 6 - Espaços como suporte da ação coletiva e da luta política	98

4.4	LEITURA COMPARATIVA DOS CASOS A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE	99
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS.....	106

1 INTRODUÇÃO

Assim como em outras regiões da América Latina, a história dos povos indígenas no Brasil é profundamente marcada por séculos de colonização, exploração e tentativas sistemáticas de apagamento cultural. Desde a chegada dos europeus no século XVI, essas populações foram submetidas a processos contínuos de expropriação territorial, escravização, imposição de crenças religiosas, silenciamento de línguas originárias e destruição de modos de vida ancestrais (Nascimento, 2022). Trata-se de uma violência que não se restringe a eventos pontuais do passado, mas que se prolonga no tempo, atualizando-se em práticas políticas, institucionais e simbólicas que ainda hoje produzem exclusões, desigualdades e negações de existência.

As comunidades indígenas que permanecem no território brasileiro configuram-se, portanto, como sobreviventes de um processo histórico de violência contínua, que incluiu massacres físicos e formas mais sutis (e igualmente eficazes) de apagamento simbólico e institucional. O colonialismo operou não apenas sobre os corpos, mas também sobre os saberes, as cosmologias, os territórios e as formas de organização social desses povos. Esse legado de opressão contribuiu para a drástica redução da população indígena ao longo dos séculos e para o enfraquecimento da valorização de suas identidades, bem como da conexão simbólica com o território nacional, compreendido aqui não apenas, como espaço físico, mas como lugar de memória, pertencimento e produção de sentido (Ribeiro, 1996).

Os dados do Censo Demográfico 2022 evidenciam a diversidade e a complexidade da presença indígena no Brasil contemporâneo. Segundo o levantamento, foram identificados 391 etnias, povos ou grupos indígenas no país, número significativamente superior ao registrado em 2010, quando se contabilizavam 305 etnias. Em termos populacionais, a população indígena passou de 896.917 pessoas, em 2010, para 1.694.836 pessoas em 2022, indicando não apenas crescimento demográfico, mas também maior visibilidade estatística desses povos. Do total registrado em 2022, 74,51% declararam sua etnia, sendo as mais numerosas Tikúna (74.061 pessoas), Kokama (64.327) e Makuxí (53.446), o que reforça a heterogeneidade interna do universo indígena brasileiro (IBGE, 2023).

No campo linguístico, o Censo Demográfico 2022 identificou 295 línguas indígenas faladas no território nacional, por um total de 474.856 pessoas com dois anos ou mais de idade

(IBGE, 2023). Esse número representa um avanço em relação a 2010, quando haviam sido identificadas 274 línguas entre indígenas de cinco anos ou mais. As línguas com maior número de falantes em 2022 são Tikúna (51.978), Guarani Kaiowá (38.658), Guajajara (29.212) e Kaingang (27.482). Ao mesmo tempo, o levantamento também captou línguas faladas por grupos muito reduzidos e, em alguns casos, por um único falante, evidenciando situações extremas de vulnerabilidade linguística (IBGE, 2023).

Fora das Terras Indígenas, as dinâmicas populacionais apresentam diferenças significativas conforme a localização urbana ou rural dos domicílios. Em áreas urbanas fora de Terras Indígenas, a população indígena cresceu de forma expressiva, passando de 324.834 pessoas em 2010 para 844.760 em 2022. Já nas áreas rurais fora desses territórios, o crescimento foi mais moderado, de 80.663 para 227.232 pessoas no mesmo período. Esses deslocamentos e processos de urbanização impactam diretamente o uso das línguas indígenas, especialmente pela necessidade crescente de circulação em espaços institucionais e urbanos (IBGE, 2023).

O Censo Demográfico 2022 também destaca o avanço do uso da língua portuguesa, inclusive dentro das Terras Indígenas. Esse fenômeno relaciona-se às exigências da vida social contemporânea, como o acesso ao estudo e ao trabalho, frequentemente associados ao deslocamento para áreas urbanas ou à expansão da urbanização sobre os territórios indígenas. Soma-se a isso a ausência de políticas educacionais específicas que garantam o ensino em línguas indígenas, bem como fatores históricos marcados por racismo e discriminação, que por longo período impuseram o abandono das línguas originárias em espaços públicos e institucionais, com reflexos diretos no uso doméstico. Ainda assim, o Censo revela sinais de resistência e revitalização linguística, seja pelo crescimento demográfico, seja pelo fortalecimento de iniciativas indígenas voltadas à valorização das línguas e à educação bilíngue (IBGE, 2023).

A distribuição dos falantes de línguas indígenas evidencia, portanto, desafios estruturais para o exercício pleno da cidadania. A ausência de reconhecimento formal e de oficialização dessas línguas resulta em barreiras concretas no acesso a serviços públicos, como a falta de intérpretes em escolas, universidades e órgãos administrativos. Essa condição afeta diretamente a permanência, a participação social e o direito à diferença, especialmente em contextos institucionais como o espaço universitário, onde a língua se constitui como elemento central de pertencimento, mediação e produção de conhecimento (Chamorro, 2008).

Embora numericamente minoritária, a população indígena distribui-se pelas cinco regiões brasileiras, o que evidencia a diversidade cultural, linguística e cosmológica que compõe o país, sendo a região Norte aquela que concentra o maior número de indivíduos e a maior extensão territorial de terras tradicionalmente ocupadas. Essa diversidade sociocultural e linguística, amplamente distribuída pelo território nacional, entra em tensão com modelos institucionais historicamente orientados pela homogeneização e pela negação da diferença (Cunha, 2009).

Outro dado relevante refere-se ao fato de que aproximadamente 60% da população indígena vive fora de terras oficialmente demarcadas. Essa condição revela a complexidade das relações entre os povos originários e seus territórios tradicionais, ao mesmo tempo em que explicita os efeitos persistentes de políticas de desterritorialização. Viver fora das terras demarcadas não implica ausência de vínculo com o território, mas a necessidade de reinscrever modos de existir em espaços muitas vezes hostis, marcados por disputas e precariedade. Esse cenário reforça a urgência de políticas públicas que reconheçam a pluralidade de contextos nos quais vivem essas comunidades e considerem suas especificidades culturais, sociais e espaciais (IBGE, 2023).

Nas últimas décadas, observa-se um crescimento significativo da presença indígena no ensino superior brasileiro. Levantamento realizado pelo Instituto Semesp indica que, entre 2011 e 2021, houve um aumento de 374% nas matrículas de estudantes indígenas em Instituições de Ensino Superior (IES). Em 2021, esse contingente ultrapassava 46 mil estudantes, correspondendo a cerca de 0,5% do total de matrículas no país. Destaca-se, ainda, a expressiva participação feminina, com mulheres indígenas representando 55,6% desse universo. Esses dados sinalizam avanços importantes no acesso à universidade, mas também suscitam questionamentos sobre as condições efetivas de permanência, acolhimento e reconhecimento desses estudantes nos espaços acadêmicos (Instituto SEMESP, 2023).

Romper os muros simbólicos e materiais da universidade foi uma primeira decisiva batalha vencida. Contudo, a permanência nesse espaço inaugura um novo desafio: o de transformá-lo desde dentro, apropriando-se da instituição para que ela dialogue efetivamente com as realidades indígenas, seus direitos, demandas e modos próprios de produzir conhecimento. Essa segunda luta implica disputar projetos pedagógicos, políticos e epistêmicos, afirmando que a universidade também precisa ser reinventada a partir de perspectivas indígenas (Nascimento, 2022).

Considerando a complexidade histórica, sociocultural e política que atravessa a vivência dos povos originários, bem como o aumento de sua inserção no espaço universitário, esta pesquisa reconhece a importância de situar o sujeito investigado (o estudante indígena) em um contexto institucional específico: a Universidade Federal da Fronteira Sul², Campus Erechim. A universidade, enquanto instituição pública de produção e legitimação do conhecimento, não se configura como espaço neutro; ao contrário, carrega marcas históricas de uma racionalidade moderna, eurocêntrica e normativa, que frequentemente entra em conflito com outros modos de saber, habitar e existir.

Diante desse cenário, propõe-se analisar a relação entre arquitetura, permanência estudantil indígena e produção de pertencimento no espaço universitário, a partir de uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, sensível às múltiplas formas de linguagem, representação e afirmação identitária desses sujeitos. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim (PPGICH), na Linha de Pesquisa 3 – *Sujeito e Linguagem*³, o estudo parte da compreensão de que as experiências humanas são produzidas, comunicadas e ressignificadas em estreita relação com os espaços que habitamos e com as linguagens que nos atravessam. Nesse sentido, o estudo se aprofunda por meio de análise da proposta de projeto do “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento Indígena e Alternância da UFFS”, a partir de categorias construídas ao longo desta escrita.

A inclusão e a exclusão dos povos indígenas nos espaços educacionais extrapolam o campo específico da Educação e exigem uma abordagem interdisciplinar que articule saberes da Arquitetura, da Antropologia, da Geografia e da Filosofia. Nesse entrecruzamento, as noções de identidade, cultura e espaço arquitetônico dialogam com conceitos como lugar, apropriação,

² A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) possui campus no município de Erechim, na região norte do Rio Grande do Sul, integrando uma instituição federal multicampi voltada à interiorização do ensino superior público (UFFS, 2025).

³ Linha de Pesquisa 3 – Sujeito e Linguagem intenta problematizar, dentro da dinâmica interdisciplinar, a produção dos discursos da verdade, da objetividade e da subjetividade – sob a égide das identidades ou das formas de subjetivação – e sua relação com a linguagem, entendida tanto sob o viés analítico quanto segundo parâmetros políticos, sociais e culturais. As reflexões percorrem os limites entre uma linguagem tomada como mediação e verificação do mundo e uma linguagem entendida como ação e constituição do mundo. A partir desse caráter de debate epistemológico, as pesquisas voltam-se para discussões caras às Humanidades (cultura, modernidades, biopolítica), para os critérios de definição da cientificidade das Ciências Humanas e, por fim, para a relação de tais critérios com outras modalidades de saber e de discurso. Da perspectiva da relação entre conhecimentos, saberes e discurso, objetiva-se, ainda, estabelecer debates com outras linguagens e sua relação constitutiva com o campo das ciências humanas (UFFS, 2025).

pertencimento, comportamento socioespacial e percepção ambiental. Tais conceitos permitem compreender o espaço universitário não apenas como infraestrutura física, mas como instância ativa na produção de relações sociais, afetos, conflitos e desigualdades, contribuindo, ou não, para a construção de ambientes verdadeiramente acolhedores.

A interdisciplinaridade constitui, assim, um eixo fundamental desta pesquisa. O pensamento complexo demanda a articulação entre diferentes campos do saber, superando a compartimentalização disciplinar para dar conta de realidades marcadas pela multiplicidade e pela interdependência (Morin, 2000). Em perspectiva convergente, a interdisciplinaridade pode ser compreendida como um diálogo epistemológico capaz de produzir leituras críticas e integradas da realidade, especialmente quando se trata de fenômenos sociais atravessados por dimensões históricas, culturais, políticas e espaciais (Fazenda, 2002).

O interesse por esta pesquisa justifica-se, ainda, a partir da trajetória profissional da autora, enquanto arquiteta e professora universitária, experiência que permitiu uma observação sensível e crítica das dinâmicas de ocupação, convivência e exclusão nos espaços educacionais. A partir de fevereiro de 2023, no momento em que assumiu a docência como professora substituta no curso de Arquitetura e Urbanismo na UFFS, Campus Erechim, essa percepção se aprofundou diante dos desafios enfrentados por estudantes indígenas nos processos de adaptação, socialização e permanência no ambiente acadêmico. A vivência em sala de aula evidenciou a existência de barreiras linguísticas, culturais e espaciais que impactam diretamente a experiência universitária desses estudantes, apontando para a necessidade de ampliar os espaços institucionais de escuta, reconhecimento e valorização de suas vozes.

No contexto relacional da sala de aula, a experiência não se produz de forma unilateral, mas emerge das interações estabelecidas entre professora, estudantes e espaço. As situações vivenciadas, especialmente as dificuldades relacionadas ao vocabulário acadêmico e às formas de expressão, suscitaram reflexões sobre a complexidade dos processos de acolhimento e de construção do pertencimento no ambiente universitário.

Larrosa afirma que a experiência é sempre aquilo que “me passa”, aquilo que vem de fora e me desloca, obrigando-me a abandonar o lugar confortável do já sabido para deixar-me ser tocada por algo que não controlo (Larrosa, 2011, p. 5-7). A leitura feita dos estudantes indígenas inscreve-se exatamente nessa ordem: não se trata de um saber que a autora, enquanto docente, aplica sobre os acadêmicos, mas de um acontecimento que atravessa a docência no

encontro em sala de aula, uma forma de alteridade viva que interpela, desloca e transforma a professora- autora que escreve.

Ainda, conforme Larrosa (2011), escrever implica risco: deixar a segurança do já sabido e abrir-se à experiência do outro. Não se escreve para explicar, mas para deslocar-se, e é nesse deslocamento que se descobre que o “outro” nunca esteve tão distante de quem escreve quanto se supunha. Essa compreensão da escrita como experiência e deslocamento orienta também, o modo como se passa a olhar o espaço, não como objeto neutro ou meramente funcional, mas como instância sensível e relacional.

Considerando a amplitude e os muitos benefícios oriundos dos campos da Arquitetura e do Urbanismo, que envolvem dimensões funcionais, tecnológicas e simbólicas, observa-se que muitos ambientes educacionais ainda negligenciam os aspectos experienciais do espaço. Esses aspectos são fundamentais para a qualidade de vida e para a vivência cotidiana dos usuários, pois influenciam diretamente as formas de apropriação, permanência e pertencimento nos ambientes construídos. Ao reconhecer que os espaços produzidos por diferentes grupos culturais expressam modos de vida e relações específicas com o ambiente, evidencia-se o papel central da multiculturalidade na conformação espacial (Malard, 2006).

Em universidades marcadas pela diversidade cultural, essa condição revela tensões entre o espaço projetado a partir de lógicas hegemônicas e as práticas cotidianas de grupos como os estudantes indígenas, frequentemente não contempladas pelo desenho institucional. O lócus desta pesquisa — a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Erechim — exemplifica tais tensionamentos. Embora a instituição se destaque por iniciativas de inclusão, como o curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo⁴, que acolhe estudantes indígenas em regime quinzenal, persistem desafios arquitetônicos e espaciais concretos

⁴ O Curso de Graduação Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza - Licenciatura, em regime de alternância, tem duração de oito semestres. Atende, por ordem de prioridade, docentes que atuam em escolas do campo sem habilitação, docentes que atuam em escolas do campo com graduação em outra área do conhecimento, educadores que atuam em processos formativos desenvolvidos em espaços educativos não-formais (sindicatos, movimentos sociais e outros) e demais interessados na temática do campo e nas Ciências da Natureza. Objetiva desenvolver o processo de formação inicial do educador do campo com ênfase em Ciências da Natureza, de modo que esteja capacitado para engajar-se aos desafios que se enlaçam à educação e à vida do e no campo, dialogando e mobilizando os sujeitos para que se assumam consciente e politicamente como sujeitos históricos e de direitos (UFFS, 2025).

relacionados à permanência universitária, especialmente diante da inexistência de infraestrutura adequada de espaços de acolhimento para o estudante indígena.

Entretanto, a problemática vai além da ausência de um espaço seguro. A própria arquitetura universitária, frequentemente padronizada, pouco dialoga com as identidades culturais desses estudantes. Para o estudante indígena que deixa sua aldeia e passa a viver em um ambiente profundamente distinto de sua realidade cultural, o deslocamento não é apenas físico, mas também simbólico, implicando rupturas de referências, dificuldades de integração e fragilização de vínculos identitários.

A escassez de estudos que abordem a temática indígena sob a perspectiva da Arquitetura e do espaço como mediadores da inclusão, especialmente no âmbito da UFFS, reforça a relevância desta investigação. Ao dialogar com estudos anteriores, como a dissertação de Ascari (2017), e articulá-los à teoria da produção do espaço, compreende-se que os conflitos vivenciados pelos estudantes indígenas expressam a dissociação entre o espaço concebido, produzido pelas normas e racionalidades institucionais, e o espaço vivido, constituído pelas experiências cotidianas desses sujeitos. Essa dissociação revela como o espaço universitário pode operar tanto como dispositivo de inclusão quanto de exclusão (Lefebvre, 2006).

Dessa forma, torna-se imprescindível compreender não apenas os desafios enfrentados e as estratégias de permanência adotadas pelos estudantes indígenas no ensino superior, mas também a centralidade do espaço arquitetônico na produção dessas experiências. Em especial, faz-se necessário analisar de que maneira os espaços físicos e simbólicos de acolhimento influenciam diretamente a construção do pertencimento e do reconhecimento institucional desses estudantes indígenas em um ambiente historicamente marcado por práticas excludentes.

1.1 PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

Diante do exposto, esta pesquisa orienta-se pela seguinte questão: de que modo os espaços físicos e/ou simbólicos de acolhimento, no contexto da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, podem proporcionar identificação e sentimento de pertencimento do estudante indígena?

O objetivo geral desta pesquisa é analisar de que modo os espaços físicos e/ou simbólicos projetados para o acolhimento indígena na Universidade Federal da Fronteira Sul,

Campus Erechim, proporcionam identificação e sentimento de pertencimento ao estudante indígena.

Como objetivos específicos, definem-se:

1. Identificar as políticas institucionais da Universidade Federal da Fronteira Sul voltadas aos estudantes indígenas, analisando os desafios e os avanços nos processos de inclusão, exclusão e permanência no ensino superior;

2. Analisar, com base em referências bibliográficas, os modos de viver dos sujeitos da pesquisa, articulando-os aos conceitos teóricos que constituirão as categorias de análise do projeto arquitetônico;

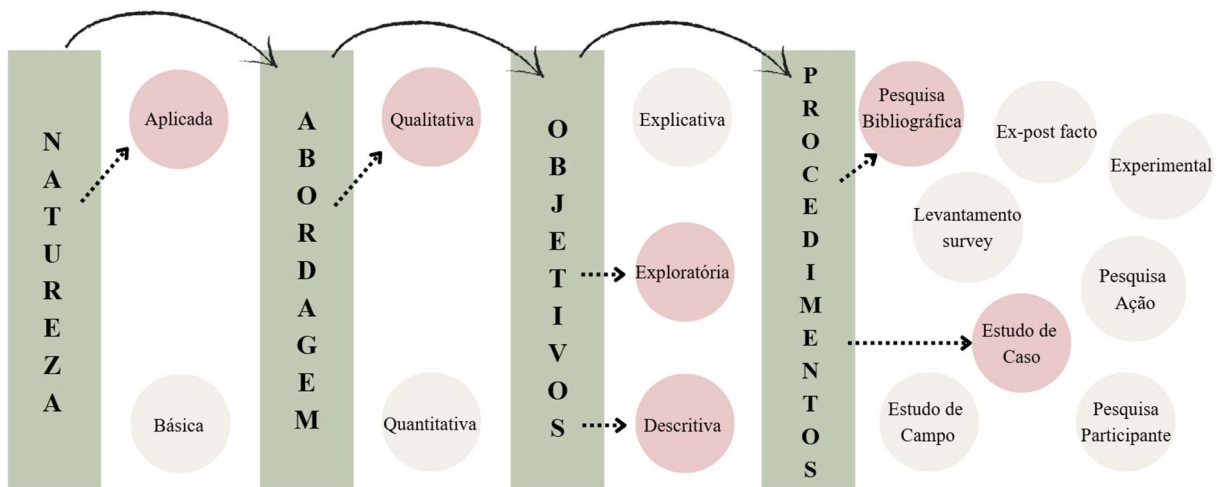
3. Descrever e analisar comparativamente os projetos arquitetônicos propostos para estudantes indígenas universitários utilizando as categorias identificadas no referencial teórico.

Diante dos objetivos descritos anteriormente, esta pesquisa orienta-se pela compreensão de que investigar a permanência indígena no espaço universitário exige aproximar-se das experiências, dos modos de habitar e das formas de significar o espaço produzidas pelos próprios sujeitos. Para responder a esses objetivos, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter interdisciplinar, ancorada na articulação entre análise documental, escrita reflexiva e análise projetual. Parte-se do entendimento de que tais experiências não podem ser apreendidas exclusivamente por dados quantitativos ou normativos, mas demandam uma aproximação sensível com as práticas, narrativas e espacialidades do cotidiano universitário. É a partir desse horizonte que se estrutura o percurso metodológico apresentado a seguir.

1.2 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta parte do capítulo dedica-se à explicitação dos procedimentos metodológicos que orientam a presente pesquisa (Figura 1), apresentando os caminhos percorridos, as escolhas teórico-metodológicas, as estratégias de produção de dados e procedimentos de análise adotados. O percurso metodológico busca assegurar coerência entre o problema formulado, os objetivos propostos e as formas de compreensão da experiência espacial e institucional vivida pelos estudantes indígenas no âmbito da UFFS, Campus Erechim.

Figura 1 - Classificação da pesquisa

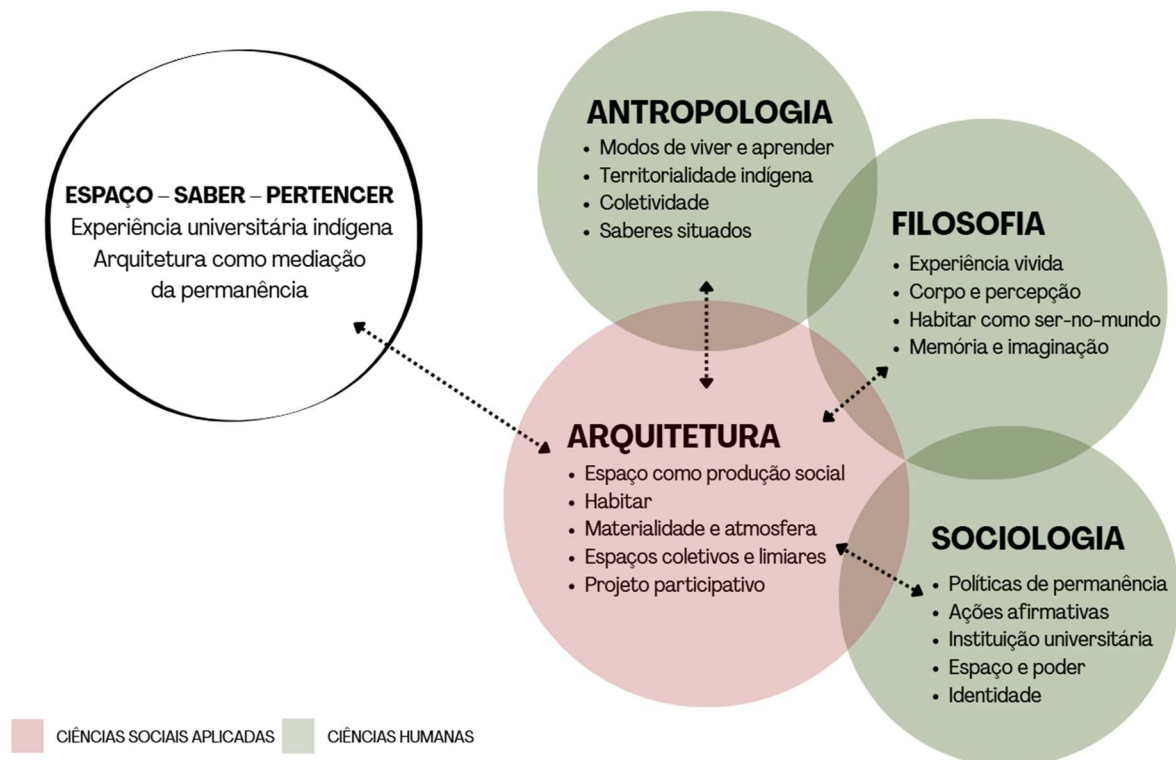


Fonte: Elaborada pela autora (2026), com base em GIL (2008).

A pesquisa parte do entendimento de que a experiência universitária dos estudantes indígenas constitui um fenômeno complexo, atravessado por dimensões espaciais, culturais, simbólicas, políticas e afetivas. Diante dessa complexidade, adota-se uma abordagem qualitativa e interdisciplinar (Figura 2), capaz de acolher a multiplicidade de sentidos, narrativas e práticas que conformam o modo de habitar, circular e significar o espaço universitário. Tal escolha fundamenta-se na compreensão de que o espaço não se configura como um cenário neutro, mas como instância ativa na produção de experiências, afetos e pertencimentos, exigindo procedimentos investigativos sensíveis às dimensões vividas no cotidiano universitário.

Nesse percurso, a própria escrita assume centralidade metodológica. Escrever implica exposição, incerteza e abertura ao risco; trata-se de um gesto que exige abandonar certezas previamente estabelecidas para permitir-se ser afetado pela experiência que emerge do encontro com o outro. Não se escreve para concluir ou esclarecer, mas para produzir deslocamentos (Larrosa, 2011). Essa compreensão encontra ressonância na reflexão de Gloria Anzaldúa (2000), ao conceber a fronteira não apenas como limite geográfico, mas como território simbólico entre línguas, culturas e formas de existir, no qual se produzem tensões e possibilidades.

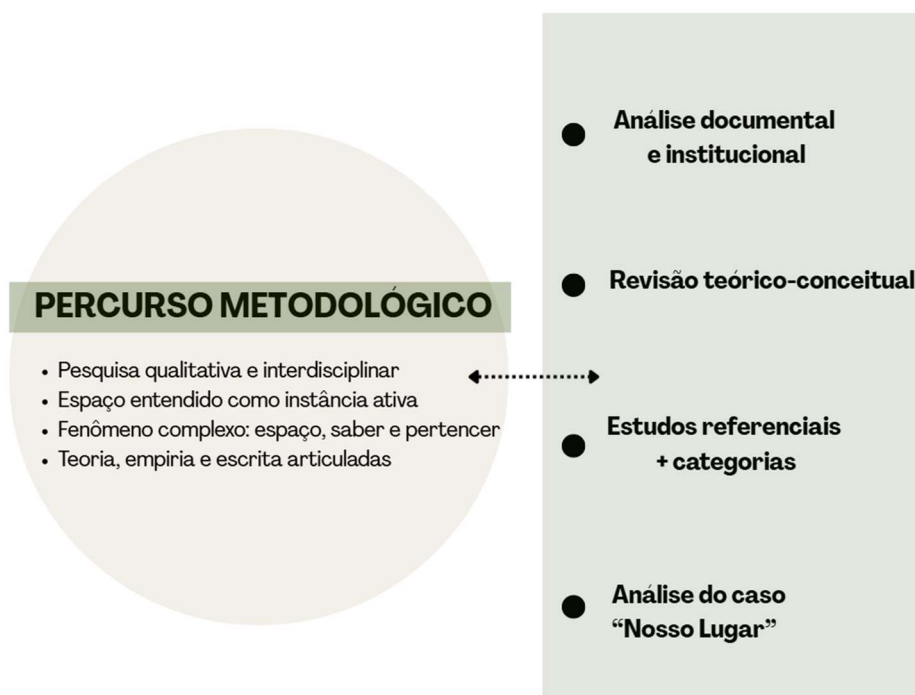
Figura 2 - Interdisciplinaridade



Fonte: Elaborada pela autora, (2026).

O percurso metodológico (Figura 3) desta dissertação organiza-se em movimentos interligados, não como uma sequência rígida de etapas estanques, mas como campos que se atravessam e se retroalimentam ao longo de todo o processo investigativo. Conforme Gil (2008), a pesquisa científica estrutura-se a partir da articulação entre levantamento teórico, definição do método, procedimentos técnicos e análise dos dados, devendo tais dimensões manter coerência com o problema formulado e os objetivos propostos. Nesse sentido, esta investigação desenvolveu-se a partir de quatro movimentos principais: (1) revisão teórico-conceitual; (2) análise documental e institucional; (3) estudo de casos referenciais e construção das categorias de análise; e (4) análise do caso “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento e Alternância da UFFS”.

Figura 3 - Percurso Metodológico



Fonte: Elaborada pela autora, (2026).

Como estratégia metodológica complementar, os estudos referenciais de projetos arquitetônicos constituem procedimento relevante para a construção de repertório crítico e para a identificação de estratégias espaciais, tipológicas e conceituais. Conforme Unwin (2013), os precedentes não devem ser compreendidos como modelos a serem reproduzidos, mas como instrumentos analíticos capazes de revelar princípios operativos do projeto, permitindo leituras comparativas e interpretações situadas. De modo convergente, Pallasmaa (2011) e Zumthor (2009) ressaltam a importância da leitura sensível de obras existentes para apreender atmosferas e qualidades *experienciais*. Nesse sentido, os estudos referenciais utilizados nesta pesquisa têm como finalidade subsidiar a leitura do caso “Nosso Lugar”, ampliando o campo de compreensão sobre arquiteturas voltadas ao acolhimento indígena no contexto universitário.

Embora Yin (2015) não trate de “estudo referencial” em arquitetura, ele legitima o uso de múltiplas fontes e casos auxiliares para aprofundar a compreensão de um fenômeno, o que sustenta o uso de projetos referenciais como apoio analítico.

O percurso metodológico estrutura-se, assim, nos seguintes movimentos articuladores:

1. Análise documental e institucional – a partir do levantamento de legislações, resoluções institucionais, políticas públicas e dados oficiais relacionados ao acesso e à permanência

de estudantes indígenas na UFFS, com destaque para o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), documentos institucionais e informações da Diretoria de Registro Acadêmico (DRA). Esses materiais são compreendidos como expressões do espaço concebido, isto é, das formas pelas quais a universidade normatiza e organiza a presença indígena em seu interior.

2. Revisão teórico-conceitual – voltada à construção do referencial teórico que sustenta a pesquisa. Essa etapa envolve a leitura de autores que dialogam com os campos da Arquitetura, Geografia, Filosofia, Educação e Estudos Culturais, especialmente aqueles que discutem sobre espaço, habitar, experiência, identidade e pertencimento. A revisão teórica opera como instrumento de problematização, permitindo tensionar o espaço universitário como instância ativa da produção de experiências.
3. Estudo de casos referenciais e construção das categorias de análise – em que as categorias emergem do entrelaçamento entre referencial teórico, estudos referenciais e escrita reflexiva, constituindo-se como ferramentas analíticas para leitura arquitetônica do “Nosso Lugar”.
4. Análise do caso “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento e Alternância da UFFS” – adotado como recorte empírico central desta pesquisa, situado no Campus Erechim da Universidade Federal da Fronteira Sul. Integram ainda esse movimento a análise de dois estudos referenciais de espaço estudantil indígena em universidades brasileiras, utilizados como base comparativa.

A estrutura da dissertação acompanha o percurso da pesquisa. O primeiro capítulo apresenta a contextualização da pesquisa, situando histórica e politicamente a presença indígena no Brasil e no ensino superior, bem como explicitando a problemática, a questão de pesquisa, os objetivos e os fundamentos que orientam a investigação. Nesse capítulo, delinea-se o recorte institucional da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim, assim como a opção por uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, que compreende o espaço universitário como instância ativa na produção de experiências, pertencimentos e exclusões. A introdução estabelece, portanto, as bases conceituais e metodológicas que sustentam todo o desenvolvimento da dissertação.

O segundo capítulo dedica-se à contextualização institucional e sociocultural do campo empírico da pesquisa. Apresenta a Universidade Federal da Fronteira Sul, suas políticas de

acesso e permanência, com ênfase no Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), bem como discute a presença indígena no Campus Erechim. O capítulo também aprofunda a compreensão dos sujeitos da pesquisa, especialmente dos povos Kaingang e Guarani, abordando seus modos de viver, aprender e habitar, de modo a evidenciar as tensões entre essas lógicas e a organização hegemônica do espaço universitário.

O terceiro capítulo constrói o referencial teórico que sustenta a leitura arquitetônica desenvolvida na dissertação. São discutidos conceitos como espaço, habitar, experiência, identidade, pertencimento, ambiência e espaços do “entre”, a partir de autores como Lefebvre, Heidegger, Pallasmaa, Zumthor, Unwin, Bachelard, Hall, Tuan, entre outros. O capítulo inclui, ainda, análise de dois estudos referenciais de espaço estudantil indígena em universidades brasileiras, sendo um deles a Maloca, situada na Universidade de Brasília (UnB) e o outro a Moradia Estudantil Indígena, proposta de projeto para a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esses estudos subsidiam, juntamente com o referencial teórico, a construção das categorias de análise utilizadas posteriormente na leitura do caso “Nosso Lugar”.

O quarto capítulo concentra-se na análise do caso empírico central da pesquisa: a proposta do “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento e Alternância da UFFS”. Inicialmente, apresenta-se o processo de construção da proposta, vinculado ao projeto de extensão, seguido da leitura arquitetônica do conjunto e de seus principais elementos. Na sequência, o projeto é analisado à luz das categorias construídas no capítulo anterior, articulando escolhas projetuais, conceitos teóricos e dimensões da experiência espacial, culminando em uma análise comparativa entre os estudos referenciais e o caso investigado.

A escrita, em todo esse percurso, não é entendida apenas como registro, mas como procedimento metodológico. Escrever constitui-se como gesto de reflexão, elaboração e produção de sentido, no qual a pesquisadora, inspirada por Larrosa (2011), se deixa afetar pelo campo, pelos autores e pelas experiências que atravessam a investigação. Assim, teoria, empiria e escrita constroem-se simultaneamente, configurando um percurso aberto, sensível e processual.

Dessa forma, o percurso metodológico desta dissertação afirma-se como caminho que articula rigor acadêmico e abertura à experiência, buscando produzir uma compreensão situada sobre relação entre espaço universitário, arquitetura e pertencimento indígena, sem a pretensão de esgotar o tema, mas de contribuir para a ampliação do debate, oferecendo novas perspectivas de pesquisa.

2 ACESSO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), criada em 2010 a partir de mobilizações sociais pela ampliação do ensino superior público na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, nasce comprometida com a democratização do acesso e com o enfrentamento das desigualdades regionais. Inserida em um território historicamente marcado pela presença de diferentes povos e grupos sociais, a instituição desenvolveu políticas de inclusão voltadas ao acesso e à permanência de estudantes indígenas, como o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN). Apesar desses avanços, pesquisas e dados institucionais indicam que o ingresso formal na universidade não garante, por si só, condições efetivas de permanência e pertencimento. Nesse cenário, evidencia-se a necessidade de ampliar o debate sobre o papel do espaço universitário — e, particularmente, da arquitetura — na construção de experiências de acolhimento, reconhecimento e permanência.

2.1 A UFFS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA

A Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) iniciou suas atividades em 2010, como resultado de um longo processo de mobilização social e política em defesa da implantação do ensino superior público e gratuito na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, historicamente marcada por desigualdades sociais, econômicas e educacionais. Concebida para atender uma ampla região que abrange o norte do Rio Grande do Sul (Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo), o oeste de Santa Catarina (Chapecó) e o sudoeste do Paraná (Laranjeiras do Sul), possuindo campus em , a instituição nasce vinculada a um projeto popular e orientada pelo compromisso com a democratização do acesso, o enfrentamento das desigualdades regionais e o fortalecimento de políticas de acesso e permanência no ensino superior (Radin *et al.*, 2016).

Nesse horizonte de criação, a UFFS distingue-se por reconhecer a Fronteira Sul como um território historicamente atravessado por conflitos e por múltiplos grupos sociais e étnicos, como povos indígenas, caboclos, quilombolas, colonos e trabalhadores urbanos, cujas histórias foram, por longo tempo, silenciadas ou marginalizadas. Ao incorporar essas perspectivas em suas práticas de ensino, pesquisa e extensão, a universidade contribui para a revisão de narrativas tradicionais sobre a região, tensionando mitos como o do “vazio demográfico” e a

associação entre colonização e progresso (Radin *et al.*, 2016). Nesse sentido, a UFFS afirma-se não apenas como instituição de ensino, mas como um projeto político pedagógico enraizado no território, comprometido com a articulação entre conhecimento acadêmico, justiça social e valorização dos saberes locais. Sua presença na Fronteira Sul, representa um marco na construção de novas possibilidades de pertencimento, identidade e transformação social, sustentadas por uma estrutura multicampi e pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

No âmbito específico do Campus Erechim, de acordo com dados oficiais obtidos junto à Diretoria de Registro Acadêmico da UFFS (2026), o Campus Erechim conta com 1.038 acadêmicos matriculados até janeiro do ano de 2026. Desse total, 161 são estudantes indígenas, sendo 100 mulheres e 61 homens. Atualmente a universidade possui 28 estudantes indígenas ingressantes por meio do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas. Embora esses números representem uma parcela minoritária do conjunto de estudantes do campus, evidenciam a presença indígena no contexto universitário e reforçam a relevância de políticas institucionais de acesso e permanência que reconheçam e acompanhem essa diversidade.

Em termos de oferta formativa, hoje o Campus Erechim oferece cursos nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Agronomia, Ciências Sociais, Filosofia, História, Geografia, Interdisciplinar em Ciências do Campo, Pedagogia, entre outros, refletindo a diversidade de campos do saber presentes na UFFS. Além dos cursos de graduação, a UFFS também participa de programas de pós-graduação e abriga projetos de extensão e pesquisa voltados à interação com o território e às demandas da sociedade (UFFS, 2025).

Esse conjunto de características institucionais articula-se a um contexto mais amplo de políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior têm assumido papel central no enfrentamento das desigualdades históricas que marcam o acesso à educação por populações do campo e povos indígenas no Brasil. Ao longo das últimas décadas, programas federais e normativas institucionais passaram a reconhecer que a democratização do ensino superior não se limita à ampliação de vagas, mas envolve a criação de condições materiais, pedagógicas e simbólicas que assegurem trajetórias formativas consistentes e socialmente situadas.

É nesse cenário que, desde sua implantação, em 2010, a UFFS vem desenvolvendo ações alinhadas às demandas dos movimentos sociais, adotando estratégias diferenciadas de acesso aos seus cursos de graduação, inclusive antes da implementação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012). Entre essas iniciativas, destaca-se a utilização do Exame

Nacional do Ensino Médio (Enem) com a concessão de bonificações na nota final para estudantes egressos da rede pública de ensino. Além disso, a UFFS instituiu programas específicos de inclusão, como o PROHAITI, voltado à criação de vagas para imigrantes haitianos, e estabeleceu parcerias com movimentos sociais, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo.

Entre essas políticas, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) constitui-se como uma política pública federal voltada à garantia do acesso à educação básica, superior e à formação continuada de populações vinculadas à reforma agrária, como assentados, trabalhadores rurais e comunidades do campo. Criado no final da década de 1990 e coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o programa busca articular educação, justiça social e desenvolvimento rural, valorizando os saberes do campo e promovendo processos formativos comprometidos com a realidade social desses sujeitos (Venturin, 2024).

Na experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), especialmente no Campus Erechim, configura-se como uma política pública que ultrapassa a dimensão do acesso formal ao ensino superior, atuando diretamente na transformação das trajetórias de vida dos sujeitos do campo. Viabilizado por meio da parceria entre a UFFS e o Instituto Educar, o curso de Graduação em Agronomia – Bacharelado, ofertado em regime de alternância, articula tempos de formação na universidade e tempos de permanência nas comunidades de origem, permitindo que os estudantes mantenham seus vínculos territoriais, sociais e políticos. Essa experiência, segundo a autora, contribui para a ressignificação do *habitus* dos egressos, promovendo a constituição de um *habitus* acadêmico e profissional vinculado à agroecologia e ao fortalecimento dos espaços coletivos de atuação, evidenciando o papel do PRONERA como instrumento efetivo de democratização do ensino superior e de justiça social (Venturin, 2024).

Ainda que tais iniciativas representem avanços institucionais importantes, elas se mostravam insuficientes frente às urgências e às demandas específicas colocadas pela questão indígena. Com campi distribuídos pelos três estados que compõem a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul (Norte e Noroeste do Rio Grande do Sul, Oeste do estado de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná), a Universidade Federal da Fronteira Sul insere-se em um

território historicamente habitado por povos indígenas, além dos Kaingang, pelos Xokleng e pelos Guarani Mbyá (Nascimento, 2022).

É nesse contexto, a UFFS criou, em 2013, o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), que organiza o ingresso por processo seletivo exclusivo prevendo até duas vagas suplementares por meio de processo seletivo diferenciado como forma de tentar corrigir desigualdades de acesso persistentes na legislação que estabeleceu os percentuais de reserva de vagas para pretos, pardos e indígenas no contingente de estudantes oriundos de escolas públicas (Lei de Cotas) (Nascimento, 2022).

A Resolução nº 33/CONSUNI/UFFS/2013, que institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) na Universidade Federal da Fronteira Sul, configura-se como um marco normativo importante no reconhecimento da diversidade étnico-cultural no âmbito da educação superior pública. Ao estabelecer diretrizes para o acesso, a permanência e o acompanhamento de estudantes indígenas, o documento evidencia o compromisso institucional da UFFS com políticas afirmativas voltadas à superação de desigualdades históricas, em consonância com legislações nacionais e internacionais que asseguram o direito à educação e ao reconhecimento da diferença cultural (UFFS, 2025).

No que se refere à permanência na universidade, a resolução explicita um conjunto de ações que ultrapassam a dimensão do ingresso, contemplando apoio acadêmico, financeiro, pedagógico e sociocultural. Destacam-se, nesse sentido, os dispositivos que preveem acompanhamento psicossocial educacional, promoção da educação das relações étnico-raciais e incentivo à participação ativa dos estudantes indígenas na vida universitária. Tais medidas indicam uma compreensão ampliada da permanência, entendida não apenas como manutenção do vínculo institucional, mas como condição para a participação efetiva e o reconhecimento dos estudantes indígenas como sujeitos de direitos no espaço universitário (UFFS, 2025).

Entretanto, ao analisar a resolução sob uma perspectiva crítico-interpretativa, observa-se que a maior parte das ações previstas se estrutura a partir de dispositivos administrativos, pedagógicos e assistenciais, com menor detalhamento sobre a materialização espacial dessas políticas no cotidiano do campus. Embora o texto normativo mencione a garantia de “espaço físico de referência permanente” para orientação, acompanhamento e socialização dos estudantes indígenas, essa diretriz aparece de forma genérica, sem especificar critérios espaciais, simbólicos ou arquitetônicos que orientem sua efetiva implementação.

Tal lacuna sugere uma predominância do planejamento institucional no plano normativo, nem sempre acompanhada de reflexões sobre o papel do espaço físico na construção do pertencimento. Nesse sentido, a resolução nº 33/CONSUNI/UFFS/2013 evidencia uma tensão recorrente entre a formulação de políticas inclusivas e sua concretização no espaço vivido da universidade. Ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de acolhimento e valorização das especificidades culturais dos povos indígenas, o documento mantém uma abordagem predominantemente funcional do espaço, tratando-o como suporte para ações administrativas e pedagógicas, e não como dimensão constitutiva das experiências de pertencimento (UFFS, 2025).

A investigação realizada por Ascari (2017) constitui um marco importante para a compreensão da presença indígena na UFFS – Campus Erechim, ao evidenciar que as políticas institucionais de acesso e permanência, como o PIN, embora fundamentais para o ingresso, mostram limites significativos quando não acompanhadas por ações pedagógicas, formativas e institucionais capazes de sustentar a permanência qualificada e o pertencimento acadêmico (Ascari, 2017).

A partir de um estudo de caso realizado no Curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências da Natureza, na UFFS - Campus Erechim, Ascari evidencia que a universidade não preparou suficientemente seus agentes docentes, técnicos e gestores para lidar com as especificidades culturais e educacionais dos povos indígenas. Ao mesmo tempo, os próprios estudantes indígenas ingressaram na instituição sem mediações adequadas que os auxiliassem na compreensão das burocracias acadêmicas, das exigências curriculares e das formas de organização do tempo e do espaço universitário, o que contribuiu para elevados índices de evasão, reprovação e conflitos simbólicos (Ascari, 2017).

Entre os principais conflitos identificados pela autora, destacam-se as dificuldades relacionadas à linguagem acadêmica, às metodologias de ensino pouco sensíveis às diferenças culturais e à ausência de uma política institucional mais consistente de formação intercultural para a comunidade universitária. Esses elementos reforçam a ideia de que o acesso, embora garantido por políticas afirmativas, não assegura por si só a permanência qualificada dos estudantes indígenas, especialmente quando a universidade opera a partir de uma lógica homogeneizadora, que pressupõe um sujeito abstrato e universal (Ascari, 2017).

Diante desse quadro, observa-se que, as políticas de acesso e permanência, embora essenciais para a democratização do ensino superior, não se efetivam plenamente quando

limitadas ao plano normativo e assistencial. A experiência dos estudantes indígenas na UFFS evidencia que a permanência qualificada exige condições concretas de acolhimento e reconhecimento no cotidiano universitário. Nesse sentido, o espaço arquitetônico emerge como uma dimensão ainda pouco explorada pelas políticas institucionais, mas fundamental para a construção, ou fragilização, do pertencimento orientando o deslocamento analítico que fundamenta esta pesquisa.

2.2 OS ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE

A presença indígena na educação superior não se constitui apenas como acesso a um nível de ensino, mas como experiência vivida de afirmação, permanência e produção de pertencimento. Impulsionada historicamente pela atuação do movimento indígena, essa presença emerge da luta por uma educação específica, diferenciada, intercultural e comunitária, capaz de dialogar com os modos de existir, aprender e habitar o território (Nascimento, 2022).

O ingresso do jovem indígena na universidade costuma se desenhar como uma aposta no futuro, um gesto de ampliação das possibilidades de existência e atuação profissional. Trata-se, muitas vezes, do desejo de retornar às próprias comunidades em outras condições (não apenas como beneficiário das políticas públicas), mas como agente qualificado, capaz de atuar nas áreas da saúde, da educação, da assistência técnica e do apoio agropecuário. São campos que, historicamente, têm sido ocupados por profissionais não indígenas dentro dos seus territórios, produzindo relações assimétricas de saber e poder. Nesse sentido a formação universitária é uma estratégia de equidade, reconhecimento e autonomia, permitindo que os próprios povos assumam funções antes exercidas por outros (Capelo e Tommasino, 2004).

Pensar o estudante indígena no contexto universitário exige, antes de tudo, reconhecer e abandonar a ideia de um sujeito genérico, homogêneo ou intercambiável. Cada corpo indígena que adentra a universidade carrega consigo histórias coletivas, memórias territoriais, ontologias e modos próprios de viver, aprender e habitar o mundo. Como lembra Bergamaschi, “os povos indígenas mantêm vivas as suas formas próprias de educação, e estas podem contribuir na formulação de uma política de educação escolar capaz de atender aos anseios e necessidades da realidade hoje” (Bergamaschi, 2007, p. 131).

No âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul, inserida em um território historicamente habitado por povos indígenas, essas demandas se manifestam de modo

particularmente sensíveis. É importante destacar que, no contexto da UFFS, Campus Erechim, convivem estudantes pertencentes a diferentes etnias indígenas, oriundos de distintas regiões do Brasil. Nos parágrafos a seguir, serão abordados os povos Guarani e Kaingang, em razão de sua ampla presença na região sul do país. A intenção é mostrar que há algumas diferenças que não se expressam apenas em traços culturais visíveis, mas se enraízam em modos profundos de relação com o território, com o espaço construído, com o tempo e com a educação. São essas formas de existir que acompanham os estudantes indígenas quando ingressam na universidade e que, não raro, se confrontam com uma instituição pensada a partir de lógicas hegemônicas, individualistas e funcionalistas. É nessa zona de tensão, entre mundos que se encontram sem, necessariamente, se reconhecer, que a experiência universitária indígena se produz.

2.2.1 Povo Kaingang

Os Kaingang constituem um dos povos indígenas mais numerosos do sul do Brasil, com presença significativa no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Seu modo de viver não se organiza a partir de uma territorialidade fixa, mas de uma relação dinâmica e relacional com o espaço, marcada por deslocamentos, contatos interculturais e contínuos processos de reconfiguração territorial. Como analisa Dill (2019), a territorialidade Kaingang deve ser compreendida como prática viva, produzida na articulação entre memória, uso cotidiano e resistência às pressões externas.

Nessa perspectiva, o espaço não se reduz a suporte físico, mas opera como linguagem socioespacial, expressando valores culturais, relações de parentesco, hierarquias internas e formas específicas de convivência. Essa gramática espacial organiza aldeias, caminhos, moradias e espaços coletivos, e não pode ser plenamente apreendida por categorias universais de planejamento ou racionalidade técnica. Um elemento estruturante dessa lógica é a organização social dual, marcada pelas metades Kamé e Kanhru, que atravessa práticas sociais e, em muitos contextos, também a organização do espaço (Dill, 2019).

A moradia Kaingang não se configura como unidade individual isolada, mas como parte de uma rede ampliada de relações familiares e comunitárias. A proximidade entre casas, os espaços de circulação e os lugares de encontro coletivo evidenciam um habitar essencialmente

relacional, mesmo diante das transformações impostas por políticas habitacionais padronizadas. Tais intervenções, ao desconsiderarem as lógicas socioespaciais indígenas, frequentemente geram adaptações posteriores, reconfigurações do espaço ou abandono das unidades, revelando a centralidade do espaço como expressão cultural e prática social (Dill, 2019).

No campo da educação, os Kaingang vivenciam a escola como espaço de fronteira intercultural, articulado ao cotidiano da aldeia e ao território vivido. A aprendizagem se estende para além da sala de aula, envolvendo oralidade, observação, participação comunitária e temporalidades coletivas (Tassinari, 2012). Quando a escola é imposta segundo modelos hegemônicos, marcados pela fragmentação do tempo e do saber, emergem tensões semelhantes às vividas por outros povos indígenas, afetando o pertencimento e a permanência escolar.

A relação com o território também se configura como espaço de memória e resistência, atravessado por históricos processos de esbulho e confinamento (Cunha, 2009). Em contextos contemporâneos, muitos territórios Kaingang situam-se em áreas periurbanas, exigindo negociações constantes com a cidade. Essa proximidade não implica perda identitária, mas a constituição de um modo de vida indígena e contemporâneo, no qual o sujeito Kaingang circula entre diferentes mundos, articulando múltiplas temporalidades e racionalidades (Dill, 2019).

2.2.2 Povo Guarani

Para compreender o sujeito Guarani se faz necessário um deslocamento epistemológico que rompa com leituras essencializantes da identidade indígena. Longe de se constituir como uma entidade fixa, o sujeito Guarani se forma continuamente na relação com o território, a palavra, a coletividade e o tempo. Trata-se de um modo de existir fundado em uma ética relacional, que articula espiritualidade, convivência, mobilidade e experiência cotidiana, afastando-se dos parâmetros individualistas da modernidade ocidental. Nesse sentido, o *teko* — frequentemente traduzido como modo de ser — expressa uma forma profunda de existência, pois, como afirma Melià (1990), não se refere apenas a comportamentos exteriores, mas a uma maneira integral de estar no mundo.

Nesse horizonte, o sujeito Guarani, especialmente o Mbyá-Guarani, constitui-se de forma coletiva, espiritual e territorialmente situada, inseparável do *nhande rekó*, que organiza

práticas cotidianas, relações sociais, formas de habitar e de se deslocar. Não se trata de um “eu” autônomo, mas de um sujeito que se produz no “nós”, sustentado pela reciprocidade e pela vida comunitária (Zanin, 2006). A espiritualidade ocupa lugar central nessa constituição: a palavra, o silêncio e os rituais são dimensões formativas fundamentais, fortalecendo o espírito e orientando a relação ética com o outro e com o mundo.

É também por meio da casa e do território que essa constituição se atualiza. A habitação Guarani não é apenas abrigo funcional, mas unidade social e simbólica, na qual se materializam valores culturais e cosmológicos. Do mesmo modo, o território não se reduz a uma área delimitada juridicamente, mas se configura como uma rede viva de lugares, memórias e caminhos. O caminhar, longe de indicar ausência de território, é prática constitutiva de sua produção e recriação contínua (Melià, 1990). A terra, portanto, não é objeto de posse, mas condição de existência, espaço de vida, memória e espiritualidade (Chamorro, 1999).

Nessa perspectiva, o habitar Guarani pode ser compreendido como um processo que envolve afetos, identificações, sensibilidades e modos de perceber o mundo, constituindo-se como experiência incorporada e relacional. Ao analisar moradas Mbyá-Guarani no Sul do Brasil, Zanin, Mendes e Santos (2024) demonstram que as formas de habitar não se reduzem a soluções construtivas, mas expressam uma conexão profunda entre paisagem, corpo e cosmologia. A morada emerge, assim, como extensão da vida coletiva e como materialização de uma ontologia que reconhece a continuidade entre pessoas, territórios e demais seres. Tal compreensão reforça que a constituição do sujeito Guarani ocorre também através dos espaços que habita, dos materiais que transforma em abrigo e dos caminhos que percorre, consolidando uma relação indissociável entre existência, paisagem e arquitetura.

É a partir desse conjunto de dimensões que, quando o sujeito Guarani adentra a escola e a universidade, passa a habitar um espaço de fronteira intercultural, marcado por tensões entre temporalidades, saberes e modos de aprender distintos. Embora atue como agente de resignificação desses espaços (Bergamaschi, 2007), sua experiência frequentemente confronta lógicas institucionais normativas e individualizantes. Ainda assim, a presença Guarani na universidade produz fissuras no espaço instituído, convocando a instituição a repensar seus tempos, arquiteturas e formas de produzir pertencimento.

2.2.3 Sujeitos indígenas: mundos que chegam com eles

Compreender os modos de viver Guarani e Kaingang implica reconhecer que o espaço não é mero suporte, mas processo vivo, linguagem e prática social. Habitar, para esses povos, não se resume à ocupação física, mas à produção de vínculos, sentidos e continuidades. Quando a arquitetura da moradia, da escola ou da universidade ignora essas dimensões, instala-se o deslocamento: espaços que permitem a presença, mas não sustentam o pertencimento. Em contrapartida, quando o espaço nasce da escuta e do diálogo, ele pode tornar-se abrigo simbólico, território de reconhecimento e continuidade cultural. Como demonstra Dill (2019), o espaço é memória em ação; desconsiderá-lo como expressão cultural implica produzir rupturas profundas nos modos de existir indígenas.

Ao aproximar Guarani e Kaingang, emergem tanto histórias compartilhadas de violência e expropriação quanto diferenças ontológicas no modo de habitar o mundo. Enquanto os Guarani constroem uma relação mais fluida e espiritualizada com o território, marcada pelo caminhar e pela centralidade da palavra, os Kaingang expressam uma territorialidade mais ancorada, coletiva e estrutural, ligada à permanência e à organização social. No espaço universitário, essas diferenças tendem a ser apagadas por uma arquitetura pensada para um sujeito abstrato. Ainda assim, os estudantes indígenas não apenas ocupam esse espaço: eles o reinscrevem. Nos encontros coletivos, nos usos espontâneos da universidade e nos deslocamentos entre aldeia e campus, produzem fissuras no espaço instituído, revelando que a inclusão no ensino superior não se efetiva apenas pelo acesso formal, mas pela capacidade da universidade de acolher mundos que chegam com eles — mundos que insistem em permanecer, mesmo quando o espaço não foi pensado para sua existência.

Nesse sentido, o território deixa de ser entendido como superfície neutra e passa a ser reconhecido como espaço vivido, apropriado e significado. A territorialidade indígena, conforme discutida no dossiê *Indígena? Presente!*, não se restringe à posse da terra, mas envolve processos de identificação, memória e afeto, nos quais o “estar em”, o “pertencer a” e o “identificar-se com” constituem práticas de (re)existência frente às violências históricas da colonização (Silva *et al.*, 2021).

A cidade, longe de ser um espaço estranho ou alheio, torna-se também território indígena, ainda que marcado por conflitos, silenciamentos e olhares coloniais que estranham

essa presença e tentam deslegitimá-la. Essa lógica atravessa igualmente os espaços educativos. A escola e a universidade, são instituições historicamente constituídas a partir de uma racionalidade que pouco dialoga com os modos indígenas de produzir conhecimento, organizar o tempo e viver o espaço. Ainda assim, os povos indígenas não recebem esses espaços de forma passiva. Ao contrário, “indianizam” a escola, reconfiguram seus usos, tensionam currículos e instauram práticas que desafiam a homogeneização cultural. A educação escolar indígena emerge, assim, como espaço de fronteira, onde saberes distintos se encontram, se confrontam e, por vezes, se transformam mutuamente (Bergamaschi, 2007).

No ensino superior, essas tensões se intensificam. A pesquisa feita por Mendes, através do relato de estudantes indígenas, evidencia que a universidade opera simultaneamente como espaço de acesso e de exclusão. Embora represente uma conquista histórica, ela ainda se organiza a partir de currículos, tempos e espacialidades que pouco reconhecem os valores, os saberes e as formas indígenas de aprender e existir. O resultado é uma experiência marcada por deslocamentos simbólicos, preconceitos velados e pela sensação recorrente de não pertencimento (Mendes, 2023). A interculturalidade, nesse contexto, não se apresenta como dado, mas como projeto inacabado, que exige escuta, abertura e transformação institucional.

Essa dificuldade de pertencimento não é apenas pedagógica; ela é, sobretudo, profundamente espacial. Como discutem Silva e Zanin ao analisarem os tempos e espaços vividos na escola, o espaço educativo não é neutro, nem meramente funcional: ele materializa discursos, valores e expectativas que moldam comportamentos, relações e subjetividades. A organização espacial das instituições de ensino, marcada por corredores longos, salas fechadas, horários rígidos e pela centralidade quase absoluta da sala de aula, expressa uma gramática que privilegia o controle dos corpos, a fragmentação das experiências e a aceleração do tempo em detrimento da vivência sensível do cotidiano (Silva e Zanin, 2017). Trata-se de um espaço concebido para regular fluxos, silenciar pausas e produzir eficiência, mas que frequentemente empobrece a experiência de quem o habita.

Para sujeitos cujas formas de aprender se constroem na convivência, na oralidade, na observação atenta e na coletividade, como ocorre entre estudantes indígenas, essa espacialidade tende a produzir estranhamento, desgaste e sensação de não pertencimento. O corpo, nesse contexto, é convocado a se adaptar a uma lógica que lhe é estranha, enquanto saberes e experiências compartilhadas encontram pouco lugar para existir. Assim, o espaço educativo, ao invés de acolher a diversidade de modos de aprender, pode operar como dispositivo de exclusão

silenciosa, tensionando a permanência e fragilizando os vínculos entre sujeito, conhecimento e instituição.

É justamente nesse ponto que a noção de experiência torna-se fundamental para pensar o estudante indígena na universidade. A experiência, como aquilo que nos acontece e nos transforma, exige pausa, escuta e abertura ao sensível. No entanto, como alerta o autor, vivemos em um tempo saturado de informação, no qual “muitas coisas se passam, mas poucas nos acontecem” (Bondia, 2002). Quando a universidade se organiza apenas como espaço de desempenho, produtividade e acúmulo de informações, ela reduz drasticamente a possibilidade de experiência e, com isso, enfraquece o vínculo do sujeito com o espaço.

A arquitetura e a organização espacial participam ativamente desse processo, não como suporte neutro, mas como linguagem que comunica quem pode chegar, permanecer e habitar. Ao dialogar com Derrida, Fuão (2014) chama atenção para o fato de que o acolhimento não se realiza apenas no plano do discurso institucional ou das intenções declaradas, mas se materializa em gestos espaciais concretos: nos limiares, nas transições, nos intervalos, encontros que permitem a aproximação do outro sem anulá-lo.

O acolhimento, nessa perspectiva, não se confunde com assimilação ou adaptação forçada, mas se constitui como abertura ao inesperado, à alteridade que desestabiliza a forma e convoca o espaço a se reconfigurar. Trata-se de uma hospitalidade que reconhece o outro como sujeito e aceita o risco que sua presença implica. “Todo ato de hospitalidade pressupõe um encontro. O encontra-se caracteriza o estado aberto e receptivo de todas as figuras” (Fuão, 2014, p. 47).

Quando o espaço universitário se organiza a partir de formas rígidas, normativas e indiferentes à diversidade de corpos, culturas e modos de existir, ele deixa de acolher e passa a exigir adaptação unilateral. Nesse movimento, a arquitetura atua como dispositivo de seleção silenciosa, permitindo o acesso físico, mas restringindo o habitar pleno.

Para os estudantes indígenas, essa lógica se traduz em permanências precárias. A universidade permite o acesso, mas nem sempre sustenta o habitar. Faltam espaços de convivência, de pausa, de encontro coletivo; faltam arquiteturas que reconheçam o corpo, a memória e a relação como dimensões fundamentais da experiência acadêmica. Como sugerem as reflexões sobre a dádiva e a reciprocidade em Mauss, retomadas por Sabourin, o pertencimento não se constrói por troca utilitária, mas por relações éticas de reconhecimento

mútuo. Sem reciprocidade institucional, simbólica, espacial e material, a permanência torna-se um esforço solitário, e o espaço deixa de ser lugar para se tornar obstáculo (Sabourin, 2008).

3 ARQUITETURA, EXPERIÊNCIA E HABITAR: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E REFERENCIAIS

Este capítulo não se propõe a encerrar um debate, mas a abrir um campo de análise. Um território conceitual onde arquitetura, experiência e escrita se encontram para pensar o pertencimento como prática cotidiana, sensível e política. Refletir o espaço é, antes de tudo, considerar a vida que nele existe, e assumir a responsabilidade ética de sustentá-la, cuidá-la e deixá-la permanecer.

3.1 ENTRE CORPO, ESPAÇO E EXPERIÊNCIA: FUNDAMENTOS PARA PENSAR O HABITAR

Pensar o espaço universitário, no contexto desta dissertação, exige um deslocamento fundamental: é preciso afastá-lo da condição de mero suporte físico ou de cenário neutro das relações sociais para reconhecê-lo como instância viva, sensível e politicamente implicada na produção da experiência humana. A arquitetura universitária não é apenas onde a vida estudantil acontece; ela participa ativamente da constituição dos modos de existir, afetando corpos, organizando práticas, produzindo pertencimentos e, por vezes, instaurando exclusões. Trata-se de compreender o espaço como algo que age, que convoca, que acolhe ou que repele, e que, ao fazê-lo, interfere profundamente na trajetória dos sujeitos que o habitam. Assim, esse capítulo busca refletir sobre alguns conceitos que podem contribuir para a compreensão das vozes que ecoam, e/ou atravessam, o espaço arquitetônico universitário.

A noção heideggeriana de ser-no-mundo oferece uma base fundamental para a compreensão fenomenológica da arquitetura, ao afirmar que a existência humana é sempre situada, histórica e espacialmente implicada. O espaço, nessa perspectiva, não se apresenta como um objeto neutro ou externo, mas como um campo de relações no qual a vida se desenrola e ganha sentido. Essa compreensão desloca a arquitetura de uma prática centrada apenas na forma ou na função para uma produção de lugares que acolhem modos de estar, de agir e de habitar o mundo. Em outras palavras, ser-no-mundo implica existir de maneira indissociável dos espaços vivenciados, das relações estabelecidas e das experiências, reconhecendo que o ser

humano não apenas se insere no mundo, mas é constituído por ele, enquanto também o transforma (Lourenzo, 2014).

Há arquiteturas que se impõem ao olhar, mas silenciam o corpo. É contra essa hierarquia dos sentidos que se insinua a reflexão de Pallasmaa (2011), ao refletir uma crítica à arquitetura excessivamente visual e tecnicista. Para o autor, a experiência arquitetônica é essencialmente corpórea e multissensorial, envolvendo visão, tato, audição, olfato e até a memória. A arquitetura, ao ser vivida pelo corpo, torna-se um meio de ancoragem existencial, capaz de sustentar sentimentos de pertencimento, continuidade e reconhecimento. Assim, o espaço construído não é apenas percebido, mas sentido, afetando profundamente a forma como os indivíduos se relacionam consigo mesmos e com o mundo (Pallasmaa, 2011).

Quando o projeto desconsidera essa dimensão sensível, produz-se um afastamento quase imperceptível e silencioso, uma forma sutil de alienação no cotidiano. Em contrapartida, quando a arquitetura se abre à corporeidade, passa a produzir atmosferas capazes de sustentar vínculos, despertar memórias e favorecer vivências de pertencimento e acolhimento (Pallasmaa, 2011).

A sensação de identidade pessoal, reforçada pela arte e pela arquitetura, permite que nos envolvamos totalmente nas dimensões mentais de sonhos, imaginações e desejos. Edificações e cidades fornecem o horizonte para o entendimento e o confronto da condição existencial humana. Em vez de criar meros objetos de sedução visual, a arquitetura relaciona, media e projeta significados. O significado final de qualquer edificação ultrapassa a arquitetura; ele redireciona nossa consciência para o mundo e nossa própria sensação de termos uma identidade e estarmos vivos. A arquitetura significativa faz com que nos sintamos como seres corpóreos e espiritualizados. Na verdade, essa é a grande missão de qualquer arte significativa (Pallasmaa, 2011, p. 11).

De modo convergente, pode-se compreender a arquitetura como a arte de identificar e qualificar lugares, enfatizando que o sentido do espaço emerge da articulação entre elementos básicos — como piso, parede e cobertura — e fatores modificadores, tais como luz, textura, escala, ventilação e temperatura. Esses elementos não atuam isoladamente, mas em conjunto, produzindo atmosferas que orientam práticas, comportamentos e experiências. A arquitetura, nesse sentido, não cria apenas formas, mas condições de experiência, tornando o espaço habitável, reconhecível e significativo (Unwin, 2013).

Na arquitetura é possível conceituar essa articulação entre elementos materiais e fatores que modulam a experiência espacial a partir da noção de ambiência. A ambiência não se restringe à qualidade estética ou à atmosférica percebida, mas emerge da relação construída

entre o corpo, o espaço e as condições que tornam o habitar possível. Compreender a arquitetura como aquilo que qualifica o espaço para o habitar permite reconhecer que é justamente nesse processo de qualificação que a ambiência se constitui. Somente a arquitetura é capaz de produzir atmosferas, sendo a ambiência um conceito-chave para acessar essa dimensão sensível do espaço. “A atmosfera fala imediatamente à nossa sensibilidade emocional. Antes de compreendermos racionalmente um espaço, sentimos se ele nos toca ou não.” (Zumthor, 2009, p. 13).

Ao afirmar que o espaço é um produto social, Henri Lefebvre rompe definitivamente com a ideia de um espaço natural, neutro ou dado (Lefebvre, 2006, p. 7). O espaço é produzido historicamente a partir das relações sociais, das estruturas de poder, das práticas econômicas e das racionalidades institucionais. No entanto, como já foi dito, essa produção não se dá de maneira homogênea ou consensual. Lefebvre evidencia a tensão entre o espaço concebido, planejado, normatizado, regulamentado e o espaço vivido, tecido nas práticas cotidianas, nos usos imprevistos, nas apropriações e resistências que escapam ao controle do projeto. Essa fratura revela que o espaço é também um campo de conflito, onde se confrontam diferentes modos de existir e de significar o mundo (Lefebvre, 2006).

Vendo pela ótica da geografia humana, essa compreensão de espaço pode ser definida como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e/ou de ações. O espaço não é apenas uma forma construída, mas é resultado da articulação entre infraestrutura, técnica, tempo e prática social. Cada espaço carrega marcas de usos passados, como se fossem rugosidades, que permanecem operando no presente, condicionando possibilidades e limites da ação. O espaço universitário, nesse sentido, não é apenas o que foi recentemente projetado ou reformado, mas sim, um território onde se sobrepõem temporalidades, memórias institucionais, práticas sedimentadas e modos de uso que nem sempre são visíveis, mas que afetam profundamente a experiência cotidiana (Santos, 2006).

Ao considerar que cada espaço se diferencia do outro pela forma como é vivenciado, compreende-se que a experiência espacial se constrói a partir das identidades em jogo. A identidade pode ser compreendida não como uma essência fixa ou um núcleo estável do sujeito, mas como um processo contínuo de construção, marcado por deslocamentos, rupturas e recomposições. Trata-se de uma formação histórica e cultural, produzida nas relações sociais e nos sistemas de representação que interpelam os sujeitos ao longo do tempo (Hall, 2004).

Nesse sentido, a identidade não se configura como algo previamente dado, mas como uma composição entre múltiplas posições (étnicas, culturais, políticas e simbólicas) assumidas de maneira situada e contingente. Ao invés de uma unidade plena e estável, o que se observa é um conjunto de identificações, frequentemente tensionadas entre si, que revelam o caráter relacional, processual e inacabado das identidades na modernidade tardia. Nesse debate, Hall (2004) oferece contribuições importantes para compreender como as experiências espaciais se entrelaçam aos processos de construção identitária. Para o autor, o lugar não é uma origem fixa nem um território essencializador, mas um ponto de ancoragem simbólica, continuamente (re)produzido por narrativas, memórias e representações culturais.

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. [...] A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (Hall, 2004, p. 13).

Essa dimensão simbólica do espaço encontra ressonância em uma leitura mais sensível e poética, onde se percebe os lugares a partir da intimidade, da memória e da imaginação. O espaço habitado é aquele que se deixa atravessar pelo devaneio e pelas lembranças, pois como afirma Bachelard, “todo espaço realmente habitado traz a essência da noção de casa” (Bachelard, 1993, p. 25). Assim, os espaços mais significativos não são os monumentais, mas aqueles capazes de acolher o repouso, o afeto e a construção de vínculos, permitindo reconhecer, também no espaço universitário, a importância dos pequenos lugares de permanência, dos refúgios e dos intervalos onde a experiência acadêmica se humaniza e reconforta.

No contexto da UFFS, essa leitura permite entrever as dificuldades vividas pelos estudantes indígenas na construção de vínculos com o campus. A escassez de espaços confortáveis e sensíveis de permanência, de convivência cotidiana e de acolhimento simbólico faz com que a universidade se apresente mais como passagem do que como morada. Falta-lhe a dimensão de casa, não no sentido material, mas como lugar de proteção, reconhecimento e enraizamento, aquilo que permite que o espaço deixe de ser apenas existente para, enfim, tornar-se habitado.

Habitar, nesse contexto, não pode ser reduzido à presença física ou à ocupação provisória, mas sim como o modo fundamental de ser do homem no mundo. Construir, para Martin Heidegger (2001), só faz sentido quando orientado pelo habitar, entendido como cuidado, permanência e relação. O habitar precede a técnica e funda a própria possibilidade de construir. Como escreve o autor, “habitar é o modo como os mortais são sobre a terra” (Heidegger, 2001, p. 127).

O espaço não é exterior ao sujeito; ele emerge da maneira como o ser humano se posiciona no mundo, em relação à terra, ao tempo, aos outros e à própria existência. Essa perspectiva recoloca a arquitetura como uma prática ética, responsável por criar condições para que o habitar aconteça de forma plena. No contexto da universidade, isso implica pensar espaços que não apenas acomodem funções, mas que permitam a permanência digna, o cuidado e o reconhecimento. O espaço, assim, não é um recipiente neutro, mas uma condição existencial (Heidegger, 2001).

Habitar é, porém, o traço essencial do ser de acordo com o qual os mortais são. Quem sabe se nessa tentativa de concentrar o pensamento no que significa habitar e construir torna-se mais claro que ao habitar pertence um construir e que dele recebe a sua essência. Já é um enorme ganho se habitar e construir tornarem-se dignos de se questionar e, assim, permanecerem dignos de se pensar (Heidegger, 2001, p. 134).

Tal perspectiva revela que muitos estudantes indígenas atravessam o espaço universitário sem conseguir, de fato, habitá-lo. A ausência de uma arquitetura que acolha, dificulta o vínculo com o campus. O habitar, então, torna-se frágil, e o pertencimento permanece em suspensão. Nesse cenário, a arquitetura universitária deixa de ser apenas técnica ou funcional e assume um papel decisivo na possibilidade, ou impossibilidade, de habitar.

Essa compreensão sustenta a defesa de uma arquitetura aberta à apropriação, à vida cotidiana e ao habitar. O espaço arquitetônico não se completa no projeto, mas no uso: o habitante não é um usuário passivo, e sim um sujeito ativo, que interpreta, transforma e atribui sentido ao espaço. Ao valorizar os espaços intermediários — corredores, escadas, pátios e áreas de transição — evidencia-se que é nesses lugares “entre” que a vida social se manifesta com maior intensidade. São esses espaços que permitem encontros, improvisações e usos não programados, fundamentais para a construção do pertencimento (Hertzberger, 1996).

Essa relação afetiva com o espaço é nomeada por Yi-Fu Tuan como topofilia. Trata-se de vínculos emocionais construídos no tempo, alimentados pela experiência sensorial, pela memória e pela cultura. Quando esses laços se formam, o espaço deixa de ser apenas funcional

e passa a ser vivido, carregado de sentido. No entanto, quando a topofilia não se estabelece, o que emerge são sentimentos de estranhamento, desconforto e deslocamento, experiências recorrentes em espaços que não reconhecem a diversidade dos corpos, das histórias e dos modos de existir. “A topofilia não se constrói instantaneamente: ela exige tempo, repetição, experiência e reconhecimento. O mundo percebido pelos olhos é mais abstrato que o conhecido por nós por meio de outros sentidos” (Tuan, 2012, p. 28).

Nesse horizonte, a topofilia se afirma como um conceito central nos estudos da percepção ambiental, ao nomear a relação sensível e afetiva entre o ser humano e a terra, como um vínculo tecido na experiência e nos afetos que dela emergem. Por meio da topofilia, evidencia-se a ligação profunda entre o sujeito e o lugar que habita, onde o espaço deixa de ser cenário e passa a integrar a própria existência. Cada grupo ao se relacionar com o ambiente, inscreve nele seus costumes e modos de viver, frequentemente em contraposição às forças culturais homogeneizadoras.

Nesse encontro, os sujeitos se deixam afetar pelo espaço por meio da apreciação estética, breve ou súbita, e das percepções acionadas pelos sentidos do corpo: o toque, o olhar, o som. A paisagem, então, entrelaça-se à memória, à história e ao reconhecimento de si no lugar, sustentando sentimentos de pertencimento ancorados nos vínculos familiares e nas experiências partilhadas ao longo do tempo. Como lembra Tuan, “a consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar” (Tuan, 2012, p. 144).

Para aprofundar essa escuta do espaço e de seus afetos, recorta-se o conceito de empatia espacial. A empatia espacial refere-se à capacidade de um espaço arquitetônico afetar positivamente o sujeito, produzindo sensações de acolhimento, conforto e consonância entre corpo e ambiente. Trata-se de uma experiência sensível, construída na interação entre ambiência, percepção e corporeidade. Diferentemente do pertencimento profundo, a empatia espacial pode ser momentânea, mas é fundamental para que o sujeito se sinta autorizado a permanecer, circular e existir no espaço. “Espaço empático é, enfim, aquele que permite que nossa memória trabalhe, que permita uma sempre renovada construção de narrativas e uma eterna [re]descoberta de nós mesmos” (Duarte, 2015, p. 75).

É nesse mesmo campo do sensível que a noção de experiência encontra ressonância. A experiência não é aquilo que se planeja ou se controla, mas aquilo que acontece, que toca o sujeito e o transforma, exigindo exposição, abertura e vulnerabilidade. Pensar o espaço universitário a partir dessa chave implica reconhecer que ele nunca age de modo homogêneo.

Cada corpo carrega histórias, marcas e modos próprios de habitar, de modo que o espaço é vivido de maneira singular por diferentes sujeitos e culturas. Para estudantes indígenas, isso significa que a universidade não é apenas um lugar ocupado, mas um território que afeta, desloca e, muitas vezes, tensiona. Suas vivências espaciais pedem escuta, narrativa e reconhecimento, não como exceção, mas como potência para repensar o próprio modo como a instituição se constrói e se oferece à experiência (Larrosa, 2011).

Ao longo deste capítulo, reflexões que permeiam os conceitos de espaço, ambiência, identidade, habitar, experiência, empatia espacial e topofilia foram entrelaçados como fios de uma mesma trama sensível. Juntos, revelam que a inclusão no ensino superior não se esgota nos dispositivos formais de acesso, mas se constrói, ou se rompe, no cotidiano, nos gestos mínimos, nas atmosferas, nas materialidades e nas relações que o espaço engendra. A universidade não apenas abriga a vida acadêmica: ela a molda, a condiciona e, silenciosamente, a transforma. Quando essas condições não existem, o espaço se torna indiferente ou hostil.

Pensar a Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, a partir das experiências dos estudantes indígenas é reconhecer que o espaço participa ativamente da permanência. É admitir que a arquitetura comunica valores, produz expectativas e também delimita fronteiras, visíveis e invisíveis. O acolhimento, nesse sentido, não se realiza apenas por discursos institucionais, mas pela criação concreta de condições para habitar. O espaço deixa, então, de operar como mero cenário e assume um papel decisivo na produção das experiências universitárias.

Essa abordagem permite compreender que o espaço não se transforma apenas por meio de intervenções arquitetônicas, mas também pelo uso, pela presença e pela permanência dos sujeitos. É no cotidiano, na circulação, na pausa, no encontro e na convivência que o espaço se atualiza e se ressignifica. Para estudantes indígenas, cujas experiências espaciais estão profundamente ligadas ao território, à coletividade e à dimensão simbólica do lugar, a universidade pode se apresentar como um espaço tecnicamente organizado, mas existencialmente distante.

3.2 ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO INDÍGENA NO BRASIL: UNB E UFSC COMO REFERENCIAIS

Antes de adentrar o estudo principal desta dissertação, apresenta-se o estudo de dois casos de Espaços de Acolhimento Indígena em universidades brasileiras, compreendidos como referências fundamentais para a construção do debate proposto. O primeiro caso corresponde à Maloca da Universidade de Brasília (UnB), espaço de convivência indígena inaugurado em 2014, amplamente reconhecido por sua relevância simbólica e cultural. O segundo refere-se ao projeto de Moradia Estudantil Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que, embora não tenha sido executado, revela um processo projetual significativo (2017 a 2019), especialmente no que se refere às metodologias participativas e às estratégias de incorporação das dimensões culturais no desenho arquitetônico.

A escolha desses estudos de caso justifica-se por evidenciarem diferentes modos de materialização da presença indígena no espaço universitário, permitindo refletir tanto sobre experiências consolidadas quanto sobre processos em construção. Ao colocar em diálogo um espaço edificado e um projeto não executado, busca-se compreender como o projeto arquitetônico, enquanto processo e forma, pode contribuir para o fortalecimento do pertencimento, da visibilidade e da permanência dos estudantes indígenas, questões centrais desta pesquisa. Esses casos, portanto, não são tomados como modelos a serem replicados, mas como campos de aprendizagem e reflexão, capazes de iluminar caminhos possíveis para a proposição de espaços mais sensíveis às cosmologias, às práticas e aos modos de habitar indígenas no contexto universitário.

A partir desses referenciais, serão construídas categorias de análise que orientarão a leitura e a interpretação do projeto arquitetônico do “Nosso Lugar”, alojamento estudantil indígena no Campus Erechim da UFFS. Tais categorias não se limitam à descrição formal do edifício, mas buscam apreender as relações entre espaço, corpo, experiência e pertencimento, considerando o projeto como expressão material de escolhas políticas, culturais e pedagógicas. Dessa forma, a análise pretende compreender em que medida a arquitetura pode constituir-se como espaço de acolhimento, reconhecimento e sustentação da vida coletiva indígena no contexto universitário, bem como identificar tensões, potências e limites presentes na proposição projetual.

3.3 O CASO DA UNB

A presença indígena na Universidade de Brasília (UnB) não pode ser compreendida apenas a partir das políticas de acesso ao ensino superior. Estudos recentes demonstram que o ingresso do estudante indígena inaugura uma experiência marcada por deslocamentos territoriais, culturais e afetivos, que afetam diretamente sua permanência na instituição (Silva, 2017). Nesse contexto, a Maloca emerge como um espaço fundamental de sustentação da vida universitária indígena, não apenas como edifício, mas como território simbólico, político e experimental.

O Centro de Convivência Multicultural dos Povos Indígenas, da Universidade de Brasília, uma obra de 944m² iniciada em outubro de 2011, foi inaugurado no dia 1º de dezembro de 2014, no campus Darcy Ribeiro (Figura 4). Concebido como um espaço de referência para a valorização e visibilidade das culturas indígenas no âmbito universitário, o edifício passou a ser conhecido como Maloca⁵ entre estudantes e docentes. O conjunto abriga salas de aula, laboratório de informática e áreas que dialogam diretamente com princípios da arquitetura indígena, como redário e o pátio cerimonial, configurando-se como um lugar de encontro e permanência. O espaço iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2015, realizando uma celebração indígena, com rituais, manifestações culturais e gastronomia tradicional (Suzuki, 2014).

Figura 4 - Dia da Inauguração.



Fonte: Foto de Erika Suzuki/UNB Agência (2014).

⁵ A maloca é a grande casa comunal onde se organiza a vida cotidiana, ritual e política do grupo doméstico ampliado, constituindo-se como centro da sociabilidade e da reprodução cultural (Ribeiro, 1996).

Ainda, ao entrevistar o estudante de Engenharia Florestal e vice-presidente da Associação dos Acadêmicos Indígenas da UnB, Poran Potiguara, Suzuki (2014) evidencia que inauguração da Maloca representa a concretização de um sonho coletivo. O estudante recorda que a ideia do espaço teve origem em um primeiro esboço feito à mão, à sombra de uma árvore próxima ao Restaurante Universitário, gesto que simboliza uma trajetória construída com persistência, memória e pertencimento. Potiguara afirma que “mais que um espaço físico, a Maloca constitui-se como um espaço espiritual de aproximação das comunidades indígenas e acadêmica” (Suzuki, 2014).

A cerimônia foi encerrada com a dança do Toré (Figura 5), prática que, segundo Potiguara, está presente em diferentes momentos da vida coletiva, seja para celebrar, seja para elaborar a dor, constituindo-se como uma forma de conexão com o tempo presente. A presença desse ritual no espaço universitário, reforça o caráter simbólico da Maloca como lugar de encontro entre saberes e modos de existir. À época da entrevista, Poran integrava um grupo de 74 estudantes indígenas, de diferentes etnias, matriculados nos cursos de graduação na UnB. Desde a assinatura do convênio entre a universidade e a Fundação Nacional do Índio (Funai), em 2004, 13 indígenas haviam concluído a graduação, sendo que um deles já se encontrava pós-graduado (Suzuki, 2014).

Figura 5 - Estudantes indígenas dançam o Toré.



Fonte: Foto de Erika Suzuki/UNB Agência (2014).

A luta pela construção da Maloca revela que a exclusão indígena na universidade também se manifesta na ausência de espaços físicos, capazes de acolher práticas coletivas, rituais e formas próprias de convivência. Antes de sua consolidação, os estudantes indígenas se reuniam em espaços improvisados, como corredores, salas provisórias e áreas externas do campus, o que evidencia que a permanência depende, em grande medida, da possibilidade de territorialização no espaço universitário. Nesse contexto, o projeto da Maloca, portanto, não se restringe à busca por visibilidade simbólica, mas expressa a necessidade de territorializar a presença indígena em um campus historicamente organizado pelas lógicas hegemônicas e homogeneizantes. Sua presença introduz outra forma de produzir espaço, baseada não apenas em critérios técnicos ou programáticos, mas na experiência vivida, na corporeidade e na construção de vínculos (Gama, 2018).

Nesse sentido, a Maloca atua como um espaço de sustentação subjetiva, fundamental para enfrentar o isolamento, o preconceito e o racismo institucional vivenciados no cotidiano universitário (Silva, 2017). Ao oferecer um lugar de acolhimento e reconhecimento, contribui para que o estudante indígena permaneça não apenas fisicamente na universidade, mas também emocional e simbolicamente implicado em sua trajetória acadêmica. Sob uma perspectiva mais sensível, a Maloca pode ser compreendida como um espaço de refúgio e recomposição: após vivenciar situações de exclusão ou violência simbólica, retornar a esse lugar significa reencontrar um ambiente onde o corpo pode repousar, a palavra pode circular livremente e a identidade pode se expressar sem mediações coloniais (Renault, 2023).

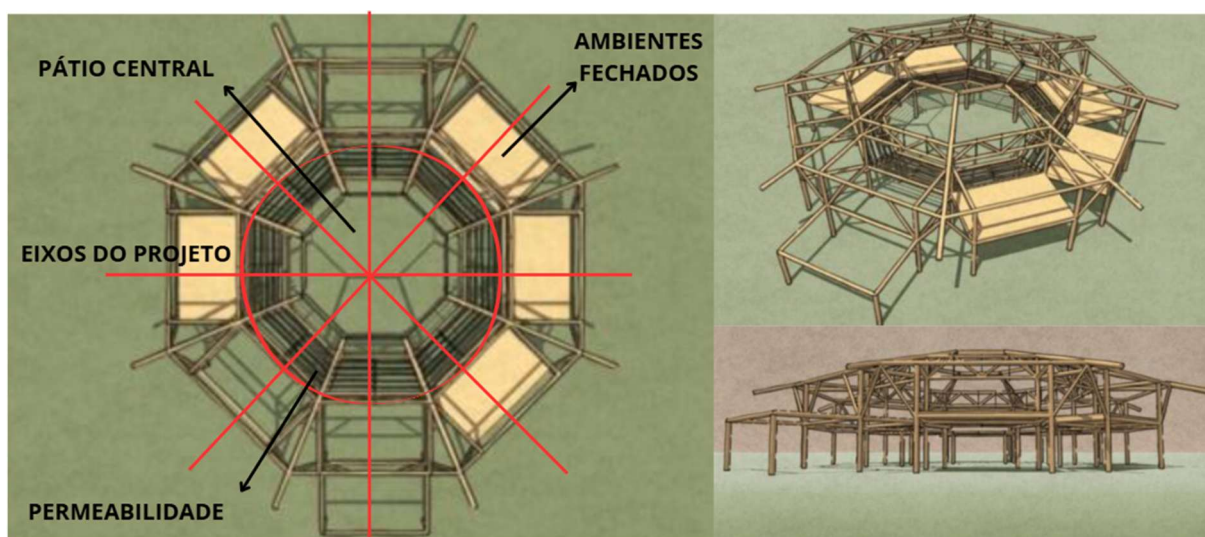
Para além dessa dimensão do cuidado, a Maloca desempenha papel central como espaço político. É a partir dela que os estudantes indígenas articulam reivindicações, organizam mobilizações, constroem respostas coletivas às situações de discriminação e estabelecem diálogo com a gestão universitária (Gama, 2018). Do ponto de vista arquitetônico, essa dinâmica reforça a compressão de que o espaço não é neutro: ele condiciona, sustenta e possibilita a ação política. A Maloca funciona, assim, como base material e simbólica do movimento indígena no interior da universidade, sem a qual a mobilização tenderia a tornar-se fragmentada e fragilizada.

Essa dimensão política se materializa no uso cotidiano do espaço. É na Maloca que acontecem reuniões, assembleias, eventos acadêmicos indígenas, rituais, festas e momentos informais de convivência. Essas práticas revelam que o espaço não se esgota naquilo que foi

concebido em projeto, mas é continuamente produzido pelas práticas que nele se realizam. Tal dinâmica reafirma a compreensão do espaço como produto social e relacional (Lefebvre, 2006), cuja vitalidade decorre da apropriação cotidiana e da reinserção constante de sentidos. A Maloca, nesse sentido, não se apresenta como um edifício acabado, mas como um espaço vivo, em permanente construção simbólica.

Sob o ponto de vista arquitetônico, a Maloca rompe com a lógica funcionalista predominante nos edifícios acadêmicos. Sua implantação e organização espacial (Figura 6) incorporam usos que não se ajustam às tipologias acadêmicas convencionais. O espaço circular, a arena central, os ambientes de convivência e o redário evidenciam uma arquitetura pensada para o estar-junto, para a permanência prolongada e para a experiência coletiva, em contraste com a rigidez funcional das salas de aula padronizadas (Mendes *et al.*, 2019).

Figura 6 - Vista superior e perspectiva do projeto estrutural.



Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens de Timba Estruturas (2025).

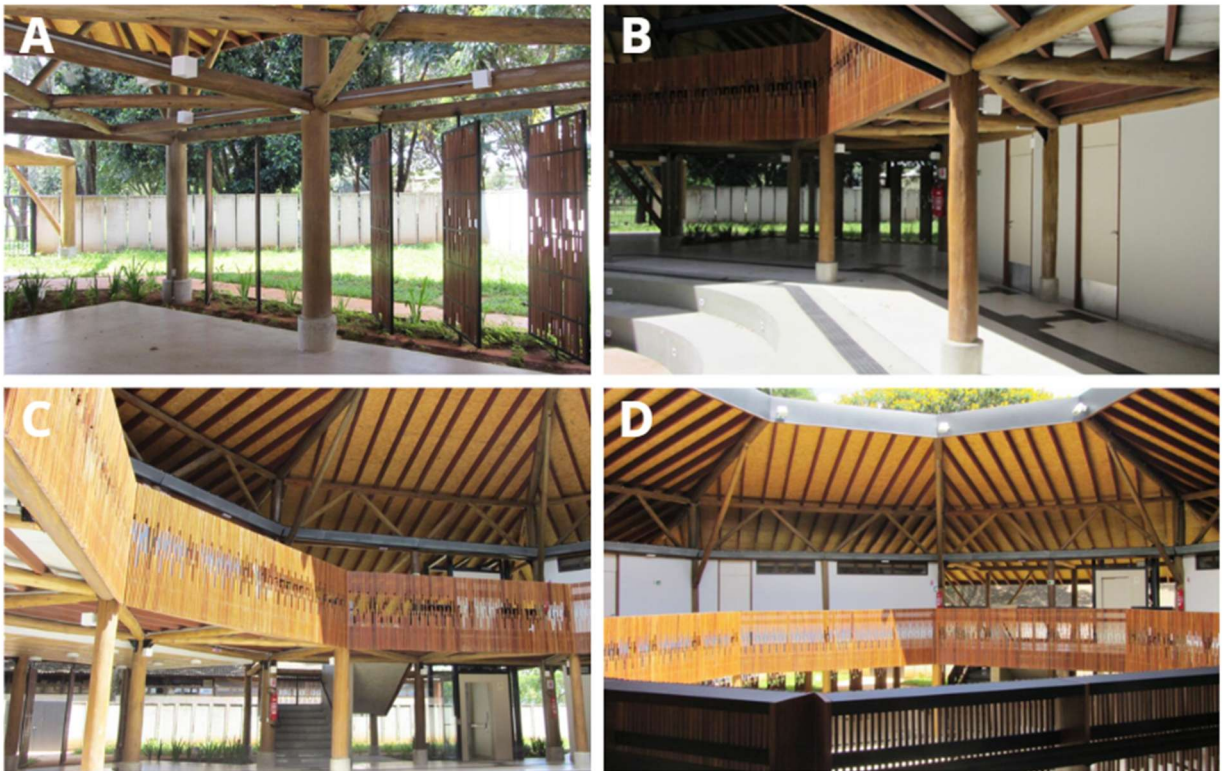
A ambiência da Maloca produz uma atmosfera distinta da convencional, convocando o corpo à permanência, à escuta e à convivência, instaurando ritmos próprios, menos acelerados e mais atentos ao tempo de encontro. A materialidade, os objetos presentes, os cheiros dos alimentos e chás, os sons das conversas e dos rituais, faz da Maloca um espaço vivido, que convida o corpo a habitar de maneira menos disciplinada, permitindo sentar no chão, deitar na

rede, circular sem hierarquias rígidas e ocupar ambientes com liberdade de gestos e ritmos (Gama, 2018).

Em termos fenomenológicos, o edifício não se impõe ao sujeito, mas se oferece à experiência espacial, aproximando-se do que Pallasmaa (2011) descreve como uma arquitetura percebida pelo corpo inteiro. Essa configuração produz uma ambiência singular no interior do campus, na qual forma, uso e significado se articulam de maneira indissociável. Ao compreender a arquitetura como essa articulação, Unwin (2013) contribui para fortalecer a leitura de que, na Maloca, a identidade indígena deixa de constituir-se apenas como um lugar relacional permanentemente negociado no encontro com a universidade, para transformar-se em um convite à troca, ao reconhecimento e à presença compartilhada.

Como se observa na Figura 7, a edificação apresenta-se aberta e visualmente permeável, à exceção dos ambientes destinados as salas fechadas, permitindo que o interior se conecte ao exterior e estabelecendo um convite à aproximação de quem passa. A permeabilidade se manifesta para aqueles que se encontram no centro da Maloca, permitindo tanto a visualização da área externa da edificação quanto a conexão visual com o segundo pavimento, uma vez que o guarda-corpo é integralmente ripado. As paredes que promovem maior vedação visual, responsáveis por garantir abrigo aos espaços mais íntimos, adotam a cor branca, tornando-se quase imperceptíveis diante da presença e da expressividade dos demais materiais. A única restrição a essa permeabilidade visual ocorre no fechamento externo do conjunto (que pode ser observado ao fundo da figura 7A), o que estabelece um contraste em relação ao sentido de abertura e de relação espacial com o entorno, tão claramente evidenciado pela própria configuração da edificação.

Figura 7 - Fechamentos permeáveis



Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens de Timba Estruturas (2025).

O espaço central, em forma de pátio circular ou anfiteatro (Figura 8), organiza o conjunto e revela uma escolha projetual fundamental: o vazio como núcleo do projeto. Esse vazio é lugar de acontecimentos – de fala, de escuta, de ritual e de dança, como o Toré descrito na entrevista analisada anteriormente. Essa circularidade rompe com a hierarquia da fachada frontal, típica dos edifícios acadêmicos, e favorece o olhar horizontal, materializando a ideia de comunidade e de presença compartilhada. Aqui, a arquitetura não ensina nem disciplina; ela acolhe, em consonância com Bondia (2002), para quem a experiência não é algo que se explica, mas algo que atravessa o sujeito.

Figura 8 - Pátio circular como núcleo do projeto



Fonte: Timba Estruturas (2025).

A materialidade da Maloca (Figura 9), longe de ser apenas um suporte físico, participa ativamente da produção de sentidos. A escolha predominante da madeira roliça, visível na estrutura, nos pilares, nas tesouras e nos fechamentos verticais, afasta a Maloca de uma arquitetura institucional rígida, abstrata ou monumental. Trata-se de uma materialidade quente, tátil e expressiva, que convoca o corpo antes mesmo da leitura racional do espaço. A decisão de não ocultar a estrutura, ao contrário, torná-la protagonista, reforça uma ética do fazer visível. As conexões, os encaixes, as amarrações e os apoios são legíveis, quase didáticos. Essa escolha pode ser lida como uma recusa da ideia de espaço acabado e fechado, ou ainda, uma aproximação com saberes construtivos tradicionais, nos quais construir também é narrar e ensinar.

Figura 9 - Materialidades



Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens de Timba Estruturas (2025).

A madeira, nesse contexto, não atua apenas como técnica construtiva, mas como elemento produtor de ambiência, capaz de ativar memórias e estabelecer continuidade simbólica com modos indígenas de construir e habitar. Essa dimensão aproxima-se da noção de abrigo simbólico, em que o espaço acolhe e protege, permitindo ao sujeito reconstruir vínculos e sentidos (Bachelard, 1993). Os fechamentos verticais em ripas de madeira, os painéis vazados e a relação constante com o exterior criam uma condição de entre-lugar, na qual não se está totalmente dentro nem totalmente fora. Essa condição liminar dissolve fronteiras rígidas entre universidade e território, permite a circulação de luz, ar, sons e olhares e produz um espaço de transição fundamental para experiências interculturais: não um espaço isolado no interior da universidade, mas como um espaço de atravessamento.

O modo como o espaço é apropriado, decorado e continuamente transformado pelos estudantes evidencia que ali a arquitetura não está concluída, mas permanece em processo. Banners, pinturas, objetos rituais e elementos simbólicos inscrevem no espaço as identidades indígenas, fazendo com que a Maloca se configure como um lugar em constante construção, onde o projeto arquitetônico inicial é atravessado pelas práticas cotidianas (Figura 10). Essa dimensão processual reforça a ideia de que o habitar indígena, mesmo em contexto urbano e universitário, não se reduz à ocupação funcional, mas envolve a produção contínua de pertencimento.

Figura 10- Exposição audiovisual em 3D e 360° sobre o povo Kiriri foi realizada na Maloca durante a Semana Universitária 2023



Fonte: Foto de Karina de Oliveira/UNB Agência (2023).

A abertura zenital na cobertura (Figura 11), acima do pátio circular central, introduz o céu ao interior do edifício, marcando a passagem do tempo, das horas e das estações. A luz, longe de ser homogênea ou excessivamente controlada, varia, desloca-se e desenha sombras, reforçando a dimensão temporal e sensível do espaço. Habitar a Maloca é, assim, também habitar o tempo, compreendendo o espaço como processo e acontecimento, e não apenas como volume construído.

Figura 11: Abertura zenital



Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens de Timba Estruturas (2025).

Ao articular o projeto da Maloca com os autores mobilizados neste estudo, é possível compreendê-la como um exemplo concreto de como a arquitetura universitária pode atuar como mediadora da inclusão e da permanência indígena. A Maloca não integra o estudante indígena à universidade tal como ela é, mas introduz no campus uma outra lógica de habitar, que tensiona a aparente neutralidade da arquitetura universitária e revela seu caráter excludente. Sua existência convoca a repensar os próprios fundamentos espaciais da universidade, deslocando-a de uma lógica abstrata e funcionalista para uma arquitetura capaz de acolher a diversidade dos modos de existir, aprender e permanecer.

Ainda assim, os estudos são cuidadosos ao não idealizar a Maloca. Embora reconheçam sua potência, apontam seus limites quando o espaço não é acompanhado por políticas institucionais integradas de permanência. A ausência de apoio pedagógico específico, a fragilidade da gestão compartilhada e a permanência de práticas institucionais pouco sensíveis às particularidades indígenas demonstram que a arquitetura, por si só, também não resolve todas as tensões da experiência universitária indígena. Mesmo assim, há consenso de que, sem a Maloca, a permanência indígena na Universidade de Brasília seria ainda mais vulnerável,

reafirmando seu papel como gesto arquitetônico, político e simbólico no interior do ensino superior brasileiro (Mendes *et al.*, 2019).

3.3.1 O caso da UFSC

A proposta da Moradia Estudantil Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina constituiu-se como um equipamento de suporte à permanência dos estudantes indígenas, fundamentada na compreensão de que habitar é um ato cultural e que a permanência no ensino superior não pode ser pensada dissociada das formas de organização social, dos rituais cotidianos, das práticas coletivas e das relações territoriais que estruturam a vida indígena. Reconhece-se, assim, que o deslocamento para a universidade implica, para esses estudantes, um afastamento não apenas geográfico, mas também simbólico de seus territórios de origem, e que a arquitetura pode atuar como mediação sensível nesse processo (Wiese *et al.*, 2021).

Um dos aspectos mais relevantes de sua concepção reside no processo de projeto participativo adotado desde suas etapas iniciais. Para o desenvolvimento da proposta, foi estruturado um projeto de extensão universitária coordenado pelo Laboratório de Projetos do Curso de Arquitetura e Urbanismo (LABPROJ), que contou com a participação de estudantes indígenas residentes do Alojamento Provisório Indígena da instituição, denominado por eles de Maloca. Para além da edificação destinada à moradia, o projeto prevê ainda a implantação de equipamentos complementares, como um Centro Cultural e um parque, em áreas integradas ao campus, contribuindo para o fortalecimento, a visibilidade e a valorização da presença indígena no espaço universitário (Wiese *et al.*, 2021).

Na figura 12 pode-se observar as etapas de projeto distribuídas de 1 a 6. A organização das etapas que fundamentaram o projeto teve como ponto de partida a compreensão dos processos de projeto participativo no campo da arquitetura e urbanismo. Entender o que significa projetar com os usuários – e não apenas para eles – implica assumir uma postura de pensamento que transforma o próprio fazer projetual, demandando abordagens distintas na definição das ações e estratégias adotadas. Nesse sentido, estabeleceu-se a interação contínua entre projetistas e comunidade indígena, tanto no âmbito universitário quanto fora dele, como o principal instrumento de apoio à concepção e ao desenvolvimento do projeto arquitetônico.

Figura 12 - Etapas do projeto



Fonte: Wiese *et al.* (2021).

Nessa direção, conforme interpretam Wiese *et al.* (2021) a partir de Guizzo (2019), a incorporação de múltiplos atores no processo projetual estabelece uma relação indissociável entre produto e entorno, na medida em que o projeto passa a ser construído a partir da consideração de uma multiplicidade de experiências, saberes e vivências. A participação de indivíduos com trajetórias e vínculos distintos com o território amplia o repertório de questões incorporadas ao projeto e possibilita que a proposta resultante se afaste da simples reprodução de modelos genéricos, desvinculados das realidades locais, bem como de padrões idealizados do que se convencionou chamar de tradicional. O projeto participativo não busca a repetição de formas preexistentes, mas a construção de soluções singulares, capazes de expressar a vitalidade, a diversidade e a complexidade das comunidades envolvidas.

Diferentemente de abordagens tradicionais, centradas em decisões técnicas unilaterais, o projeto foi estruturado a partir de um percurso metodológico baseado no diálogo contínuo com os estudantes indígenas e na interação direta com comunidades tradicionais, em especial a Aldeia Guarani Yakla Porã. Esse percurso teve início com a primeira roda de conversa (Figura 13A), no final do ano de 2017 como um diálogo de aproximação que visava compreender as dificuldades e necessidades dos estudantes indígenas, e passou a se desdobrar em vivências no

território universitário (Figura 13B), visitas ao alojamento indígena provisório⁶ e experiências imersivas na aldeia Guarani Yakla Porã⁷ (Figura 13C). Essas ações permitiram à equipe projetual compreender, para além de dados programáticos, os significados atribuídos ao espaço, as dinâmicas da vida comunitária, o papel dos elementos naturais e a centralidade de determinados símbolos nas cosmologias indígenas. O projeto deixa, assim, de ser concebido para os usuários e passa a ser construído com eles, instaurando uma lógica de coautoria (Wiese *et al.*, 2021).

Figura 13 – Parte do processo participativo de projeto



Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens de Wiese *et al.* (2021).

Nesse sentido, compreende-se que o arquiteto passa a assumir um papel de mediador cultural, relativizando seus repertórios formais e técnicos para incorporar saberes tradicionais, de outras temporalidades e modos distintos de relação com o território. A participação, assim, não se restringe à consulta, mas se constitui como uma prática contínua de escuta, negociação e aprendizado mútuo, refletindo diretamente nas decisões espaciais e construtivas do conjunto.

A oficina de grafismos indígenas (Figura 14), realizada durante a SemanARQ de 2019, promoveu um ambiente de troca de saberes e integração entre estudantes indígenas e não indígenas do curso de Arquitetura e Urbanismo. A atividade foi conduzida pelos próprios estudantes indígenas, que compartilham conhecimentos sobre grafismos, pinturas simbólicas e

⁶ O alojamento provisório dos estudantes indígenas da UFSC, chamado de Maloca, se localizava em um espaço improvisado do restaurante universitário desativado, passando despercebido para o restante da comunidade acadêmica (Wiese *et al.*, 2021).

⁷ Nessa experiência foi construída a Casa Opy no interior da própria aldeia, com destaque para o uso dos recursos naturais disponíveis no local, aspecto que orientou a tomada de decisão sobre o projeto, o lugar de implantação e as técnicas construtivas adotadas. O elemento fogo emerge, novamente, como protagonista, em razão de seu profundo valor simbólico e espiritual.

identidades culturais, culminando na pintura de grafismos representativos de diferentes povos em espaços de destaque do edifício, como a arquibancada principal. A experiência colaborativa evidenciou a importância da representatividade e do fortalecimento das identidades indígenas no espaço universitário, despertando sentimentos de orgulho e pertencimento entre os participantes.

Figura 14 - Oficina de grafismos indígenas



Fonte: Wiese *et al.* (2021).

Como resultado das ações experienciadas, do ponto de vista arquitetônico, o projeto é concebido não apenas como um conjunto edificado, mas como a constituição de um território indígena no interior da universidade. O partido projetual se organiza a partir de espaços abertos, pátios e da relação intensa com os elementos naturais do entorno, em consonância com a lógica espacial observada nas aldeias, onde grande parte da vida cotidiana acontece ao ar livre (Figura 15). A estrutura arquitetônica do conjunto adota soluções que dialogam com materiais naturais e sistemas construtivos expressivos, como o uso da madeira roliça, fechamentos leves e a valorização das transições entre interior e exterior. Essas escolhas não se limitam a uma estética vernacular, mas buscam traduzir, de forma contemporânea, valores associados à relação com a natureza, à coletividade e à flexibilidade de uso (Wiese *et al.*, 2021).

Figura 15 - Implantação e conexões do projeto



Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens de Wiese *et al.* (2021).

A concepção de uma arquitetura reconhecida como espaço indígena, sensível aos vínculos afetivos e culturais dos estudantes, contribui para o fortalecimento da autonomia, do pertencimento e da afirmação identitária. As diretrizes do projeto fundamentam-se no conceito de interculturalidade, entendida como processo relacional e histórico, reconhecendo a universidade como espaço de diálogo, mas também de tensões e assimetrias, onde persistem preconceitos e desafios às trajetórias indígenas.

O Espaço do Fogo (Figura 16) assume papel estruturante no projeto, tanto simbólica quanto espacialmente. Presente de forma recorrente nas narrativas dos estudantes indígenas, o fogo é compreendido como elemento de encontro, espiritualidade, transmissão de saberes e fortalecimento dos vínculos comunitários. Sua materialização antecede, inclusive, o desenvolvimento completo da moradia, funcionando como marco inicial de territorialização indígena no campus. A organização dos demais espaços em torno desse núcleo reforça seu caráter agregador e coletivo (Wiese *et al.*, 2021).

Figura 16 - Espaço do fogo

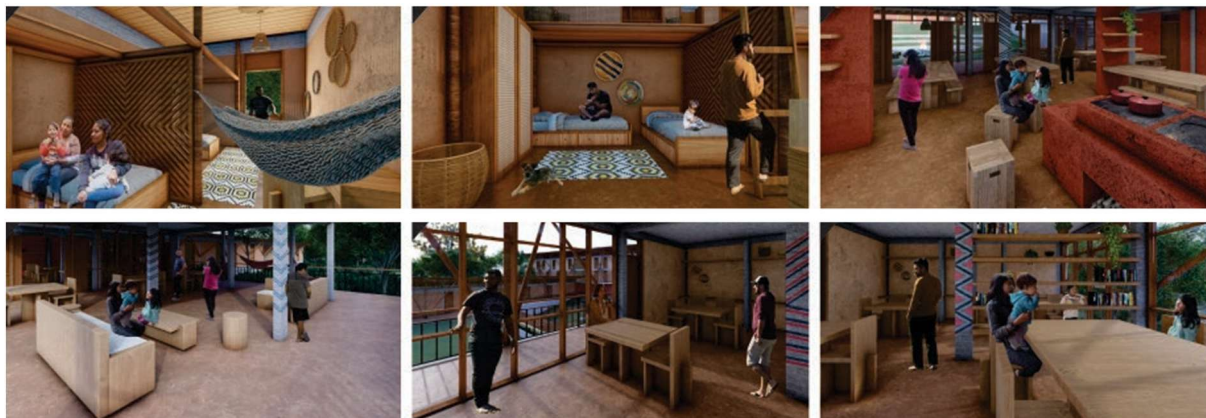


Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens de Wiese *et al.* (2021).

Na Figura 17, é possível observar que o projeto de interiores dos ambientes, também segue a linguagem utilizada no exterior da edificação. Os dormitórios e unidades habitacionais são concebidos de maneira modular e adaptável, capazes de acolher diferentes configurações familiares e respeitar agrupamentos étnicos, diferenças religiosas e necessidades específicas, como a presença de mães com filhos. Elementos como a possibilidade de uso de redes para dormir, cozinhas coletivas com fogão à lenha e mobiliários em materiais naturais evidenciam uma atenção cuidadosa às práticas cotidianas indígenas, evitando a imposição de modelos habitacionais padronizados (Wiese *et al.*, 2021).

A linguagem arquitetônica incorpora ainda grafismos indígenas, como elementos estruturados da identidade visual do conjunto, presentes em pilares, painéis e espaços destinados à livre manifestação artístico-cultural (Figura 17). Esses grafismos não atuam como ornamento, mas como dispositivo de afirmação identitária, visibilidade e resistência, reforçando o reconhecimento da diversidade étnica no espaço institucional da universidade (Wiese *et al.*, 2021).

Figura 17 - Ambientes internos



Fonte: Wiese *et al.* (2021).

A Moradia Estudantil Indígena da UFSC transcende seu caráter assistencial e se afirma como um projeto político-pedagógico. Para os estudantes indígenas, representa a possibilidade concreta de permanência digna, de fortalecimento da autonomia e de manutenção de vínculos culturais em um contexto historicamente marcado pela exclusão. Para a universidade, configura-se como um gesto institucional de reconhecimento, que tensiona as lógicas hegemônicas de produção do espaço acadêmico e amplia o debate sobre interculturalidade, direito à cidade e justiça espacial.

Além disso, o projeto contribui significativamente para a formação dos estudantes de arquitetura e urbanismo envolvidos, ao oferecer uma experiência concreta de prática profissional comprometida com a realidade social, com a escuta dos usuários e com a articulação entre técnica, cultura e território. O processo realizado pelo Laboratório de Projetos (LabPROJ), evidencia que a arquitetura, quando concebida como prática reflexiva e situada, pode atuar como instrumento de transformação social e de construção de novas narrativas sobre a presença indígena na cidade e na universidade. Em síntese, constituiu-se como um exemplo potente de como a arquitetura pode sustentar permanências, produzir pertencimentos e materializar direitos, ao reconhecer que projetar, nesse contexto, é também um ato ético, político e cultural.

Nesse sentido, o estudo do projeto da Moradia Estudantil Indígena da UFSC (Figura 18) contribui ao operar teorias no interior de um caso empírico, mostrando como conceitos já amplamente discutidos neste estudo, seja no campo da arquitetura ou das ciências humanas, ganham materialidade quando confrontados com a realidade vivida. A noção de espaço como produto social, desenvolvida por Lefebvre (2006), aparece de forma evidente quando se observa que a inexistência de uma moradia indígena adequada na universidade não era neutra, mas expressão de um espaço concebido sem considerar a diversidade de sujeitos que o habitam. A proposta da moradia, ao contrário, inaugura a possibilidade de produções de um espaço vivido, apropriado e reconhecido pelos próprios estudantes indígenas, rompendo com a ideia de que a universidade é um território culturalmente uniforme.

Figura 18 - Perspectivas externas



Fonte: Wiese *et al.* (2021).

Ao mesmo tempo, para deslocar o entendimento da arquitetura como simples resolução funcional de demandas, o sentido da permanência, conforme evidenciado no caso UFSC, não se sustenta apenas por metragem, número de unidades habitacionais ou infraestrutura mínima, mas pela capacidade do espaço de produzir ambiências que acolham o corpo, a memória e a experiência. Essa dimensão reforça que a arquitetura significativa é aquela que se dirige ao conjunto dos sentidos e que reconhece o corpo como medida primeira do espaço. As decisões projetuais da moradia, como a centralidade do fogo, os espaços abertos, a materialidade natural e a fluidez entre interior e exterior, produzem atmosferas que favorecem a permanência emocional e simbólica, e não apenas a ocupação física (Pallasmaa, 2011).

Essa leitura se aprofunda quando a moradia universitária se aproxima da ideia de casa enquanto o espaço de intimidade e proteção simbólica. Em diálogo com Gaston Bachelard (1993), a moradia indígena na UFSC pode ser compreendida como um lugar onde se reinscreve

o sentimento de abrigo, pertencimento e continuidade da vida cotidiana, mesmo em um contexto de deslocamento territorial. A possibilidade de cozinhar coletivamente, reunir-se em torno do fogo, acomodar famílias e expressar grafismos culturais transforma a moradia em extensão simbólica do território de origem, atenuando as rupturas impostas pela vida universitária.

Outro aporte fundamental está na compreensão do projeto arquitetônico como articulação indissociável entre forma, uso e significado. No caso analisado, a forma arquitetônica não antecede o uso, tampouco o significado é imposto de maneira abstrata. Ao contrário, esses três elementos emergem simultaneamente a partir do envolvimento direto dos estudantes indígenas no processo de concepção. A moradia não é apenas utilizada pelos estudantes, mas reconhecida como espaço indígena, o que fortalece os vínculos afetivos e identitários e amplia as condições de permanência na universidade (Unwin, 2013).

Essa articulação teórica desdobra-se em uma contribuição metodológica essencial: o processo participativo não é complemento, mas fundamento do projeto. Projetar com os usuários, como revela o caso da UFSC, é aceitar outras temporalidades, outros saberes e outras formas de relação com o território, exigindo do arquiteto uma escuta atenta e uma abertura constante ao deslocamento de suas certezas. O percurso acontece em fluxo, aproxima, experimenta, refaz e reconhece a incerteza como parte do próprio criar. A construção do Espaço Fogo, as oficinas de grafismo e as vivências no campus já instauram gestos de territorialização simbólica, por meio dos quais os estudantes passam a se reconhecer na universidade. Assim, o processo antecede e ultrapassa a forma construída: ele já é arquitetura, porque faz nascer pertencimento, visibilidade e reconhecimento.

3.3.2 Categorias de análise para a leitura do “Nosso Lugar”

As categorias de análise aqui representadas não foram previamente definidas a partir de um modelo fechado, mas construídas ao longo do percurso teórico e empírico desta pesquisa. Elas emergem do diálogo entre os autores mobilizados no capítulo, das leituras dos estudos de caso Maloca da Universidade de Brasília e da Moradia Estudantil Indígena da Universidade Federal de Santa Catarina, bem como reflexões produzidas a partir do contato com o contexto

da Universidade Federal da Fronteira Sul. Trata-se, portanto, de categorias situadas, que se constituem como instrumentos de leitura sensíveis às complexidades que atravessam a relação entre arquitetura, experiência e permanência indígena no ensino superior.

A escolha dessas categorias parte do entendimento de que a análise do projeto arquitetônico do “Nosso Lugar” não pode restringir-se à descrição formal de elementos construtivos ou à verificação de atendimento a programas de necessidades. Considera-se que a arquitetura, especialmente quando voltada ao acolhimento e à convivência, atua na produção de modos de existir, de se relacionar e de permanecer. Assim, fez-se necessário construir um conjunto de categorias capazes de apreender dimensões materiais, simbólicas, afetivas e políticas do espaço, reconhecendo que tais dimensões se entrelaçam e se constituem.

As categorias também respondem à compreensão de que o espaço universitário é atravessado por tensões entre um espaço concebido, normatizado e frequentemente homogeneizante, e um espaço vivido, tecido nas práticas cotidianas, nas apropriações e nas resistências dos sujeitos. Nesse sentido, elas buscam explicitar aspectos que, muitas vezes, permanecem invisibilizados em análises tradicionais de projeto, como os vínculos afetivos, as formas de habitar, os processos de identificação, os usos imprevistos e a dimensão política da ocupação do espaço.

Ao organizar a leitura do “Nosso Lugar” a partir dessas categorias, pretende-se construir uma análise que reconheça a arquitetura como instância ativa na produção da experiência universitária indígena. Mais do que avaliar se o projeto funciona, interessa compreender como ele opera, para quem opera e com que efeitos sobre os corpos, as relações e os modos de viver. As categorias, portanto, não são compartimentos estanques, mas chaves interpretativas que se sobrepõem e se tensionam, permitindo uma leitura integrada e sensível do projeto.

Por fim, a existência dessas categorias justifica-se pela necessidade de articular teoria e prática, conceito e forma, discurso e espaço construído. Elas constituem um campo intermediário entre os referenciais teóricos discutidos neste capítulo e o estudo empírico do “Nosso Lugar”, possibilitando que a análise arquitetônica seja atravessada pelas questões do pertencimento, da permanência e do direito à cidade e à universidade. Desse modo, as categorias não apenas organizam a análise, mas expressam a própria posição ética e política desta pesquisa: pensar a arquitetura como prática comprometida com a vida, com a diversidade e com a sustentação de permanências.

Tabela 1 - Categorias de Análise Projetual

Categoria de análise projetual	Autores de referência	O que observar no espaço / projeto
1. Espaço como instância ativa da experiência	Lefebvre; Milton Santos; Larrosa Pallasmaa	<ul style="list-style-type: none"> • Como o espaço atua sobre os sujeitos; se acolhe, convoca ou repele; efeitos do espaço nos modos de existir, circular e permanecer no cotidiano universitário. • Análises arquitetônicas: organização espacial, implantação, hierarquias, relações entre cheios e vazios, aberturas, permeabilidades, controle ou liberdade de circulação, legibilidade do conjunto, relações com o entorno.
2. Habitar, cuidado e permanência	Heidegger; Bachelard; Duarte	<ul style="list-style-type: none"> • Diferença entre ocupar e habitar; elementos e configurações que proporcionem condições de cuidado, proteção e permanência; sensação de acolhimento; autorização simbólica para permanecer. • Análises arquitetônicas: tipologias de moradia, dimensionamentos, organização dos ambientes íntimos e coletivos, transições interior-exterior, materialidades, iluminação, ventilação, escala humana, presença de elementos de fogo, cozinha, redes, pátios, etc.
3. Identidade, pertencimento e vínculo afetivo	Stuart Hall; Yi-Fu Tuan	<ul style="list-style-type: none"> • Reconhecimento simbólico; construção (ou fragilização) do pertencimento; laços afetivos com o lugar; memória, repetição e identificação. • Análises arquitetônicas: grafismos, cores, materiais, espaços para rituais e encontros, possibilidade de personalização, presença de símbolos, presença de elementos de fogo, relação com a paisagem, espaços que favorecem identificação e reconhecimento.
4. Cotidiano, uso e ressignificação	Milton Santos; Lefebvre	<ul style="list-style-type: none"> • Circulações, pausas, encontros; repetição de usos; possibilidades de transformação do espaço pelo uso cotidiano e pela presença continuada. • Análises arquitetônicas: flexibilidade espacial, espaços abertos à adaptação, mobiliário móvel, presença de suportes para apropriação (paredes, painéis, áreas livres).
5. Espaços intermediários e do “entre”	Hertzberger; Lefebvre	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade de corredores, pátios, escadas e transições; encontros não programados; improvisações; usos coletivos espontâneos.

		<ul style="list-style-type: none"> • Análises Arquitetônicas: largura e proporção desses espaços, presença de bancos, sombras, proteção climática, transparências, visuais cruzados, continuidade espacial, estímulo à permanência.
6. Espaço como suporte da ação coletiva e da luta política	Lefebvre; Milton Santos; Gama;	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de espaços que possibilitam reunião, assembleia, encontro, organização coletiva; visibilidade da presença indígena no campus; condições espaciais que sustentam mobilização, articulação política e construção de agendas coletivas; relação entre espaço e capacidade de reivindicação. • Análises arquitetônicas: presença de salas multiuso, pátios, arenas, espaços centrais, auditórios informais, possibilidade de grandes encontros, visibilidade arquitetônica, localização estratégica no campus, acessos públicos.

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Categoria 1: Espaço como instância ativa da experiência - Esta categoria parte da compreensão de que o espaço não constitui um suporte neutro onde a vida acontece, mas uma instância ativa na produção das experiências humanas. Em diálogo com Lefebvre (2006), entende-se que o espaço é um produto social, historicamente construído e atravessado por relações de poder, capaz de condicionar práticas, comportamentos e modos de existir. Milton Santos (2006) amplia essa leitura ao conceber o espaço como um sistema indissociável de objetos e ações, no qual a materialidade construída e as práticas sociais se interpenetram. Nessa direção, Bondia (2002) contribui ao afirmar que a experiência é aquilo que acontece ao sujeito, que o atravessa e o transforma, sendo sempre singular e situada. Nesse horizonte, Pallasmaa (2011) reforça que a experiência arquitetônica é essencialmente corpórea e multissensorial, envolvendo visão, tato, audição, olfato e memória. Do ponto de vista arquitetônico, esta categoria orienta a leitura da implantação, das hierarquias espaciais, das permeabilidades, das relações entre cheios e vazios e da forma como essas escolhas produzem determinadas experiências corporais e sensoriais.

Categoria 2: Habitar, cuidado e permanência - A categoria habitar, cuidado e permanência fundamentam-se na compreensão fenomenológica de que habitar não se reduz à ocupação física de um espaço, mas constitui o modo fundamental de ser do homem no mundo. Para Heidegger (2001), construir só faz sentido quando orientado pelo habitar, entendido como

cuidado, permanência e relação com a terra, com os outros e consigo mesmo. Bachelard (1993), ao tratar da casa como espaço de intimidade e abrigo simbólico, reforça a dimensão afetiva e protetiva do habitar, associada à memória, ao repouso e à construção de vínculos. Duarte (2015), por sua vez, contribui com a noção de empatia espacial, compreendida como a capacidade de um espaço produzir sensações de acolhimento e consonância entre corpo e ambiente. Arquitetonicamente, observa-se a configuração dos espaços íntimos e coletivos, as transições interior-exterior, a escala, a materialidade, a iluminação e a ventilação, ou seja, analisar se as soluções arquitetônicas favorecem o cuidado, o abrigo e a permanência.

Categoria 3: Identidade, pertencimento e vínculo afetivo - A identidade é compreendida, a partir de Stuart Hall (2004), como um processo histórico, relacional e inacabado, concluído por múltiplas identificações que se reorganizam ao longo do tempo. Não se trata de uma essência fixa, mas de uma construção situada, atravessada por narrativas, memórias e representações culturais. Yi-Fu Tuan (2012), ao introduzir o conceito de topofilia, contribui para compreender os vínculos afetivos que os sujeitos estabelecem com os lugares, construídos por meio da experiência sensorial, da repetição e da memória. Do ponto de vista arquitetônico, analisa-se a presença das marcas culturais, possibilidades de personalização, símbolos, grafismos, materialidades e relações com a paisagem que favoreçam identificação, reconhecimento e construção de pertencimento.

Categoria 4: Cotidiano, uso e ressignificação - O espaço, enquanto produto social, está em permanente processo de produção e transformação, sendo continuamente ressignificado pelas práticas cotidianas. Lefebvre (2006) evidencia que o espaço vivido se constrói nas apropriações, nos usos imprevistos e nas resistências que escapam ao controle do espaço concebido. Milton Santos (2006) reforça essa compreensão ao afirmar que o espaço resulta da articulação entre técnica, tempo e prática social. Unwin (2013) contribui ao compreender a arquitetura como articulação indissociável entre forma, uso e significado, enfatizando que o sentido do espaço emerge dessa relação. Arquitetonicamente, observa-se a flexibilidade dos ambientes, a possibilidade de rearranjos, a presença de suportes para apropriação e as transformações provocadas pelo uso ao longo do tempo.

Categoria 5: Espaços intermediários e do “entre” - Inspirada em Hertzberger (1996), esta categoria reconhece os espaços intermediários (corredores, pátios, escadas, varandas e áreas de transição) como lugares fundamentais da vida social, e não apenas como zonas de passagem. São nesses espaços do “entre” que se intensificam encontros não programados,

improvisações e usos produtivos espontâneos. Em diálogo com Lefebvre (2006), compreende-se que tais espaços favorecem a produção do espaço vivido, ampliando as possibilidades de apropriação e de construção de pertencimento. Do ponto de vista arquitetônico, analisa-se a qualidade, dimensão e caráter desses espaços, bem como sua capacidade de estimular permanência, encontro e convivência.

Categoria 6: Espaço como suporte da ação coletiva e da luta política - Esta categoria parte da compreensão de que o espaço é também um campo de conflito e um meio de ação política. Para Lefebvre (2006), o espaço expressa e materializa disputas sociais, sendo produzido por interesses muitas vezes contraditórios. Santos (2006) contribui ao evidenciar que o espaço funciona como suporte material das práticas sociais, sem o qual a ação coletiva tende a fragilizar. Estudos de Gama (2018), ao analisarem a experiência da Maloca na UnB, demonstram empiricamente que a existência de um espaço próprio constitui base fundamental para a organização, a mobilização e a visibilidade política dos estudantes indígenas. Arquitetonicamente, observa-se a existência de espaços que possibilitam reunião, assembleia, visibilidade, localização estratégica no campus e condições espaciais para organização coletiva.

Com base nesse percurso, compreende-se que pensar arquitetura universitária é pensar as condições de existência que ela sustenta. As categorias aqui construídas delineiam um campo analítico que reconhece o espaço como experiência, vínculo, cuidado e gesto político. É a partir desse horizonte que se inicia a leitura do “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento e Alternância da UFFS”, Campus Erechim, buscando compreender como sua proposição arquitetônica materializa possibilidades de habitar, acolher e permanecer.

4 O “NOSSO LUGAR”: ARQUITETURA, PROCESSO E EXPERIÊNCIA

O caso central desta dissertação se inscreve em uma experiência que articula projeto, extensão universitária e permanência estudantil, tomando o espaço como campo de acolhimento e como dispositivo de reconhecimento. O Centro de Acolhimento e Alternância, também nomeado poeticamente como “Nosso Lugar”, é apresentado como proposta vinculada ao LabCroki e ao projeto de extensão “Espaços de Acolhimento Indígena da UFFS”, desenvolvido com participação de docentes coordenadores e estudantes extensionistas.

4.1 O “NOSSO LUGAR” COMO CONSTRUÇÃO COLETIVA: ENSINO, EXTENSÃO E PERMANÊNCIA

O projeto do “Nosso Lugar” não inicia como um gesto isolado, mas como desdobramento de um percurso formativo construído no interior do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul, no âmbito da componente curricular Projeto Arquitetônico e o Ambiente. As informações apresentadas a seguir têm como base os planos de curso dessa CCR nos semestres de 2018.1 e 2023.2. Trata-se de uma CCR voltada à concepção e ao desenvolvimento de projetos arquitetônicos com ênfase nas relações entre edificação, ambiente natural e entorno, incorporando discussões sobre conforto ambiental, sustentabilidade, estratégias bioclimáticas e percepção sensorial do espaço. Nesse contexto, o projeto é compreendido não apenas como resolução formal, mas como processo crítico que articula aspectos técnicos, ambientais e humanos.

A partir desse entendimento, a CCR assume, em ambos os semestres analisados, o tema “Espaço de acolhimento indígena na UFFS Campus Erechim” como eixo estruturador das atividades, buscando promover uma abordagem contemporânea da temática indígena e fomentar o diálogo com a comunidade acadêmica. O objetivo explícito é ampliar a sensibilidade dos estudantes para compreender diferentes realidades culturais, ao mesmo tempo em que se consolidam conteúdos relacionados ao conforto ambiental e à sustentabilidade. O terreno escolhido, localizado no próprio campus e voltado para a rodovia, introduz condicionantes reais

de implantação, clima, topografia e paisagem, reforçando a aproximação entre ensino, lugar e problemática completa.

O percurso metodológico é organizado em módulos que revelam uma lógica gradual de aproximação, instrumentalização e desenvolvimento projetual. No primeiro módulo (denominado Aproximação e Contextualização), são realizadas aulas teóricas, exibição de documentários, ciclos de palestras (Figura 19) e diálogos com pesquisadores, lideranças e estudantes indígenas, abordando temas como políticas de educação superior indígena, acolhimento de estudantes indígenas e experiências de moradia estudantil indígena em outras universidades. Esse momento inicial estabelece um campo de escuta e sensibilização, fundamental para deslocar o olhar dos estudantes de uma compreensão abstrata do tema para uma aproximação situada, atravessada por histórias, demandas e vivências.

Figura 19 - Ciclo de palestras "Indígenas na Universidade"



Fonte: Acervo de projeto.

Ainda nesse primeiro momento, são realizados seminários temáticos sobre povos indígenas, educação e presença indígena nas universidades, bem como análises do terreno proposto e construção de maquetes individuais, a partir de observações diretas de insolação, topografia, drenagem, vegetação e pré-existências. Esses exercícios articulam leitura técnica e percepção sensível, permitindo que o lugar seja reconhecido não apenas como suporte físico, mas como campo de possibilidades e restrições que afetam diretamente o projeto.

No segundo módulo, de Instrumentalização, reflexão e aplicação, a disciplina aprofunda conteúdos de bioclimatologia, conforto ambiental e percepção sensorial, articulados a seminários sobre os sentidos no conforto ambiental e à elaboração de painéis de ideias, nos quais cada estudante apresenta sua proposta inicial por meio de maquetes e elementos gráficos.

Esse momento marca a passagem da escuta e da pesquisa para a formulação conceitual, quando os estudantes começam a traduzir, em espacialidades, as questões levantadas ao longo do processo.

O terceiro módulo, de definição e desenvolvimento do projeto, concentra-se no amadurecimento do partido arquitetônico, por meio de assessoramentos coletivos e individuais, painéis intermediários e aprofundamento das soluções construtivas, estruturais e bioclimáticas. O projeto passa a ser entendido como síntese provisória de um percurso, e não como resultado fechado, reforçando o caráter processual do ato de projetar.

Esse conjunto de etapas evidencia que o “Nosso Lugar” nasce de um processo pedagógico que articula teoria, prática, escuta e experimentação, que vem sendo construído ao longo dos anos. Mais do que um exercício acadêmico, trata-se de uma construção coletiva que emerge do encontro entre ensino de projeto e demandas reais da permanência indígena na universidade. Assim, antes mesmo de se constituir como objeto arquitetônico, o projeto se afirma como gesto político-pedagógico no qual projetar significa também aprender a escutar, a negociar sentidos e a reconhecer o espaço como instância ativa na produção de pertencimentos.

Desse percurso, desenvolvido na componente curricular Projeto Arquitetônico e o Ambiente, deriva o projeto de extensão “Espaços de Acolhimento Indígena na UFFS”. As discussões, pesquisas e proposições construídas em sala de aula, evidenciam a necessidade de continuidade do trabalho, que passa a ser assumida no âmbito da extensão, contando inclusive com a participação de estudantes que integraram componente curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo. O projeto de extensão constitui, assim, um desdobramento direto do processo formativo iniciado no ateliê, ampliando suas possibilidades de aprofundamento e consolidação (Zanin *et al.*, 2025).

Logo no início do desenvolvimento da proposta no projeto de extensão, o governo federal destinou recursos para contemplar a demanda das turmas de alternância, que incluem grande número de estudantes indígenas, o que viabilizou o avanço do processo e a articulação entre equipe extensionista, direções de campus e setores administrativos. Na condição de mestranda e participante, como ouvinte, do projeto de extensão, a autora desta dissertação esteve presente em algumas reuniões e apresentações da equipe, acompanhando a dinâmica do processo e realizando anotações para posterior escrita e análise. As informações apresentadas a

seguir têm como base essas anotações bem como o documento institucional de registro da ação extensionista (Zanin *et al.*, 2025).

O projeto de extensão visa desenvolver uma proposta arquitetônica, em nível de anteprojeto, para o acolhimento de estudantes indígenas e de estudantes dos cursos em regime de alternância nos campi de Erechim/RS, Chapecó/SC e Laranjeiras do Sul/PR da UFFS. O regime de alternância organiza-se a partir dos Tempos de Universidade (TU) e Tempos de Comunidade (TC), articulando teoria e prática e implicando o deslocamento dos estudantes de seus territórios de origem, o que demanda espaços qualificados de permanência, com dormitórios e áreas de convivência. Nesse contexto, destacam-se a presença de estudantes indígenas e de estudantes vinculados ao PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), evidenciando o caráter plural e diverso da instituição (Zanin *et al.*, 2025).

Registrado como ação extensionista institucional, de natureza multidisciplinar, vinculada à área de Arquitetura e Urbanismo e à linha de extensão Grupos Sociais Vulneráveis, o projeto de extensão “Espaços de Acolhimento Indígena na UFFS” tem como objetivo desenvolver uma proposta arquitetônica em nível de anteprojeto que contemple as especificidades dos estudantes indígenas do Campus Erechim durante sua estada na universidade. Reconhece-se, neste contexto, a diversidade de situações vividas por esse público: estudantes que frequentam o campus diariamente, outros em períodos específicos, alguns provenientes de comunidades da região e outros de territórios distantes do país. Ao dialogar com representantes indígenas, o projeto identifica a existência de necessidades comuns, o que reforça a importância de construir uma proposta arquitetônica que se aproxime cada vez mais da realidade do campus e possa, inclusive, servir como instrumento de captação de recursos para sua futura execução (UFFS, 2024).

A proposta constitui-se de uma demanda identificada desde a abertura da universidade ao ingresso de estudantes indígenas por meio do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), evidenciando a ausência de moradia estudantil ou de espaços adequados para que esses estudantes se reconheçam e ocupem o ambiente universitário conforme seus modos de viver. Assim, o projeto de extensão assume como ponto de partida a compreensão de que as políticas de acesso, embora fundamentais, não se sustentam sem políticas espaciais de permanência (Zanin *et al.*, 2025).

Metodologicamente, o projeto é desenvolvido de forma participativa no LabCroki, com atuação conjunta de estudantes e professores do curso de Arquitetura e Urbanismo e em parceria direta com o Coletivo de Estudantes Indígenas da UFFS. A equipe contou, ainda, com a participação de uma estudante indígena do curso de Arquitetura e Urbanismo. Essa configuração desloca a lógica tradicional de projeto centrada exclusivamente no arquiteto, instaurando um campo de coautoria, no qual escuta, diálogo e negociação de sentidos tornam-se elementos estruturantes do processo (Zanin *et al.*, 2025).

Entre os objetivos específicos do projeto destacam-se o desenvolvimento de uma metodologia de projeto participativo junto aos estudantes indígenas, a identificação detalhada de suas demandas, a realização de estudos de caso referenciais, a definição da área destinada à proposta em conjunto com as instâncias gestoras do campus, a elaboração de levantamento e análises de condicionantes e a produção coletiva de uma proposta arquitetônica em nível de anteprojeto. Esses objetivos revelam que o “Nosso Lugar” é pensado menos como objeto isolado e mais como resultado de um percurso de aproximação gradual com a realidade vivida (Zanin *et al.*, 2025).

As reflexões que fundamentam o projeto de extensão também se ancoram em pesquisas e diagnósticos já realizados sobre a presença indígenas da UFFS. Peron e Cella (2021) evidenciam que estudantes indígenas expressam o desejo de compartilhar na universidade seus modos de ser, suas relações com a natureza, com a família, com a língua materna e com o tempo, e apontam a necessidade de espaços físicos de referência permanente para orientação, acompanhamento, atividades pedagógicas e socialização. Tais contribuições reforçam a compreensão de que a permanência indígena envolve dimensões que ultrapassam a assistência financeira, exigindo respostas espaciais sensíveis às suas especificidades culturais (Zanin *et al.*, 2025).

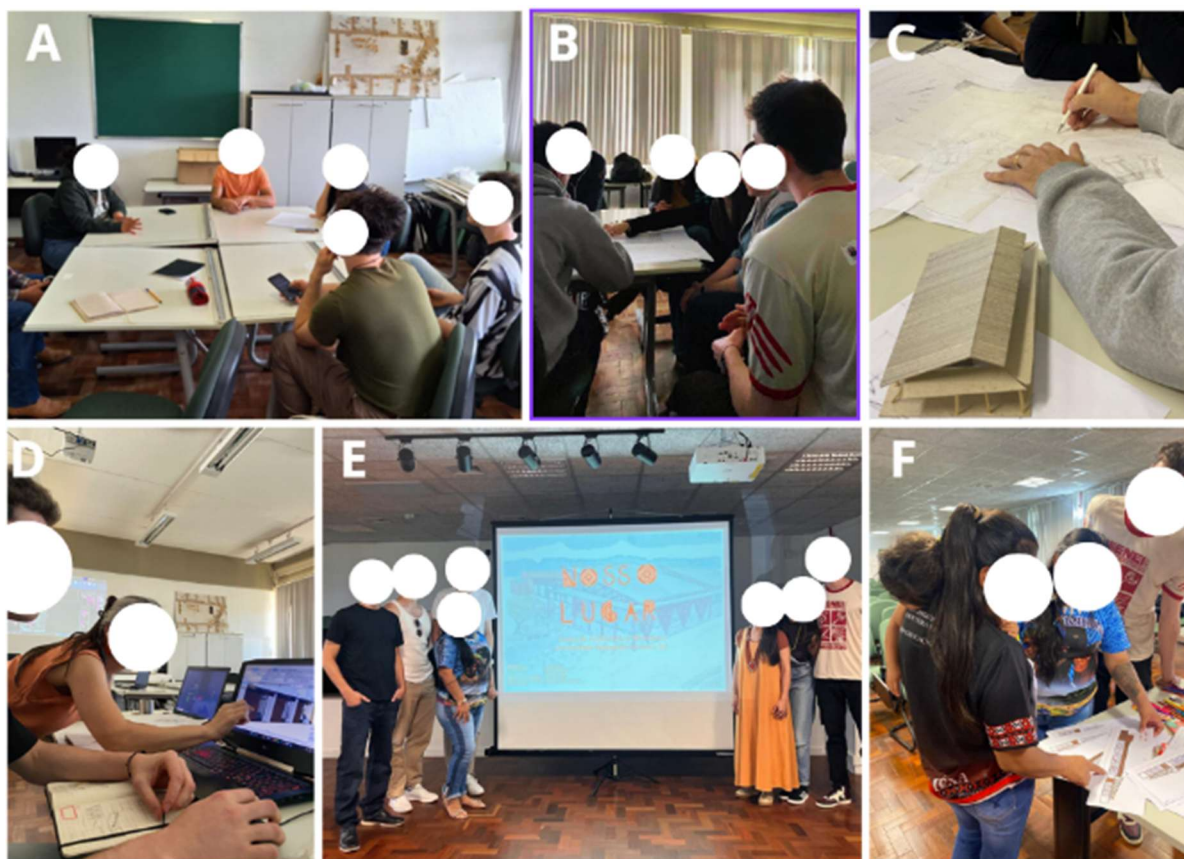
Nesse sentido, as conversas realizadas com estudantes indígenas do Campus Erechim, no âmbito do próprio projeto de extensão e das atividades da disciplina, permitiram levantar demandas concretas, como ambientes de preparo de alimentos, convívio, reuniões e estudos, espaços integrados para crianças e cuidadores, alojamentos/dormitórios, áreas para apresentações culturais, confecção e venda de artesanato e espaços adequados (internos e externos) para fazer fogo. Essas solicitações revelam não apenas carências funcionais, mas o desejo de vivenciar e apresentar a cultura indígena no espaço universitário, imprimindo identidade e criando laços (Zanin *et al.*, 2025).

A própria escolha do nome anuncia uma intenção que ultrapassa a funcionalidade: não se trata apenas de abrigar, mas de produzir lugar, um lugar que se diga no plural, que reconheça a diversidade e que suporte a experiência cotidiana de quem chega, permanece e retorna. Essa abertura ao plural também se explica na presença de diferentes línguas e povos indígenas como referência simbólica do projeto (Baniwa, Nheengatu, Tikuna, Kaingang, Tukano, Guarani), como se o título já operasse como gesto de hospitalidade: um espaço que não uniformiza a presença indígena, mas a admite em sua multiplicidade.

Para atender às especificidades dos cursos em regime de alternância, o projeto concebe um lugar que acolhe os estudantes em suas múltiplas formas de vivenciar o espaço universitário, especialmente nos períodos de imersão acadêmica, que pressupõem convívio intenso com professores e colegas, além da necessidade de infraestrutura de alimentação nos finais de semana. A denominação “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento e Alternância da UFFS” materializa, simbolicamente, a intenção institucional de melhor receber esses sujeitos, conferindo ao espaço condições para um aprendizado de qualidade e para a construção de pertencimento.

A metodologia de projeto (Figura 20) evidencia que a proposta não nasce como solução pronta, mas como processo de evolução, constituída por etapas sucessivas: plano de necessidades (20A), diálogos técnicos (20B), estudos iniciais (20C), definições de projeto (20D), apresentações para evolução da proposta (20E) e desenhos participativos de fachadas (20F). Essas etapas configuram um percurso no qual o projeto vai se afinando por aproximações. As apresentações públicas, realizadas em diferentes contextos (Erechim/RS e Chapecó/SC) e para públicos diversos, estudantes da Educação do Campo, Agronomia e estudantes indígenas com autoridades da direção, reforçam a dimensão coletiva e pedagógica desse fazer: o projeto é debatido, exposto, atravessado por escutas e por negociações (Zanin *et al.*, 2025).

Figura 20 - Evolução do projeto.

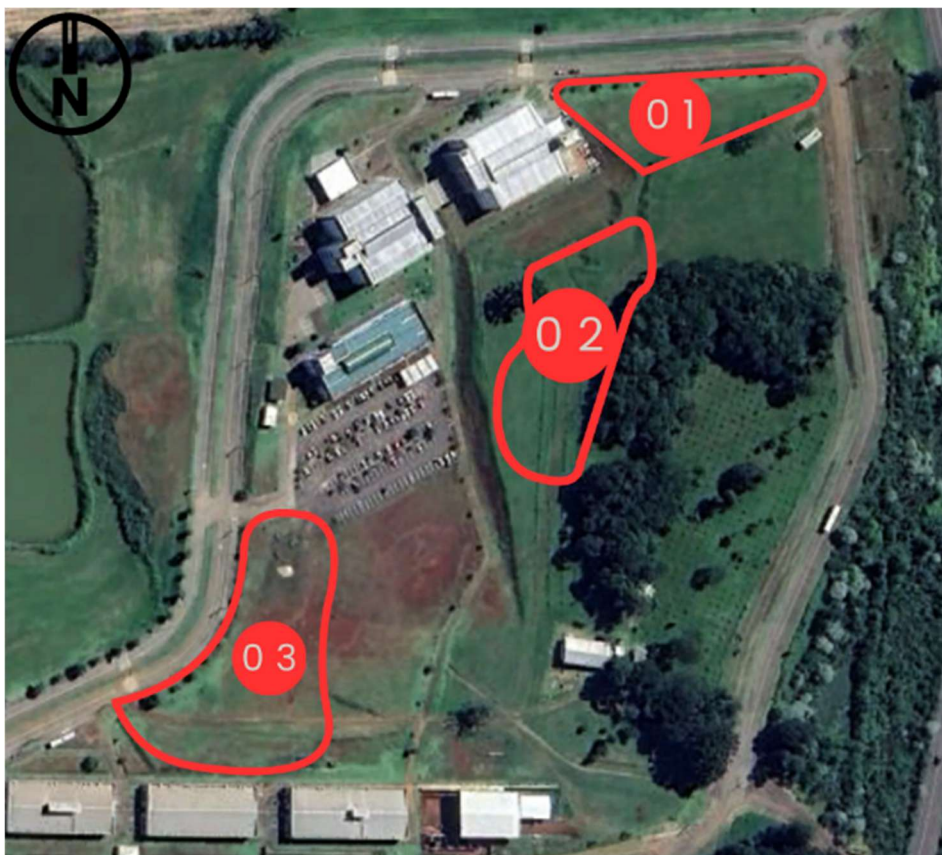


Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens do Acervo do Projeto de Extensão (2025).

Esse dado é crucial para esta escrita, pois desloca a análise da “forma final” para a forma em devir: a arquitetura que se constrói não apenas no desenho, mas na circulação do desenho, na roda, na fala, na revisão. O “Nosso Lugar”, antes de ser edifício, aparece como uma prática de construção de pertencimento, uma forma de tornar visível (e discutível) aquilo que muitas vezes se mantém invisível na universidade: quem é acolhido, como é acolhido e em que condições a permanência se torna possível. Nesse sentido, o projeto se aproxima da noção de arquitetura como mediação cultural: um território de passagem e permanência que tenta sustentar, simultaneamente, o cotidiano universitário e as formas coletivas de vida que não cabem plenamente nas tipologias usuais de alojamento.

Para a escolha do sítio de implantação do “Nosso Lugar”, foram estudadas três opções de terrenos (Figura 21). A análise comparativa dos três terrenos evidencia que cada alternativa apresenta potencialidades e limitações distintas (Zanin *et al.*, 2025).

Figura 21 - Opções de Terrenos.



Fonte: Acervo do Projeto de Extensão (2025).

O Terreno 01 destaca-se pela proximidade com o Bosque, com o Bloco B e seus espaços de apoio, pela boa acessibilidade e pela proteção em relação aos ventos sul, configurando-se como uma área favorável do ponto de vista ambiental e funcional; entretanto, seu relevo, formato e tamanho, associados à exposição direta à RS-135 e à consequente falta de privacidade, colocam desafios importante para o programa que demanda acolhimento e resguardo (Zanin *et al.*, 2025).

O Terreno 02, por sua vez, apresenta vistas privilegiadas, relação direta com áreas verdes e acesso ao futuro parque, além de um formato e dimensão que oferecem maior liberdade de implantação; em contrapartida, encontra-se afastado de infraestruturas existentes e carece de acessibilidade consolidada, o que fragiliza sua adequação imediata ao uso pretendido (Zanin *et al.*, 2025).

Já o Terreno 03 reúne atributos relevantes, com proximidade com as infraestruturas, posição de centralidade no campus, acesso a blocos e praças futuras e necessidade reduzida de alteração do relevo, favorecendo a integração do projeto à dinâmica universitária; como

limitações, destaca-se o fato de ser uma área descampada, demandando intervenções paisagísticas significativas, além da proximidade com edificações existentes, o que exige especial atenção às questões de privacidade (Zanin *et al.*, 2025).

Em síntese, a escolha do terreno transita entre centralidade, acessibilidade, qualidade ambiental, resguardo e custos de implantação, de modo a equilibrar inserção no campus e condições adequadas de habitar. Aqui emerge um ponto sensível para a leitura fenomenológica: acolher não é apenas estar “perto” de infraestruturas; é também poder regular distâncias, controlar exposição, proteger intimidades e construir um limiar entre o campus funcional e o lugar vivido. A anotação “falta de privacidade” aparece nas citações dos alunos indígenas como alerta arquitetônico e político: a permanência pode ser fragilizada quando o espaço de permanência é excessivamente exposto, observável, atravessado. Assim, a implantação passa a ser entendida como uma primeira camada de cuidado: onde o edifício se assenta define, em parte, se ele poderá sustentar recolhimento, encontro e autonomia.

A edificação implanta-se no que hoje se configura como um vazio central do campus (Figura 22), localizado no eixo de articulação entre os diferentes blocos. Tal posição confere destaque e relevância simbólica ao projeto, ao mesmo tempo que introduz uma questão fundamental a ser enfrentada pela arquitetura: a construção de condições de privacidade para seus usuários em um contexto de elevada exposição diante ao campus.

Figura 22 - Localização do terreno dentro do campus da UFFS/Erechim



Fonte: Google Maps (2026). Adaptado pela autora.

Esse tensionamento emergiu, inclusive, em reunião da equipe de projeto com a direção do campus, na qual foi sugerida a realocação do projeto “Nosso Lugar” para uma área mais reservada. Conforme relatado de um dos integrantes da equipe do projeto de extensão, a direção argumentou pela manutenção da implantação originalmente escolhida, por compreender que esta assegura melhores condições de uso, acessibilidade e segurança. A centralidade e a ampla visibilidade do local favorecem um controle social difuso, no sentido de que sons, movimentos e presenças são compartilhados, reduzindo situações de vulnerabilidade que tendem a ser potencializadas em áreas isoladas.

Ainda segundo esse relato, a localização central contribui para a vida cotidiana das estudantes indígenas, especialmente daquelas que possuem filhos, ao facilitar o acesso a serviços, apoios institucionais e redes informais de cuidado. Um afastamento excessivo da edificação implicaria não apenas dificuldades logísticas, mas também a reprodução de processos de penalização e inviabilização desses sujeitos. Soma-se a isso o fato de que a centralidade amplia as possibilidades de convívio intercultural e viabiliza o uso do espaço por toda a comunidade acadêmica nos períodos em que não estiver sendo ocupado pelas turmas de alternância.

Por fim, destaca-se que não foram identificadas, no campus, outras áreas que reunissem simultaneamente infraestrutura consolidada, fácil acessibilidade e condições topográficas favoráveis, sem a necessidade de significativas movimentações de terra, as quais implicariam aumento expressivo nos custos de implantação. Esse conjunto de condicionantes evidencia que a definição da implantação se deu de forma articulada à compreensão das formas de viver e das necessidades cotidianas dos estudantes indígenas, exigindo que a proposta arquitetônica fosse construída a partir da escuta e do diálogo.

A elaboração da proposta arquitetônica do “Nosso Lugar” por meio de um processo de escuta e diálogo com estudantes indígenas, permitiu identificar um conjunto de espaços considerados essenciais para uma permanência qualificada na universidade. Entre demandas levantadas estão ambientes destinados ao preparo dos próprios alimentos, espaços de convivência, reuniões e estudos, áreas integradas para a presença de crianças e seus cuidadores, dormitórios para a permanência no campus, locais voltados a apresentações culturais,

exposição, confecção e comercialização de artefatos, oficinas interculturais e espaços adequados, internos e externos, para a presença do fogo (Zanin *et al.*, 2025).

Essas solicitações revelam que os espaços de acolhimento não são compreendidos apenas como suporte funcional, mas como territórios de expressão cultural, onde se tornam possíveis a continuidade das práticas, a produção de vínculos e a afirmação identitária no interior da universidade. Nesse sentido, o espaço se aproxima da compreensão de Lefebvre (2006), ao ser entendido como produção social, constituído simultaneamente por dimensões materiais, simbólicas e vividas, e não como mero recipiente neutro das atividades.

A partir dessa perspectiva, a seguir será apresentado e analisado o projeto do “Nosso Lugar”, buscando compreender como essas demandas se materializam em escolhas arquitetônicas e espaciais.

4.2 DO PROGRAMA À AMBIÊNCIA: CONFIGURAÇÃO ESPACIAL DO “NOSSO LUGAR”

A apresentação do “Nosso Lugar - Centro de Acolhimento e Alternância da UFFS” no que se refere ao programa de necessidades, à organização espacial e às escolhas de materialidade permite compreender como as demandas levantadas no processo participativo começam a se traduzir em espacialidades concretas. Trata-se de um momento em que o projeto deixa de existir apenas como intenção e passa a assumir corpo, ainda que em nível de anteprojeto, revelando de que maneira o acolhimento, a permanência e a convivência são inscritos no desenho. Assim, mais do que descrever ambientes, esta etapa busca evidenciar como o programa e a configuração do conjunto expressam uma determinada compreensão de estadia, orientada por valores de coletividade, flexibilidade e cuidado.

Considerando os recursos disponibilizados para a obra, os estudos arquitetônicos partiram da definição de uma demanda mínima a ser atendida. O programa revela uma compreensão ampliada de espaços de acolhimento: dormitórios e banheiros aparecem lado a lado com convivência, espaços de preparo de alimentos e de suporte e possibilidades de usos flexíveis. Na versão sintetizada do programa de necessidades (Figura 23), observa-se a decisão por dois blocos adaptáveis (Figura 24) (masculino, feminino e familiar), com capacidade total de 60 pessoas, sendo 30 pessoas por bloco (Zanin *et al.*, 2025).

Figura 23 - Programa de necessidades

PROGRAMA DE NECESSIDADES

SETOR	
DORMITÓRIOS	<ul style="list-style-type: none"> • 2 BLOCOS ADAPTÁVEIS PARA MASCULINO, FEMININO E FAMILIAR; • CAPACIDADE TOTAL DE 60 PESSOAS, SENDO 30 POR BLOCO.
BANHEIROS/VESTIÁRIOS	<p>EM CADA BLOCO NO BANHEIRO COLETIVO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 3 BACIAS SANITÁRIAS; • 3 CHUVEIROS; • 4 PIAS; <p>• 2 BANHEIROS FAMÍLIA COMPLETO (CHUVEIRO, TROCADOR E PIA);</p> <p>• 1 BANHEIRO PARA PCD COMPLETO (CHUVEIRO E PIA);</p>
CONVIVÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> • BLOCO ADAPTÁVEL; • ÁREA FECHADA PARA CONVÍVIO E REFEIÇÕES; • CONVÍVIO EM ESPAÇOS COBERTOS E NÃO COBERTOS EM ÁREAS AO AR LIVRE;
SERVIÇO	<ul style="list-style-type: none"> • LAVANDERIA COM ESPAÇO EXTERNO; <p>SALA ADAPTÁVEL NO BLOCO DE CONVIVÊNCIA QUE PODE SERVIR DE:</p> <ul style="list-style-type: none"> • DML; • DESPENSA; • ENFERMARIA; • SALA DE APOIO PEDAGÓGICO;

Fonte: Acervo do Projeto de Extensão (2025).

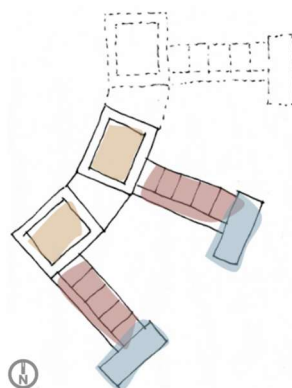
Figura 24 - Planta Baixa Setorizada



Fonte: Acervo do Projeto de Extensão (2025).

Também foi elaborada uma proposta que prevê a organização da edificação em três blocos (masculino, feminino e familiar) com capacidade mínima de 90 pessoas (Figura 25). Entretanto, essa configuração não pôde ser incorporada à etapa inicial de implantação em função das limitações orçamentárias, permanecendo como diretriz para uma possível ampliação em fase futura (Zanin *et al.*, 2025). Destaca-se que o dimensionamento definido a partir do recurso disponível não permite contemplar a demanda total de estudantes indígenas que necessitam de moradia permanente, atendendo, neste momento, prioritariamente as turmas de alternância. A ampliação em um terceiro bloco, portanto, apresenta-se como estratégia fundamental para ampliar a capacidade de atendimento e aproximar a proposta das demandas reais identificadas.

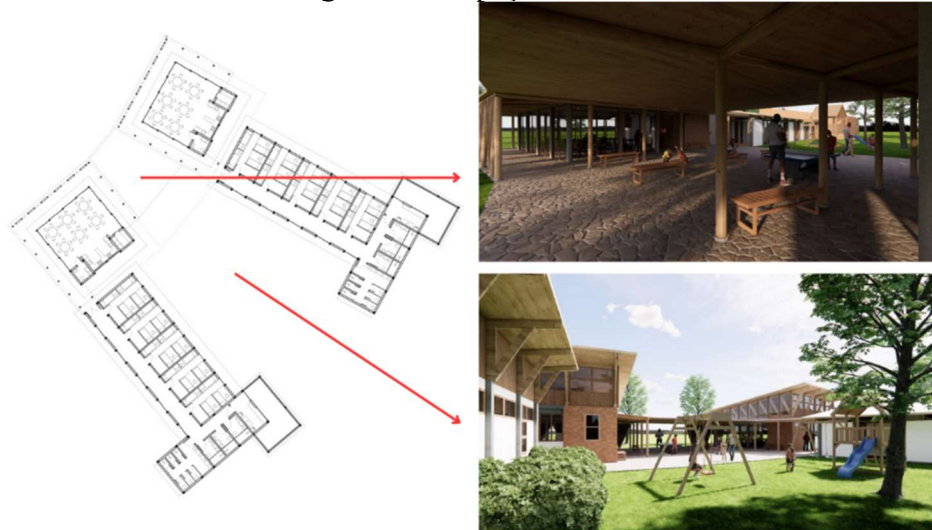
Figura 25 - Possibilidade de um terceiro Bloco



Fonte: Acervo do Projeto de Extensão (2025).

O desenho do conjunto sugere uma solução em blocos que conformam um “entre” (Figura 26), ou seja, um vazio central que não é resto, mas possibilidade: espaço de encontro, circulação, permanência ao ar livre, apropriação. Esse ponto aparece com força também quando o programa explicita convivência em espaços cobertos e não cobertos em áreas ao ar livre. Em termos de leitura sensível, esse “entre” pode ser interpretado como o lugar onde o espaço se torna comunidade: onde as rotinas deixam de ser apenas individuais e passam a compor ritmos coletivos, conversar, cozinhar, circular, ver e ser visto na medida certa, escolher quando permanecer junto e quando recolher. O projeto, ao prever varandas e espaços abertos articulados à convivência, parece apostar numa ambiência de transição: nem totalmente dentro, nem totalmente fora, um limiar habitável.

Figura 26 - Espaços "entre"

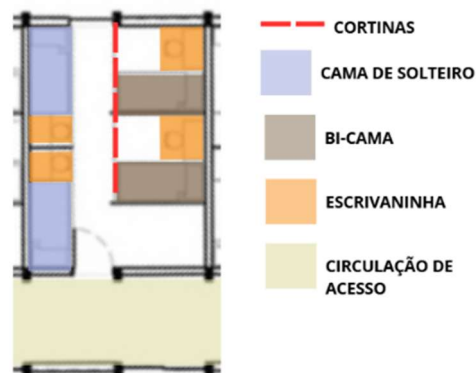


Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens do Acervo do Projeto de Extensão (2025).

Essa abertura programática sugere uma arquitetura que tenta acompanhar a vida real, aquela que muda conforme o tempo do semestre, as demandas de cuidado, as necessidades de estudo, adoecimento, alimentação, trabalho e descanso. O espaço deixa de ser “dormitório” e se aproxima de um pequeno ecossistema: um lugar onde o cotidiano pode acontecer sem que cada necessidade precise ser deslocada para fora.

Os dormitórios coletivos (Figura 27) são concebidos de modo a conjugar flexibilidade e privacidade, por meio do uso de bicamas, divisórias e cortinas, permitindo diferentes configurações conforme as necessidades dos usuários. O acesso principal conta com espaço para guarda dos pertences dos estudantes. A possibilidade de criação de grandes prateleiras sobre as camas para armazenamento de pertences pessoais e materiais ligados ao artesanato reforça a compreensão do espaço como extensão da vida cotidiana (Zanin *et al.*, 2025).

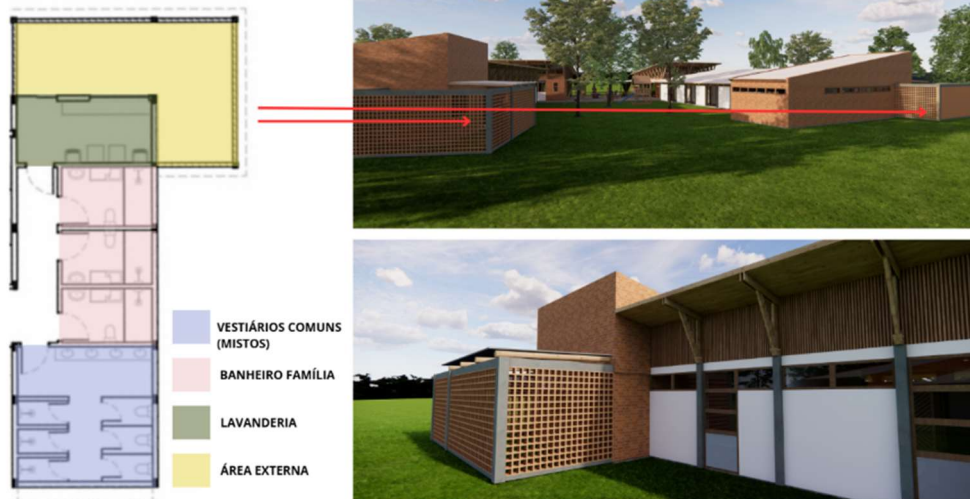
Figura 27 – Dormitórios



Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens do Acervo do Projeto de Extensão (2025).

Conforme ilustrado na figura 28, os banheiros coletivos são dimensionados com bacias sanitárias, chuveiros e lavatórios, sendo prevista também a implantação de banheiros família completos, com trocador, além de sanitário acessível e lavanderia associada a área externa destinada à secagem de roupas. O que se destaca também, é a presença de uma sala adaptável no bloco de convivência, capaz de assumir funções como DML, despensa, enfermaria e sala de apoio pedagógico (Zanin *et al.*, 2025).

Figura 28 – Banheiro e lavanderia



Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens do Acervo do Projeto de Extensão (2025).

Reconhecendo os modos próprios de convívio dos estudantes indígenas, a proposta prevê quatro ambientes distintos para o preparo de alimentos, possibilitando usos simultâneos ou compartilhados por diferentes coletivos, de acordo com afinidades familiares ou de convivência (Figura 29).

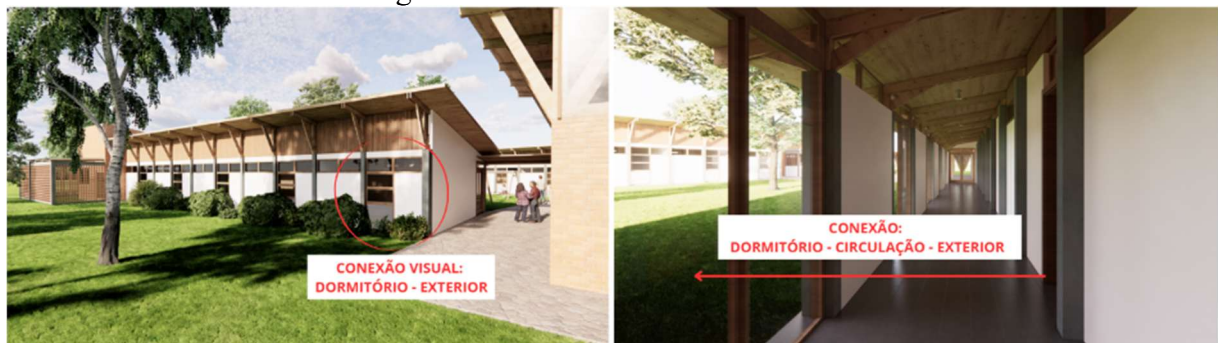
Figura 29 - Espaços de cozinhar



Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens do Acervo do Projeto de Extensão (2025).

Os ambientes internos conectam-se diretamente às praças adjacentes (Figura 30), fortalecendo a continuidade espacial de uma pracinha infantil associada ao paisagismo produtivo, com hortas e pomares. Cabe salientar que esses espaços produtivos se articulam à formação dos estudantes dos cursos de Agronomia e Educação no Campo, configurando-se, assim, também como ambientes pedagógicos. Tal articulação dialoga com Bachelard (1993), ao compreender o espaço habitado como depositário de memórias, afetas e imaginação, ultrapassando a dimensão estritamente utilitária.

Figura 30 - Conexões interior/exterior



Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens do Acervo do Projeto de Extensão (2025).

A intenção central do projeto é a criação de espaços de uso comum flexíveis (Figura 31), capazes de acomodar atividades acadêmicas, como trabalhos em grupo e oficinas, momentos de descanso e descontração, bem como acolher a presença das crianças que acompanham seus familiares durante a permanência na universidade. Os espaços de convivência são circundados por varandas cobertas, que protegem os acessos e ampliam as possibilidades de apropriação, funcionando como áreas de estudo, confecção e venda de artesanatos e de instalação de redes para descanso e contemplação (Zanin *et al.*, 2025). Essa condição liminar, entre exterior e interior, aproxima-se da noção de ambiência discutida por Zumthor (2009), na medida em que valoriza a construção de atmosferas sensíveis, capazes de produzir sensações de acolhimento, abrigo e pertencimento.

Figura 31 - Espaços de uso flexível



Fonte: Acervo do Projeto de Extensão (2025).

No que se refere à materialidade (Figura 32), as estruturas principais são pensadas para garantir durabilidade e viabilidade técnica, com o uso de concreto armado, paredes em alvenaria de blocos cerâmicos e esquadrias de alumínio, associados à valorização de elementos naturais, como pisos de pedra, pisos em madeira nos dormitórios, revestimentos cerâmicos, estruturas treliçadas aparentes e forros em madeira (Zanin *et al.*, 2025).

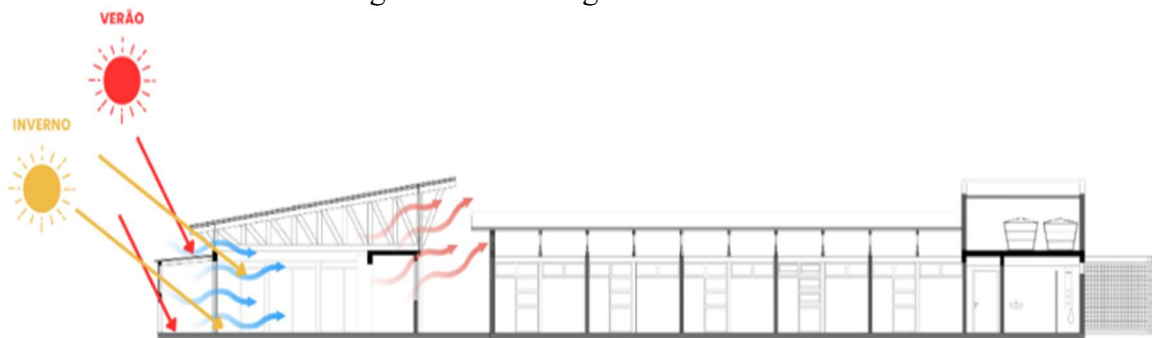
Figura 32 - Materialidades



Fonte: Acervo do Projeto de Extensão (2025).

A escolha dos materiais, das técnicas construtivas e da forma das edificações considera estratégias bioclimáticas (Figura 33), como ventilação cruzada, sombreamento por beirais e varandas, e orientação solar favorável, buscando conforto térmico ao longo do ano (Zanin *et al.*, 2025).

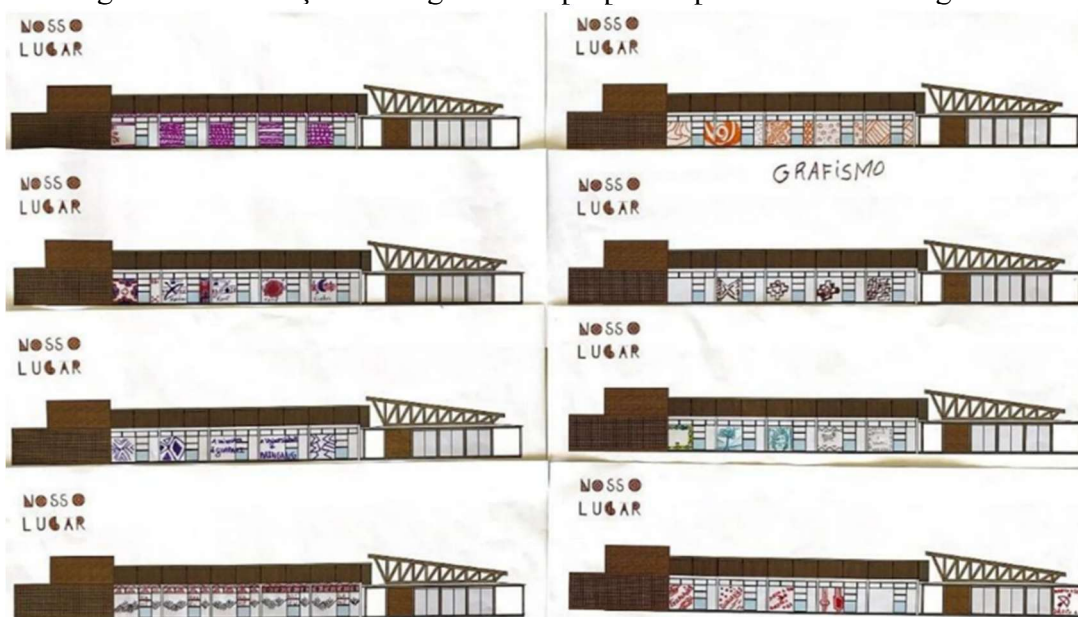
Figura 33 - Estratégias Bioclimáticas



Fonte: Acervo do Projeto de Extensão (2025).

A adoção de painéis brancos nas fachadas, possibilitando a aplicação de artes como grafismos (Figura 34), bem como a incorporação de outras técnicas construtivas próprias dos estudantes indígenas, como cestarias utilizadas para sombreamento e aplicação de taipa de mão nas varandas, permitem que o edifício se constitua como suporte para a expressão cultural, reforçando identidade e pertencimento (Zanin *et al.*, 2025).

Figura 34 – Elevações com grafismos propostos por estudantes indígenas.



Fonte: Acervo do Projeto de Extensão (2025).

Para finalizar uma análise geral do projeto, é importante lembrar que a todo momento o grupo do projeto de extensão precisou lidar com o mundo duro da viabilidade: uma área de 482,56 m², com valores totais que compõem o custo da implantação e que são limitados, além da indicação de recursos faltantes. Destacam-se como “faltantes” itens como mobiliários/equipamentos e instalações de segurança contra incêndio, compondo um total adicional estimado. Isso é metodologicamente relevante: muitas propostas de espaço de acolhimento indígena fracassam não por ausência de sentido, mas por gargalos institucionais e orçamentários. Aqui, o projeto explicita suas necessidades materiais, tornando visível que foi feito um esforço máximo entre o desejo de acolher e as condições concretas de execução (Zanin *et al.*, 2025).

A forma geral do Centro de Acolhimento e Alternância se organiza a partir de volumes simples e alongados, articulados por uma cobertura (Figura 35) que assume papel estruturador da ambiência. Mais do que um elemento técnico a cobertura atua como gesto primordial de abrigo: ela desenha o horizonte do conjunto, define a escala percebida e estabelece uma primeira camada de proteção contra sol, chuva e vento. Trata-se de uma arquitetura que parece começar pelo teto, como se o abrigo antecedesse a própria forma, reafirmando que proteger e acolher são gestos fundadores do projeto. Essa compreensão aproxima-se da ideia de atmosfera defendida por Zumthor (2009), para quem a arquitetura se constitui a partir da capacidade de envolver sensorialmente o sujeito e produzir uma presença afetiva no espaço.

Figura 35 - Cobertura



Fonte: Acervo do Projeto de Extensão (2025).

Essa opção dialoga com modos tradicionais de construir presentes em diferentes culturas indígenas, nos quais a cobertura não é apenas fechamento superior, mas elemento organizador da vida coletiva. Sob ela, cozinhar, conversar, descansar e circular tornam-se ações contínuas, sem separações rígidas. Nesse sentido, o espaço deixa de ser apenas forma e passa a ser prática social, aproximando-se da compreensão de Lefebvre (2006), para quem o espaço é produzido pelas relações, pelos usos e pelos modos de viver que nele se inscrevem. A cobertura do “Nosso Lugar”, assim, não apenas protege, mas reúne, ativando um espaço vivido que antecede e ultrapassa o edifício enquanto objeto.

A presença de beirais generosos (Figura 36) reforça essa intenção ao produzir zonas intermediárias entre interior e exterior. Essas faixas sombreadas ampliam o espaço útil da edificação e permitem que o cotidiano se expanda para fora dos ambientes fechados, acolhendo práticas informais que dificilmente se acomodariam em espaços excessivamente compartimentados. Tal condição reforça a ideia de limiar como lugar habitável, na qual, segundo Unwin (2013), a arquitetura constrói sentido por meio de transições, e não apenas por separações.

Figura 36 - Espaços de transição



Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens do Acervo do Projeto de Extensão (2025).

As varandas e circulações externas (Figura 37) assumem papel central na experiência espacial do conjunto. Elas não operam apenas como corredores funcionais, mas como limiares habitáveis, lugares onde é possível sentar, observar, conversar, esperar ou silenciar. São espaços do “entre” que sustentam uma arquitetura construída por gradações, permitindo que o corpo experimente o espaço de maneira sensível. Essa atenção ao corpo aproxima-se da abordagem

de Pallasmaa (2011), ao afirmar que a arquitetura significativa convoca todos os sentidos e se dirige à experiência encarnada do sujeito.

Figura 37 - Varanda e Circulação Externa



Fonte: Elaborada pela autora (2026), a partir de imagens do Acervo do Projeto de Extensão (2025).

Essa estratégia se mostra especialmente potente quando relacionada à experiência de estudantes indígenas na universidade, que transitam cotidianamente entre mundos distintos, aldeia, cidade, corpo e espaço. Oferecer arquitetonicamente espaços de transição é reconhecer essa condição de atravessamento e admitir que o espaço participa ativamente de constituição das subjetividades, como reforça Lefebvre (2006) ao compreender o espaço como instância viva da produção social. As varandas permitem que a vida aconteça em diferentes intensidades: nem totalmente exposta, nem totalmente recolhida. Nelas, o olhar alcança o pátio, a paisagem e outros corpos em movimento, produzindo uma sociabilidade menos impositiva e mais escolhida. Essa possibilidade de gradação da experiência aproxima-se da noção de atmosfera de Zumthor (2009), entendida como campo sensível que sustenta afetos e memórias.

A disposição dos blocos conformando um vazio central sugere a intenção de produzir um pátio que funcione como coração do conjunto. Esse espaço não é resíduo da implantação, mas elemento estruturador da proposta. É nele que os fluxos se cruzam e que a dimensão coletiva do espaço se manifesta, configurando aquilo que Unwin (2013) identifica como centro: o lugar em torno do qual a arquitetura organiza sentido. O pátio aproxima-se, assim, da ideia de espaço comum como extensão da casa, e não como área neutra. Apresenta-se como território compartilhado, aberto a apropriações múltiplas, cuja potência reside justamente em não ser

excessivamente programado. Essa abertura ao uso cotidiano reforça a compreensão lefebvriana de espaço vivido, produzido pelas práticas e reapropriação (Lefebvre, 2006).

Ao priorizar esse vazio central, o projeto desloca a lógica tradicional de ambiente estudantil baseado em corredores internos e setorização rígida. A coletividade não é empurrada para espaços residuais, mas colocada no centro da composição, afirmando uma arquitetura que se constrói a partir da vida. A presença do espaço infantil é um marcador importante: ele reconhece que a permanência indígena, muitas vezes, não corresponde ao sujeito universitário idealizado (individual, sem filhos, plenamente disponível). Aqui, o projeto parece admitir outras configurações de vida e cuidado e, ao fazê-lo, torna-se mais coerente com a realidade que pretende acolher.

A organização dos dormitórios em proximidade com cozinhas, lavanderias e áreas de convivência revela uma compreensão do alojamento como suporte integral da vida, e não apenas como lugar de dormir. Cozinhar aparece como prática central, carregada de significado cultural, afetivo e coletivo, reafirmando a dimensão sensível do cotidiano, conforme enfatiza Pallasmaa (2011) ao tratar da importância dos rituais ordinários na construção da experiência. A cozinha compartilhada favorece não apenas a alimentação, mas a troca, o ensino informal e a convivência entre diferentes povos e histórias. O ato de preparar alimentos torna-se, assim, também ato de produzir vínculos, fortalecendo a dimensão comunitária do habitar.

A materialidade proposta associa-se à simplicidade construtiva e à valorização de soluções acessíveis e de fácil execução. Essa escolha expressa um posicionamento ético: uma arquitetura que não se impõe pela monumentalidade, mas pela capacidade de acolher, aproximando-se da ideia de presença material defendida por Zumthor (2009).

Cabe destacar que esta proposta projetual surge em um contexto marcado pela emergência de um tempo limitado para pesquisa e desenvolvimento do projeto, além de restrições de ordem financeira e normativa. Tais condicionantes influenciam diretamente algumas decisões de projeto. Um exemplo é a impossibilidade de implantação do fogo de chão no interior da edificação, uma vez que essa solução implicaria custos elevados relacionados às exigências do sistema de prevenção contra incêndio. Soma-se a isso a limitação orçamentária destinada à obra, que, conforme apresentado na Figura 38, contempla apenas a construção dos blocos principais, não incluindo a execução das varandas nem dos mobiliários previstos.

Figura 38 - Orçamento da obra

RECURSO EXISTENTE:

2 DORMITÓRIOS + BANHEIROS	• 482,56m ²	R\$ 1.930.000,56
2 CONVIVÊNCIAS	• 155,46m ²	R\$ 621.840,00
TOTAL 2 BLOCOS:	• 867,30m ²	R\$ 2.552.080,20*

*Custo/m²= R\$4.000,00 / m²

RECURSO FALTANTE:

VÁRANDAS	• 229,28m ² *	R\$ 448.560,00
*Custo/m ² = R\$2.000,00 / m ²		
MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS		R\$ 250.000,00
INSTALAÇÕES DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIOS		R\$ 500.000,00
TOTAL:		R\$ 1.250.000,00

Fonte: Acervo do Projeto de Extensão (2025).

Mesmo ainda não executado, o Centro de Acolhimento e Alternância da UFFS já opera como território simbólico. Ele existe enquanto desenho, enquanto debate, enquanto expectativa e enquanto reivindicação, confirmando que o projeto não começa na obra, nem termina nela. Tal compreensão dialoga diretamente com Lefebvre (2006), para quem o espaço é continuamente produzido. O simples fato de existir uma proposta construída coletivamente, discutida publicamente e reconhecida institucionalmente já produz efeitos de pertencimento.

Os estudantes passam a se ver inscritos no espaço da universidade não apenas como usuários transitórios, mas como sujeitos cujas formas de viver merecem ser consideradas no desenho do campus. O “Nosso Lugar” deixa de ser apenas um anteprojeto de edificação e se afirma como um gesto político-espacial que reivindica a materialização da permanência indígena em arquiteturas sensíveis, culturalmente implicadas e comprometidas com a vida cotidiana.

A leitura do projeto e de suas escolhas arquitetônicas evidencia, portanto, que a proposta ultrapassa uma resposta meramente programática, inscrevendo-se como campo de produção de sentidos, vínculos e experiências. A partir desse entendimento, torna-se pertinente deslocar a análise para além da descrição dos elementos formais e funcionais, buscando dialogar com os conceitos e autores que sustentam o referencial teórico desta dissertação. É nesse

entrelaçamento entre projeto, corpo, experiência e território que se pretende aprofundar a leitura a seguir.

4.3 LEITURA ARQUITETÔNICA DO “NOSSE LUGAR” A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A proposta de análise para o “Nosso Lugar” organiza-se a partir de um conjunto de categorias construídas ao longo do percurso teórico, empírico e de análise projetual desta pesquisa. Essas categorias não são entendidas como compartimentos estanques, mas como campos interpretativos que se interrelacionam e permitem evidenciar como determinadas intenções, escolhas e estratégias projetuais dialogam com os temas do habitar, do pertencimento, da permanência e da experiência no espaço universitário. A seguir, cada categoria é apresentada por meio de uma leitura analítica articulada às escolhas projetuais do “Nosso Lugar”, buscando compreender de que modo o projeto materializa, tensiona e traduz, no espaço arquitetônico, os sentidos ao longo do estudo.

4.3.1 Categoria 1 - Espaço como instância ativa da experiência

Compreender o “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento Indígena e Alternância da UFFS” a partir da noção de espaço como instância ativa da experiência implica deslocar a análise do edifício enquanto objeto para o espaço enquanto produtor de relações, afetos e possibilidades de existência. Tal perspectiva reconhece que o espaço não é neutro nem passivo, mas participa diretamente da constituição dos modos e de estar, circular, permanecer e se relacionar no cotidiano universitário.

Henri Lefebvre (2006) afirma que, o espaço é um produto social, produzido historicamente a partir de relações, práticas e conflitos. Nesse sentido, o espaço não apenas abriga ações, mas condiciona e orienta comportamentos, instaurando possibilidades e limites para a vida cotidiana. No caso do “Nosso Lugar”, observa-se que a proposta busca romper com uma lógica de espacialidade exclusivamente funcional, típica de muitas edificações

institucionais, ao assumir uma organização que privilegia a convivência, a permanência e a apropriação coletiva.

A implantação central do conjunto e entre blocos já existentes, além de sua organização em volumes articulados por espaços de transição e áreas abertas evidenciam uma intenção de produzir um espaço legível e convidativo, que se deixa atravessar. Não se trata de um edifício introvertido ou fechado em si, mas de um conjunto que se estrutura a partir de relações entre cheios e vazios, interior e exterior, circulação e permanência. Uma arquitetura que está para ser vista e para ser vivida. Essa configuração espacial sugere uma universidade menos compartimentada e mais porosa, na qual os fluxos não se restringem a deslocamentos rápidos entre salas, mas abrem-se à possibilidade de encontro, pausa e convivência. Constroem assim, relações onde o cotidiano pode se desdobrar sem hierarquias rígidas.

Santos (2006) contribui para essa leitura ao compreender o espaço como indissociável das práticas sociais que nele se realizam. Para o autor, o espaço é simultaneamente forma, função e ação, constituindo-se como instância que participa ativamente da produção da vida social. Assim, ao propor áreas de convivência distribuídas pelo conjunto, cozinhas compartilhadas, praças e varandas, o projeto reconhece que determinadas práticas, como cozinhar coletivamente, conversar, cuidar das crianças, descansar, produzir artesanato, estudar e trabalhar em grupo, necessitam de suportes espaciais específicos para acontecerem. O espaço, nesse caso, não apenas acolhe essas práticas, mas as convoca e as intensifica.

Essa condição contrasta com a espacialidade hegemônica de muitas universidades, marcada por edifícios isolados, longos corredores e salas fechadas, que tendem a reforçar uma experiência fragmentada e individualizada. No “Nosso Lugar”, a presença de espaços intermediários, abertos e coletivos tensiona essa lógica, produzindo uma ambiência que favorece a permanência e a construção de vínculos.

A experiência, conforme discutida por Larrosa (2011), não se confunde com aquilo que simplesmente acontece, mas com aquilo que nos atravessa, nos afeta e nos transforma. Para que a experiência seja possível, é necessário que existam tempos e espaços que permitam a pausa, a escuta e a abertura ao outro. Ao criar espaços que não estão orientados exclusivamente à produtividade ou ao desempenho acadêmico, o projeto cria condições para que a universidade possa ser vivida também como espaço de experiência, e não apenas como lugar de passagem.

Nesse sentido, o “Nosso Lugar” pode ser lido como uma tentativa de instaurar, no interior do campus, uma espacialidade que sustente outras formas de existir na universidade.

Um espaço que não apenas recebe corpos, mas que reconhece sujeitos e suas diferenças, oferecendo condições materiais e simbólicas para que possam permanecer. Assim, o espaço deixa de ser cenário e passa a atuar como agente, participando ativamente da produção do pertencimento.

Essa compreensão do espaço como agente ativo da experiência abre caminho para aprofundar a análise sobre como o projeto, para além de convocar usos e encontros, constrói condições de habitar, cuidado e permanência no interior da universidade.

4.3.2 Categoria 2 - Habitar, cuidado e permanência

Avançar na leitura do “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento e Alternância da UFFS” a partir da categoria habitar, cuidado e permanência implicam distinguir, de forma fundamental, a diferença entre ocupar um espaço e habitar um lugar. Ocupar refere-se à presença física e funcional; habitar, por sua vez, diz respeito à construção de vínculos, à produção de sentido e à possibilidade de reconhecer-se no espaço. Essa distinção é central na filosofia de Martin Heidegger (2001), para quem habitar não se reduz a estar em um abrigo, mas significa cuidar, resguardar e permanecer, em uma relação de pertencimento com o mundo.

Sob essa perspectiva, o projeto pode ser compreendido como um esforço de materializar arquitetonicamente condições para o habitar, e não apenas para a ocupação temporária. A organização do conjunto, a definição dos ambientes e as estratégias espaciais adotadas revelam uma intenção clara de produzir um lugar que autorize simbolicamente a permanência dos estudantes na universidade.

As tipologias de espaços de acolhimento propostas, compostas por dormitórios coletivos flexíveis, sanitários setorizados e áreas de estudo associadas, indicam uma preocupação com a construção de espaços que reconhecem a diversidade de situações vividas pelos usuários. A possibilidade de reorganização interna dos dormitórios, por meio de divisórias e cortinas para gerar privacidade e prateleiras para guardar pertences pessoais, permite que os estudantes imprimam marcas de sua presença, transformando o espaço em extensão de sua vida cotidiana. Tal condição aproxima-se da leitura de Gaston Bachelard (1993), ao compreender a casa como

espaço de intimidade, memória e imaginação, onde o sujeito encontra refúgio e possibilidade de recolhimento.

Ao mesmo tempo, a forte presença de espaços coletivos (cozinhas compartilhadas, áreas de vivência, pátios e varandas) reforça que o habitar proposto pelo projeto não é individualizante, mas essencialmente relacional. Habitar, nesse contexto, é coexistir. A cozinha, em especial, assume papel estruturante, não apenas como espaço funcional de preparo de alimentos, mas como lugar de encontro, troca e cuidado mútuo. A presença do fogo, seja em fogões a lenha, lareira ou fogo de chão, potencializa essa dimensão simbólica, evocando práticas ancestrais e fortalecendo a sensação de acolhimento.

A articulação entre ambientes íntimos e coletivos, mediada por espaços de transição, contribui para a construção de uma escala humana e sensível. As varandas, beirais e pátios operam como zonas intermediárias que suavizam a passagem entre interior e exterior, entre recolhimento e convivência. Essa condição favorece a ventilação cruzada, a iluminação natural e o conforto térmico, mas, sobretudo, produz uma atmosfera de cuidado, na qual o corpo se sente protegido e autorizado a permanecer, respirar e descansar.

Duarte (2015) contribui para essa leitura ao afirmar que a arquitetura que cuida é aquela capaz de reconhecer a fragilidade e a finitude do corpo humano, oferecendo suporte para a vida cotidiana em suas múltiplas dimensões. No “Nosso Lugar”, o cuidado manifesta-se não como gesto abstrato, mas como decisão projetual concreta: na escolha de materiais naturais, na atenção à escala humana, na proteção climática, na criação de espaços para descanso, para crianças, para preparo de alimento e para convivência.

Essas escolhas evidenciam que o projeto não se orienta por uma lógica de transitoriedade, típica de alojamentos provisórios, mas por uma ética da permanência. Permanecer, aqui, não significa apenas estar por um período prolongado, mas sentir-se autorizado a ficar e a criar raízes simbólicas, a construir pertencimento. Assim, o “Nosso Lugar” configura-se como um espaço que sustenta o habitar na universidade, afirmando que a permanência estudantil não se resolve apenas por políticas administrativas, mas pela existência de arquiteturas que cuidam.

Se o habitar se manifesta como construção de vínculos e autorização simbólica para permanecer, torna-se necessário avançar na leitura sobre como esses vínculos se articulam à identidade, ao reconhecimento e à produção de pertencimento no espaço.

4.3.3 Categoria 3 - Identidade, pertencimento e vínculo afetivo

Analisar o “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento e Alternância da UFFS” a partir da categoria identidade, pertencimento e vínculo afetivo implica compreender o espaço arquitetônico como campo simbólico no qual se produzem processos de reconhecimento, identificação e construção de laços com o lugar. Essa leitura afasta-se de concepções essencialistas de identidade, aproximando-se da perspectiva de Hall (2004), para quem a identidade não é fixa ou dada, mas continuamente construída, negociada e produzida nas relações culturais, sociais e espaciais.

Nesse sentido, o projeto não é entendido apenas como suporte para usos, mas como meio através do qual os estudantes indígenas podem inscrever marcas de sua presença e afirmar modos próprios de existir na universidade. A possibilidade de utilização de painéis brancos nas fachadas para grafismos, pinturas e intervenções artísticas, bem como o uso de cestarias e outras técnicas construtivas próprias dos estudantes, evidencia uma abertura do edifício à personalização e à expressão cultural. O espaço, assim, não se apresenta como forma acabada e intocável, mas como superfície disponível ao diálogo e à transformação.

Essa condição é fundamental para a construção do pertencimento. Para Yi-Fu Tuan (2012), o pertencimento emerge quando o espaço se converte em lugar, ou seja, quando passa a ser investido de significados, memórias e afetos. O lugar não se define apenas por sua materialidade, mas pelas experiências repetidas que nele se acumulam, pelos encontros que abriga e pelas histórias que sustenta. No “Nosso Lugar”, a recorrência de práticas cotidianas (cozinhar coletivamente, sentar nas varandas, armar redes, reunir-se em torno do fogo, produzir artesanato) contribui para que o espaço seja progressivamente apropriado como lugar.

Os ambientes destinados ao convívio, aos encontros culturais e às oficinas interculturais reforçam essa dimensão ao oferecer suportes espaciais para a continuidade de práticas que atravessam a vida comunitária indígena. Ao reconhecer que identidade e cultura não se restringem a manifestações pontuais, mas se expressam no dia a dia, o projeto cria condições para que essas práticas possam existir de forma visível e legítima no interior do campus.

A relação com a paisagem e com os espaços externos também participa da construção desse vínculo afetivo. Praças, pátios e varandas configuram-se como extensões do habitar, favorecendo a permanência ao ar livre, a observação do entorno e a construção de relações

sensíveis com o território universitário e com os demais estudantes. Esses espaços intermediários ampliam as possibilidades de apropriação e fortalecem a sensação de familiaridade com o lugar.

Ao permitir que os estudantes indígenas inscrevem suas marcas no espaço, o projeto contribui para a construção de uma universidade que reconhece a diferença não como exceção, mas como constitutiva de sua identidade institucional. Nesse movimento, o pertencimento deixa de ser entendido como adaptação unilateral do sujeito à instituição e passa a ser concebido como processo relacional, no qual, a universidade também se transforma a partir da presença indígena.

Assim, o “Nosso Lugar” pode ser compreendido como um dispositivo espacial de reconhecimento, no qual identidade, memória e afeto se entrelaçam. Um espaço que não apenas abriga, mas que possibilita ao estudante indígena sentir-se visto, reconhecido e autorizado a existir, condição fundamental para que a permanência universitária se traduza em experiência de pertencimento.

A construção do pertencimento, contudo, não se encerra no plano simbólico, sendo continuamente reafirmada e transformada pelas práticas do cotidiano, pelos usos reiterados e pelas ressignificações produzidas na vida diária.

4.3.4 Categoria 4 - Cotidiano, uso e ressignificação

A leitura do “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento e Alternância da UFFS” a partir da categoria cotidiano, uso e ressignificação permite compreender o espaço arquitetônico como campo em permanente construção, produzido e transformado pelas práticas que nele se inscrevem. Essa perspectiva dialoga diretamente com Henri Lefebvre (2006), ao afirmar que o espaço é produzido no e pelo cotidiano, sendo continuamente recriado pelas ações, deslocamentos e apropriações dos sujeitos.

Nesse sentido, o projeto não se apresenta como forma rígida e acabada, mas como estrutura aberta à adaptação e à transformação. A presença de espaços flexíveis, capazes de assumir diferentes configurações ao longo do tempo, evidencia uma compreensão do espaço como suporte para usos múltiplos. Milton Santos (2006), contribui para essa leitura ao compreender o espaço como resultado indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.

Não basta que o espaço exista materialmente; ele adquire sentido na medida em que é vivido, usado e ressignificado. No “Nosso Lugar”, as circulações não se restringem a trajetos de passagem, mas se articulam a espaços de permanência, criando condições para pausa, encontros e convivência informal, dissolvendo fronteiras rígidas entre circular e permanecer.

A repetição de usos cotidianos, inscreve no espaço memória prática que transforma gradualmente a edificação em lugar vivido. Essas práticas reiteradas constroem uma familiaridade com o ambiente, fortalecendo vínculos e produzindo sentidos que ultrapassam a dimensão do funcional. A flexibilidade espacial é reforçada pela presença de suportes à apropriação, como painéis, paredes livres, áreas abertas e mobiliário passível de rearranjo. Esses elementos permitem que os estudantes adaptem os espaços às suas necessidades, inscrevendo marcas de sua presença e produzindo pequenas transformações que, acumuladas ao longo do tempo, ressignificam o conjunto.

Assim, o projeto pode ser compreendido como um campo de possibilidades, no qual o espaço não antecede completamente a vida, mas se constrói com ela. O cotidiano, nesse contexto, não é ruído ou desvio do projeto, mas sua própria continuidade, reafirmando que a permanência universitária se sustenta na capacidade do espaço de ser continuamente usado, transformado e ressignificado.

É nesse cotidiano em movimento que emergem, de forma particularmente potente, os espaços do “entre”, zonas intermediárias onde encontros, pausas e improvisações encontram suporte espacial.

4.3.5 Categoria 5 - Espaços intermediários e do “entre”

A categoria dos espaços intermediários e do “entre” permite compreender o “Nosso Lugar” como um conjunto arquitetônico que valoriza não apenas os ambientes claramente definidos por programa, mas, sobretudo, aqueles espaços que se situam entre um uso e outro, entre interior e exterior, entre circular e permanecer. Esses espaços, como os corredores, varandas e pátios, áreas cobertas, constituem campos de indeterminação nos quais a vida cotidiana se inscreve de forma espontânea.

Para Herman Hertzberger (1996), os espaços do “entre” são fundamentais para a vitalidade da arquitetura, pois acolhem usos não totalmente prescritos, permitindo apropriações livres, improvisações e encontros não programados. Diferentemente dos ambientes rigidamente funcionalizados, esses espaços possuem caráter aberto, oferecendo suporte para práticas que emergem da convivência. No “Nosso Lugar”, observa-se que as circulações não são concebidas como meros corredores de passagem, mas como espaços generosos em largura, frequentemente associados a varandas, bancos, áreas sombreadas e visuais abertas para pátios e praças.

Essa configuração espacial estimula a permanência e favorece a construção de relações cotidianas. Sentar, conversar, observar, descansar em redes, circular sem pressa: ações simples que encontram nesses espaços condições materiais para acontecer. Assim, os espaços intermediários tornam-se extensões do habitar, dissolvendo a dicotomia entre deslocamento e estadia.

A leitura de Lefebvre (2006) reforça essa compreensão ao afirmar que o espaço produzido nas práticas e sociais e não apenas no desenho. Os espaços do “entre” adquirem sentido justamente por possibilitarem encontros, sobreposições de usos e experiências compartilhadas. No “Nosso Lugar”, esses espaços operam como costuras entre os diferentes ambientes do conjunto, articulando usos e contribuindo para a legibilidade do todo.

As transições suaves entre interior e exterior, mediadas por beirais, varandas e áreas cobertas, produzem uma condição liminar que protege do sol e da chuva, ao mesmo tempo em que mantém a continuidade espacial. São espaços de passagem, mas também de permanência; zonas intermediárias que simbolizam a receptividade ao acolher quem chega, oferecendo abrigo no inverno e permitindo, no verão, manter as portas abertas para receber o frescor de uma área sombreada. Nesses lugares, é possível sentar, conversar, ler ou compartilhar um chimarrão, em gestos que ativam o espaço e o tornam vivido. Essa ambiguidade, não estar totalmente dentro, nem totalmente fora, amplia as possibilidades de uso, dilui fronteiras e fortalece a sensação de acolhimento. Produzindo uma arquitetura que convida ao habitar e à convivência.

Ao privilegiar transparências, visuais cruzadas e continuidade entre os espaços, o projeto evita a compartimentação excessiva e favorece a percepção do conjunto como campo integrado. Tal estratégia potencializa encontros fortuitos, fundamentais para a construção de vínculos e para a experiência coletiva da universidade.

Dessa forma, os espaços intermediários podem ser compreendidos como dispositivos arquitetônicos de sociabilidade. São eles que, muitas vezes, sustentam a vida cotidiana mais do

que os ambientes programados, pois acolhem aquilo que escapa à previsão: o imprevisto, a conversa inesperada, a pausa. Nesse sentido, esses espaços afirmam uma arquitetura que reconhece o valor do “entre”, entendendo que é justamente nesses interstícios que o pertencimento se constrói.

Esses espaços, ao sustentarem a convivência e a sociabilidade cotidiana, também se configuram como base material para processos de organização coletiva e afirmação política.

4.3.6 Categoria 6 - Espaços como suporte da ação coletiva e da luta política

Analisar o “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento e Alternância da UFFS” a partir da categoria espaço como suporte da ação coletiva e da luta política implica reconhecer que o espaço arquitetônico não é apenas lugar de abrigo ou convivência, mas também campo de visibilidade, articulação e disputa. Essa leitura parte da compreensão de que presença indígena na universidade é, em si, resultado de processos históricos de luta, e que tais processos continuam a se atualizar no cotidiano institucional.

Henri Lefebvre (2006) afirma que o espaço é produzido a partir de relações de poder e que, ao mesmo tempo, pode ser apropriado como instrumento de resistência. O espaço, portanto, não apenas expressa a ordem instituída, mas pode também ser mobilizado para tensioná-la. No caso do “Nosso Lugar”, a existência de ambientes destinados a reuniões, encontros coletivos, oficinas e apresentações culturais evidencia uma intenção de criar condições materiais para a organização e a ação política dos estudantes indígenas e demais sujeitos vinculados aos cursos em regime de alternância.

A presença de áreas amplas de convivência, pátios e espaços multiuso permite a realização de assembleias, rodas de conversa, encontros ampliados e atividades coletivas, configurando um suporte espacial para a construção de agendas comuns. Esses ambientes não são periféricos ou residuais, mas estruturantes do conjunto, o que confere centralidade simbólica à dimensão coletiva da vida universitária.

Santos (2006) contribui para essa leitura ao compreender o espaço como instância que pode tanto reforçar quanto questionar a ordem vigente. Quando determinados grupos dispõem de espaços visíveis e legitimados para se reunir, expressar e organizar, ampliam-se suas

possibilidades de intervenção no território institucional. O “Nosso Lugar”, ao se configurar como referência espacial da presença indígena no campus, contribui para tornar essa presença visível, rompendo com lógicas de invisibilização que historicamente marcam os povos originários.

Os estudos de Gama (2018) sobre a luta pela construção de espaços de convivência indígena em universidades brasileiras evidenciam que a reivindicação por arquiteturas específicas não se restringe à busca por conforto ou funcionalidade, mas expressa a necessidade de territorializar a presença indígena no interior de instituições concebidas a partir de lógicas hegemônicas. A existência de um espaço próprio fortalece a capacidade de organização, amplia a autonomia coletiva e sustenta processos de resistência frente a práticas institucionais excludentes.

No “Nosso Lugar”, a possibilidade de grandes encontros, aliada à localização estratégica no campus e à existência de acessos públicos, potencializa seu papel como espaço de articulação política. Trata-se de um lugar que não se fecha em si mesmo, mas se abre ao diálogo com a comunidade acadêmica, favorecendo trocas interculturais e alianças.

Dessa forma, o projeto pode ser compreendido como um dispositivo espacial de fortalecimento coletivo. Um espaço que sustenta não apenas a permanência física dos estudantes indígenas, mas também sua permanência política, entendida como capacidade de se organizar, reivindicar e produzir transformações na universidade. O “Nosso Lugar” afirma, assim, que a arquitetura participa ativamente da luta por direitos, ao criar condições materiais para que vozes historicamente silenciadas possam se reunir, se expressar e existir.

Assim, as categorias analisadas convergem para a compreensão do “Nosso Lugar” como uma arquitetura que articula experiência, habitar, cotidiano, pertencimento e ação coletiva, afirmando o espaço como dimensão central das políticas de permanência e da produção de direitos no interior da universidade.

4.4 LEITURA COMPARATIVA DOS CASOS A PARTIR DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Com o objetivo de sistematizar e tornar visíveis as aproximações e singularidades entre os estudos referenciais e o estudo analisado, apresenta-se a seguir uma tabela de leitura comparativa (Tabela 2) entre a Maloca da UnB, a Moradia Estudantil Indígena da UFSC e o

“Nosso Lugar” da UFFS. Ainda que se tratem de propostas com naturezas, contextos institucionais e escalas distintas, a leitura conjunta evidencia que, em diferentes intensidades, os três casos reconhecem o espaço como dimensão ativa da experiência indígena na universidade. Além disso, demonstram que a permanência estudantil não se sustenta apenas por oferta de vagas ou auxílios, mas pela existência de arquiteturas capazes de convocar encontro, convivência e apropriação cotidiana.

Tabela 2 - Leitura comparativa dos casos a partir das categorias de análises

CATEGORIA DE ANÁLISE PROJETUAL	MALOCA UNB	MORADIA ESTUDANTIL INDÍGENA UFSC	NOSSO LUGAR UFFS
1. Espaço como instância ativa da experiência	Espaço de convivência que convoca encontro, sustenta permanência e práticas culturais no cotidiano.	Espaço que atua como suporte material e simbólico para a vida cotidiana e para a convivência indígena.	Conjunto espacial organizado para convocar permanência, encontro e apropriação cotidiana, favorecendo práticas comunitárias e continuidade cultural.
2. Habitar, cuidado e permanência	Ênfase no convívio e na produção de laços, mais do que na moradia permanente.	Moradia concebida para permanência qualificada, cuidado e vida cotidiana.	Espaço que articula alojamento, acolhimento e permanência qualificada, buscando integrar cuidado, cotidiano e sustentação da vida coletiva
3. Identidade, pertencimento e vínculo afetivo	Forte expressão simbólica e cultural indígena; apropriação do espaço reforça reconhecimento, memória e pertencimento.	Presença de reconhecimento identitário, ainda que com limitações formais.	Identidade incorporada por grafismos, materiais e possibilidade de personalização; o espaço favorece a produção de vínculos afetivo e reconhecimento.
4. Cotidiano, uso e ressignificação	Uso cotidiano intenso e ressignificação contínua a partir das práticas, eventos, encontros e ocupações coletivas.	Uso cotidiano estruturado pela moradia e convivência, com apropriações progressivas e ajustes ao longo do tempo.	Espaços flexíveis e abertos à adaptação, permitindo ressignificação conforme necessidades, ciclos, modos de viver.

5. Espaços intermediários e do “entre”	Varandas, pátios e áreas abertas como suporte de encontros.	Presença parcial de espaços intermediários; transições existem, mas nem sempre sustentam plenamente usos coletivos.	Varandas, pátios e circulações ampliadas estruturam o conjunto e qualificam o “entre” como lugar de convivência, acolhimento e atravessamento.
6. Espaço como suporte da ação coletiva e da luta política	Espaço-símbolo de reivindicação e organização indígena, associado à visibilidade, articulação coletiva e resistência no território universitário.	Dimensão política presente, ainda que de forma mais indireta: o espaço funciona como condição de permanência e reconhecimento institucional.	Espaço pensado para encontros, reuniões e articulação coletiva, fortalecendo organização, autonomia e presença indígena na universidade.

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Observa-se que a Maloca da UnB se destaca sobretudo como espaço de convivência, expressão cultural e ação coletiva, configurando-se como território simbólico de visibilidade e luta política. Ainda que não tenha como função principal a moradia, sua força reside na capacidade de sustentar encontros, práticas culturais e organização indígena, revelando a centralidade das categorias de identidade, pertencimento e ação coletiva.

A Moradia Estudantil Indígena da UFSC, por sua vez, apresenta maior ênfase na dimensão do habitar, cuidado e permanência, ao responder diretamente à necessidade de moradia para estudantes indígenas. Nesse caso, o cotidiano estruturado pela vida doméstica e pelos espaços de convivência evidencia a importância do espaço como suporte da vida diária, embora algumas categorias, como espaços intermediários e visibilidade política, apareçam de forma mais discreta.

O “Nosso Lugar”, por sua vez, articula de maneira mais integrada as diferentes categorias, ao combinar alojamento, acolhimento, convivência, expressão identitária e suporte à ação coletiva em um único conjunto. A proposta não se limita a responder a uma demanda habitacional, mas busca constituir um território de permanência, no qual experiência, habitar, cotidiano, pertencimento e organização coletiva se entrelaçam.

Essa comparação evidencia que o “Nosso Lugar” dialoga com aprendizados dos dois casos referenciais, ao mesmo tempo em que avança na direção de uma síntese projetual, capaz

de integrar dimensões existenciais, culturais e políticas da presença indígena na universidade. Assim, o projeto da UFFS não se apresenta como modelo fechado, mas como campo de possibilidades, reafirmando a arquitetura como instrumento ativo na construção de políticas de permanência e pertencimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação nasceu de uma inquietação silenciosa e persistente: compreender de que modo a arquitetura participa, ou se omite, na produção de pertencimento de estudantes indígenas no espaço universitário. Ao longo do percurso, esse questionamento deixou de ser apenas um enunciado e tornou-se caminho, atravessando teoria, projeto, escuta, escrita e experiência.

Os objetivos desta pesquisa foram atendidos ao longo do percurso investigativo. O primeiro objetivo foi alcançado por meio de identificação e análise de políticas institucionais da UFFS voltadas aos estudantes indígenas, evidenciando avanços no acesso ao ensino superior, mas também fragilidades estruturais nos processos de permanência, especialmente no que se refere à inexistência de infraestrutura adequada de alojamento e acolhimento. O segundo objetivo concretizou-se na análise dos modos de viver dos sujeitos da pesquisa, articulados a um referencial teórico interdisciplinar, a partir do qual foram construídas categorias de análise capazes de traduzir, em linguagem arquitetônica, dimensões como habitar, pertencimento, cotidiano, identidade e ação coletiva. Por fim, o terceiro objetivo foi atendido por meio da descrição e análise comparativa de projetos arquitetônicos destinados a estudantes indígenas universitários, possibilitando verificar como diferentes estratégias espaciais dialogam, ou não, com essas categorias, e evidenciando a potência do caso “Nosso Lugar” como proposta alinhada a uma arquitetura de acolhimento.

O que se revelou, de forma recorrente, é que o espaço não é pano de fundo da vida universitária. Ele age. Convoca. Silencia. Aproxima. Afasta. Produz encontros ou os inviabiliza. Quando a arquitetura se organiza apenas como resposta funcional, tende a reforçar a lógica da passagem, da permanência provisória, da ocupação sem vínculo. Quando, ao contrário, reconhece-se como instância ativa da experiência, passa a participar da constituição dos modos de existir, aprender e permanecer. Nesse sentido, o espaço deixa de ser cenário e passa a ser agente.

A leitura do “Nosso Lugar – Centro de Acolhimento e Alternância da UFFS” evidenciou que projetar pode ser, antes de tudo, um gesto de cuidado. Um cuidado que se manifesta na escala, na materialidade, nas transições suaves entre interior e exterior, na presença do fogo, da cozinha, das varandas, dos pátios, das redes, das crianças. Elementos aparentemente simples, mas carregados de densidade simbólica, capazes de sustentar aquilo que esta pesquisa

compreende como habitar: não apenas estar, mas reconhecer-se; não apenas ocupar, mas criar raízes, ainda que provisórias.

Habitar aqui, revela-se como experiência relacional. Um habitar que se constrói entre corpos, histórias e práticas compartilhadas. Um habitar que não se encerra nos dormitórios, mas se expande para os espaços coletivos, para os vazios entre blocos, para os limiares, para os lugares onde a vida acontece sem precisar ser previamente autorizada. Nesses interstícios, o cotidiano encontra chão.

É no cotidiano que o pertencimento se tece. Não como conceito abstrato, mas como repetição sensível de gestos: cozinhar juntos, sentar à sombra, armar redes, circular sem pressa, produzir artesanato, cuidar das crianças, conversar em torno do fogo. Essas ações, reiteradas dia após dia, transformam espaço em lugar. Transformam edificação em território vivido. A identidade, longe de ser essência fixa, aparece como construção em movimento, continuamente renegociada nas relações entre sujeitos e espaço.

Ao permitir que os estudantes indígenas inscrevem grafismos, cestarias, objetos, cores e marcas nas superfícies do edifício, o projeto reconhece que o pertencimento também é direito de expressão. O edifício deixa de ser forma acabada e passa a ser suporte. Superfície é inscrição. Campo aberto à diferença.

Os espaços intermediários (varandas, pátios, circulações externas, áreas cobertas) revelaram-se fundamentais nesse processo. São eles que sustentam encontros não programados, pausas, improvisos, permanências breves ou longas. São eles que acolhem aquilo que escapa ao controle do programa. Nesses lugares do “entre”, a universidade pode ser vivida de maneira menos disciplinada, mais próxima da vida.

Por fim, é importante reconhecer que a materialização do “Nosso Lugar também se inscreve nas condições concretas de viabilidade institucional, especialmente aquelas relacionadas ao orçamento disponível para a obra. As limitações financeiras implicaram ajustes no dimensionamento de alguns ambientes, como os dormitórios, que precisaram ser concebidos com áreas reduzidas para que a construção pudesse se adequar aos recursos previstos. Embora essa configuração não represente necessariamente a condição espacial ideal para o habitar coletivo que se pretende fomentar, ela evidencia o esforço de tornar o projeto exequível dentro das possibilidades reais de implementação. Nesse sentido, o projeto revela-se também como um exercício de negociação entre intenção arquitetônica, necessidades culturais e condições

materiais de realização, reafirmando que a arquitetura se constrói sempre no encontro, e, por vezes, na tensão entre o desejado e o possível.

Essa dimensão cotidiana, afetiva e espacial não está dissociada da política. Ao contrário. A existência de espaços que permitem reunião, assembleia, encontro ampliado e visibilidade configura-se como condição material para a ação coletiva. O “Nosso Lugar”, mesmo enquanto projeto, já opera como território simbólico de luta: afirma que a presença não é exceção, favor ou concessão, mas direito.

A pesquisa evidencia, portanto, políticas de acesso ao ensino superior, embora fundamentais, são insuficientes quando não acompanhadas de políticas espaciais de permanência. Permanecer exige infraestrutura, mas exige, sobretudo, arquiteturas que cuidem, que reconheçam, que autorizem a existência.

Como contribuição, esta dissertação busca ampliar o campo da Arquitetura e Urbanismo, deslocando-o de uma atuação centrada apenas na forma e na técnica para uma prática implicada com a vida, com a diferença e com a justiça espacial. Busca, também, colaborar com o debate sobre universidade, indicando que a inclusão não se resolve apenas por editais, mas se constrói cotidianamente no desenho dos espaços.

Reconhecem-se os limites deste estudo: trata-se de um recorte específico, ancorando em uma proposta ainda não executada. No entanto, é justamente nesse caráter de inacabado que reside sua potência. O “Nosso Lugar” não é apenas um edifício por vir. É um campo de possibilidades.

Esta dissertação não encerra um tema. Abre um caminho. Um caminho que convida arquitetos, universidades e pesquisadores a escutar mais, a projetar com mais cuidado e a reconhecer que espaço também é linguagem. E que, quando arquitetura aprende a escutar, ela pode, quem sabe, tornar-se casa.

REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 20 nov. 2025.

ASCARI, Viviane Marmentini. **Os povos indígenas na Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim – afirmações e conflitos: O diagnóstico do Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, Erechim, 2017.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Educação escolar indígena: um modo próprio de aprender**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CAPELO, Maria Regina; TOMMASINO, Kimiye. **Conflitos e dilemas da juventude indígena no Paraná: escolarização e trabalho como acesso à modernidade**. Cadernos CERU, São Paulo, v. 15, p. 13–33, 2004. DOI: 10.11606/issn.2595-2536.v15i0p13-33. Disponível em: https://revistas.usp.br/ceru/pt_BR/article/view/75322. Acesso em: 15 nov. 2025.

CHAMORRO, Graciela. **Os Guarani: sua trajetória e seu modo de ser**. Cadernos Comin, São Leopoldo: Comin, n. 8, ago. 1999.

CHAMORRO, Graciela. **Línguas indígenas e cidadania: políticas linguísticas no Brasil**. Goiânia: Editora da UFG, 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DILL, Fernanda Machado. **Linguagem socioespacial: a dimensão espacial do modo de viver Kaingang**. 2019. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DIRETORIA DE REGISTRO ACADÊMICO - DRA. **Informações sobre estudantes indígenas no Campus Erechim**. Mensagem recebida por Kelly Pavan em 13 jan. 2026.

DUARTE, Cristiane Rose de Sá. **Empatia espacial: sentidos do lugar no projeto arquitetônico**. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2015.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2002.

FUÃO, Fernando Freitas. **As formas do acolhimento na arquitetura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2014.

GAMA, Victoria Miranda da. **Territorialização indígena na Universidade de Brasília: a Maloca como espaço de presença e ação política**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOOGLE MAPS. **Google Maps**. 2026. Disponível em: <https://maps.google.com>. Acesso em: 28 jan. 2026.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HEIDEGGER, Martin. **Construir, habitar, pensar**. In: Ensaaios e conferências. Petrópolis: Vozes, 2001.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Etnias e línguas indígenas: principais características sociodemográficas: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/b585c49fcb7fa962e3d5b3344aa7f78.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

INSTITUTO SEMESP. **Alunos declarados indígenas no ensino superior aumentam 374% entre 2011 e 2021**. São Paulo: Instituto Semesp, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2025.

LARROSA, Jorge. Experiência e alteridade em educação. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 04-27, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/reflex/article/view/2444>. Acesso em: 10 nov. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. São Paulo: [s.n.], 2006. Tradução de: La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LOURENZO, Douglas Ferreira de. **O conceito de mundo em “Ser e Tempo” de Heidegger**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014.

MALARD, Lucien. **As aparências em arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

MELIÀ, Bartolomeu. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 33, p. 33-46, 1990. Disponível em: https://revistas.usp.br/ra/pt_BR/article/view/111213. Acesso em: 20 out. 2025.

MENDES, Ciro Santana; SANTOS, Diana Lopes dos; BIZZOTTO, Kahena Quintaneiro; PINELLI, Laís Vieira; NASCIMENTO, Victória Lisboa do; SILVA, Wesley Coelho da. **Maloca: espaço de ação afirmativa e ação da política de assistência estudantil?** Revista do CEAM, Brasília, v. 5, n. 1, p. 99-109, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/25948> Acesso em: 01 dez. 2025.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NASCIMENTO, Rita Gomes do. **Entre inclusão social e étnico-racial e a busca por autonomia e protagonismo indígena: mapeamento de ações para a educação superior de indígenas no Brasil (2004–2014).** In: NASCIMENTO, Rita Gomes do. Povos indígenas e democratização da universidade no Brasil (2004–2016): a luta por autonomia e protagonismo. Rio de Janeiro: Mórula, 2022. p. 70-96.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos.** Porto Alegre: Bookman, 2011.

PERON, Lucélia; CELLA, Rosenei. O perfil e a trajetória dos estudantes indígenas na UFFS: expectativas, encantos e desencantos. **Revista OLHARES**, v. 9, n. 2 – Guarulhos, agosto de 2021. p. 80-99. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/issue/view/793> Acesso em: 25 out. 2025.

RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (org.). **História da Fronteira Sul.** Chapecó: Editora UFFS, 2016.

RENAULT, Cláudia. **Da Maloca, ao som do maracá: identidade, resistência e permanência indígena na Universidade de Brasília.** 2023. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SABOURIN, Eric. Da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 131-145, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZdtJhgS4B7BbmYrcpwST63B/?format=html&lang=pt> Acesso em: 05 nov. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

SILVA, Ivone Maria Mendes. Universidade como espaço intercultural de in/exclusão na perspectiva de estudantes indígenas Kaingang. **RLEE – Revista Latinoamericana de Estudos Educativos**, México, v. 53, n. 3, p. 501–538, set./dez. 2023. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=d55036e0-bd37-4dd7-aeaf-c4480698e1a7>. Acesso em: 01 dez. 2025.

SILVA, Ivone Maria Mendes; ZANIN, Nauíra Zanardo; VICROSKI, Fabricio José Nazzari. Apresentação do dossiê: Indígena? Presente! Processos (inter)culturais de apropriação territorial e (trans)formação identitária indígena em diferentes contextos temporais e espaciais. **Cadernos NAUI**, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 6–13, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/230575> Acesso em: 05 nov. 2025.

SILVA, Núbia Batista da. **Vozes indígenas na universidade: identidade, discurso e permanência na UnB**. 2017. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SUZUKI, Erika. **Povos indígenas ganham espaço cultural na UnB**. Notícias UnB, Brasília, 2 dez. 2014. Disponível em: <https://noticias.unb.br/76-institucional/3700-povos-indigenas-ganham-espaco-cultural-na-unb>. Acesso em: 23 nov. 2025.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. **Educação indígena: novos caminhos para a interculturalidade**. São Paulo: Global, 2012.

TIMBAU ESTRUTURAS. **Projeto Maloca UnB**. Timbau Estruturas, [s.d.]. Disponível em: <https://timbauestruturas.com.br/project/projeto-maloca-unb/>>. Acesso em: 30 nov. 2025.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

UNB Agência. **Exposição na Maloca destaca obras audiovisuais em 3D**. Notícias UnB, Brasília, 10 out. 2023. Disponível em: <https://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/6844-exposicao-na-maloca-destaca-obras-audiovisuais-em-3d>. Acesso em: 04 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS. **Apresentação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Erechim: UFFS, 2025. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/uffs/interdisciplinar-em-ciencias-humanas/apresentacao>. Acesso em: 4 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Conselho Universitário. **Resolução nº 33/CONSUNI/UFFS/2013, de 12 de dezembro de 2013**. Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) na Universidade Federal da Fronteira Sul. Boletim de Serviço da UFFS, Chapecó, 1 set. 2016. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2013-0033>. Acesso em: 11 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS. **Apresentação do Campus Erechim**. UFFS, 2025. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/uffs/institucional/apresentacao-do-campus-erechim>. Acesso em: 02 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Projeto de extensão: Espaços de acolhimento indígena na UFFS (EXT-2024-0065)**. Registro de ação extensionista. Erechim, 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Plano de curso da disciplina Projeto Arquitetônico e o Ambiente (GCS456)**, semestre 2018.1. Erechim, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL (UFFS). **Plano de curso da disciplina Projeto Arquitetônico e o Ambiente (GCS456)**, semestre 2023.2. Erechim, 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Laboratório de Projetos (LabProj)**. Moradia estudantil indígena. Florianópolis, [s.d.]. Disponível em: <https://labproj.paginas.ufsc.br/moradia-estudantil-indigena/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **UFSC desenvolve projeto inédito no país de moradia estudantil indígena**. Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2023/11/ufsc-desenvolve-projeto-inedito-no-pais-de-moradia-estudantil-indigena/>. Acesso em: 24 jan. 2026.

UNWIN, Simon. **A análise da arquitetura** [recurso eletrônico]. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br>. Acesso em: 01 dez. 2025.

VENTURIN, Sonia. **Movimentos sociais do campo, PRONERA e as trajetórias de vida dos egressos da primeira turma do curso de graduação em Agronomia – Bacharelado – UFFS / Instituto Educar**. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim, Erechim, 2024.

WIESE, Ricardo Socas; DILL, Fernanda Machado; VEIGA, Alice Hammerschmidt da. **Moradia estudantil indígena: permanência, representatividade e processo de projeto participativo**. *Arquitecturas del Sur*, Concepción, v. 39, n. 60, p. 22-49, 2021. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S071964662021000200028&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 03 dez. 2025

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZANIN, Nauíra Zanardo. **Abrigo na natureza: construção Mbyá-Guarani, sustentabilidade e intervenções externas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ZANIN, Nauíra Zanardo; LINCZUK, Vinicius Cesar Cadena; KURTZ, Maria Valentina Oliveira; WALTER, Felipe Baldissera; SANTOS JÚNIOR, Edson Cordeiro dos. **Nosso Lugar: proposta de Centro de Acolhimento e Alternância para a comunidade acadêmica da Universidade Federal da Fronteira Sul**. In: SEMINÁRIO PROJETAR, 12., 2025, Pelotas. Anais [...] Pelotas, 2025.

ZANIN, Nauíra Z.; SILVA, Ivone Maria M.; SANTOS, Rodrigo Gonçalves dos. O habitar indígena e sua relação com a paisagem. *Arquitecturas del Sur*, Concepción, v. 42, p. 82-103, 2024. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=1339273f-2f78-47ac-89e4-b465404f9ed0>. Acesso em: 03 dez. 2025

ZUMTHOR, Peter. **Atmosferas**. São Paulo: Gustavo Gili, 2009.